

CRISTIANE GANDOLFI

A Relação Entre Escolaridade E Trabalho
Na Ótica De Jovens De São Bernardo Do Campo,
Provenientes De Famílias Metalúrgicas

MESTRADO — EDUCAÇÃO: HISTÓRIA, POLÍTICA E SOCIEDADE

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

2001

CRISTIANE GANDOLFI

A Relação Entre Escolaridade E Trabalho
Na Ótica De Jovens De São Bernardo Do Campo,
Provenientes De Famílias Metalúrgicas

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de Mestre
em Educação, sob orientação do Prof.
Dr. Celso João Ferretti

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

2001

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Ao longo da pesquisa, muitas pessoas colaboraram para que este projeto se realizasse. Não seria possível manifestar minha gratidão a todas. Mas há algumas pessoas que contribuíram tanto, que o mínimo que se pode fazer é agradecer.

Ao Professor Doutor Celso João Ferretti, pela orientação criteriosa, que permeia este trabalho e que muito concorreu para meu crescimento pessoal e profissional.

Às Professoras Doutoras Heloísa Helena Souza Martins e Marília P. Sposito, pelas valiosas observações no momento da qualificação, as quais ampliaram as possibilidades de análise, especialmente em relação ao universo juvenil.

Aos colegas de curso, em particular a Maria Helena Villar, a Cláudia Batista da Silva, a Márcia Kay e a Valério Novo.

Aos professores da Fundação Santo André, Elmir de Almeida e Maria Helena Nakano, pesquisadores na área de juventude, que sugeriram interessantíssimas questões a respeito dos jovens da região do ABC.

Aos professores da rede pública que concederam as entrevistas, e também aos coordenadores dos cursos de preparação para o trabalho, do C.A .M. P. e do P. E. A. T.

Às escolas que permitiram que eu pudesse realizar a pesquisa. Particularmente, à amiga June Helaine Tavares, professora da rede estadual, que intermediou minha entrada nas escolas e desde o início da pesquisa acreditou nos propósitos deste projeto.

Aos jovens que aceitaram participar desta pesquisa e de forma espontânea falaram de suas vidas, de seus projetos, o que muito me enriqueceu. A suas famílias, que me receberam em suas casas, permitindo-me entrar no espaço privado familiar.

À mãe de José, que, apesar de estar com o filho internado, abriu-me as portas de sua casa e me concedeu uma entrevista sobre seu filho — momento de emoção que ficará em minha memória.

À minha família, da qual estive tão ausente nestes últimos dois anos. A meus pais, Lúdia e Antonio, a meu irmão Rogério e, acima de tudo, a meu companheiro, Venâncio, que acompanhou todo o processo e muito me fortaleceu nos momentos mais difíceis.

A Frank Roy Cintra Ferreira, pela revisão do texto final.

À Capes, pelo auxílio advindo da bolsa de pesquisa, que permitiu a realização deste estudo.

RESUMO

O presente estudo versa sobre a relação formulada por seis adolescentes provenientes de famílias metalúrgicas de São Bernardo do Campo, sobre o sentido do trabalho e da escolaridade nessa fase da vida, num momento em que assiste-se o dilaceramento da condição operária, com a crise do paradigma fordista/taylorista.

Optou-se pela abordagem qualitativa, na qual, por meio de roteiro de pesquisa semidiretivo, objetivou-se focalizar as trajetórias escolares dos jovens e suas perspectivas quanto ao futuro. Além disso, o instrumento contemplou a investigação sobre a trajetória profissional dos pais dos jovens, possibilitando delinear a relação entre a vivência do trabalho nas fábricas e os modos de ser realizados no interior da família metalúrgica.

Essa opção teórica é fundamentada a partir das relações que se estabelecem entre o quadro de referência macrossocial e as atitudes e valores dos sujeitos, expressadas nas biografias. Buscou-se a articulação entre as determinações sociais e as maneiras que os sujeitos lidam com elas, ora introjetando-as, ora negando-as, ora formulando novos quadros de referências. Para tanto, as contribuições de Alain Touraine, Guy Bajoit e Abraham Franssem foram fundamentais na construção do quadro teórico desta pesquisa.

ABSTRACT

This study deals with the relationship formulated by six teenagers from metallurgical workers families of São Bernardo do Campo about the meaning of labor and schooling in that age, in face of the tearing of workmen's situation with the fordist/taylorist paradigm crisis.

The approach was qualitative. By means of a semidirective research plan, the goal was to focus on the teenagers' school trajectories and perspectives about their future. Their parents professional trajectory was also taken in account, providing information about the relationship of the living of work in the plants and the ways of living inside metallurgical workers families.

That theoretical option was based on the relationships established between the macrosocial reference frame and the subjects' attitudes and values expressed in their biographies, for to find the articulation of social determinations and the way subjects deal with them, sometimes internalizing them, sometimes denying them, and sometimes formulating new reference frames. In this achievement, the theoretical contributions of Alain Touraine, Guy Bajoit and Abraham Franssem were fundamental in the building of the research theoretical frame.

INTRODUÇÃO

A década de 90 do século XX assinala o período de profundas mudanças na vida societária. No Brasil, particularmente em regiões industrializadas, é possível observar o fenômeno de transição, em que convivem o modelo de organização do trabalho fordista/taylorista e o da acumulação flexível. A abertura da economia realizada pelo governo Collor no início da década e o acirramento nos anos 80 da crise do modelo de substituição de importações que vigorava desde os anos 50, no plano mais geral, são tidos como molas propulsoras que desencadearam, no país, aquele processo de transição.

Em tais circunstâncias, o desemprego desponta como grande desafio para o próximo século, devido às suas faces conjuntural e estrutural, que, quando articuladas, promovem a expulsão de grandes contingentes populacionais do mercado de trabalho formal, como se viu na Região Metropolitana de São Paulo nesta década.

Assim, este fenômeno tem como uma de suas explicações a crise do paradigma fordista/taylorista do trabalho, articulada às tentativas de fazer vingar no país os modelos de organização flexível. Nota-se que, como parte integrante do novo paradigma, ocorre intensa segmentação do mercado de trabalho, visto que as relações sociais em torno do trabalho já não são abarcadas pelo emprego vitalício e pelo assalariamento, como se via anteriormente. Logo, formas mais flexíveis de contratação são difundidas no mercado de trabalho, que, por sua vez, é reorganizado basicamente em dois núcleos, o “duro” e o “flexível”.

Os jovens da geração dos anos 90 (do século XX) têm convivido com este novo quadro de referências. Além disso, há que se considerar as conjecturas a respeito da sociedade do conhecimento que também marcam esta década. Nota-se a propagação da informação como elemento chave das relações sociais, em consonância com a reorganização do mundo do trabalho. Neste cenário, são introduzidos termos e expressões de significado novo, como “competência”, “polivalência”, “retaylorização da produção”, etc.

A educação, por sua vez, acompanha este processo e tem assumido o papel de mediadora entre as novas demandas do mundo do trabalho e aquelas conjecturas a respeito da sociedade do conhecimento. Assim, testemunha-se, no final do século, a investidas no sentido de promover intensa aproximação dos sistemas educativos às demandas do mercado de trabalho, particularmente quando se trata da instrumentalização do saber e do *ressignificado* do diploma.

É dentro de tal contexto que se forma aquela geração de jovens. Contudo, estas questões não os atingem de forma generalizada. Há que se considerar as *várias juventudes* que vivenciam este quadro de referência, pois, se para alguns desses jovens estas mudanças são mais visíveis, para outros pouco dizem. Diante disto, buscou-se nesta pesquisa examinar a especificidade de um grupo particular de jovens, provenientes de famílias metalúrgicas, que nasceram numa região industrializada e num momento histórico em que as relações de trabalho ainda estavam predominantemente pautadas pela condição do trabalho fordista/taylorista e do assalariamento.

Dentre os ramos da economia, o metalúrgico é um dos que tem sido atingido pelo processo de reestruturação produtiva, por meio do convívio entre novas e velhas formas de produção, como assinalam Leite & Rizek (1998). As implicações de tal processo têm afetado fortemente os trabalhadores, visto que as mudanças do mundo do trabalho extrapolam os muros das fábricas, penetram no universo das famílias e redesenham as regiões, como se observa no ABC paulista.

Foi a partir da segunda metade da década de 90 do século XX que o processo de transição de um paradigma do trabalho para outro adquiriu contornos mais definidos. Pôde-se acompanhar a crise do trabalho assalariado, no bojo da qual é impossível a realização da condição operária, como se viu durante o período fordista/taylorista.

Em tal conjuntura, emergem o medo do desemprego e as incertezas diante do futuro. Por estes motivos, é possível observar, também, o retorno de trabalhadores com pouca instrução aos bancos da escola, com o objetivo de manter seus empregos. A reformulação dos processos de trabalho e das formas de organizá-lo passa a demandar, nos mais diferentes setores e ramos, trabalhadores com novas qualificações, que apresentem domínio da leitura e da escrita e que tenham

habilidades para viver em grupo, particularmente para “solucionar problemas”. Aliado a isto, o mercado de trabalho passa a exigir, como critério seletivo incontornável, que o trabalhador, para se inserir no mercado, tenha concluído a educação básica.

Por estas razões, nosso olhar está voltado para um jovem específico, aquele proveniente de famílias metalúrgicas residentes no município de São Bernardo do Campo, no Grande ABC.* Portanto, jovens nascidos numa cidade industrial, onde a cultura do trabalho tem se misturado com a própria história da cidade.

Logo, a região do ABC afigura-se como privilegiada nos estudos sobre as mudanças do mundo do trabalho. Este fato foi considerado na realização desta pesquisa e incidiu de maneira particular nos resultados, principalmente no que tange à assimilação, por parte dos jovens, de fenômenos modernos como o da *empregabilidade*. Esta constatação foi examinada à luz do recorte temático deste estudo, ou seja, os significados em torno do trabalho e da escolaridade para os jovens dos anos 90, que, por sua vez, mantêm contato com as mudanças do mundo do trabalho.

Cabe ressaltar que a transição se apresenta como tendência moderna para o país como um todo. Entretanto, como já compõe o quadro de referências da região do ABC, é possível notar a familiaridade dos jovens com as questões próprias da mudança do trabalho e da educação. Os dados empíricos deste estudo mostram que o trabalho é premente na vida dos jovens e tem sido um tema desta juventude. Este fato se dá, em grande parte, devido ao processo de socialização destas famílias, pois a cultura do trabalho apresenta-se como um de seus elementos centrais.

Além disso, o grupo particular de jovens estudados nesta pesquisa indicou que, com a crise econômica brasileira intensificada na década de 90, as questões voltadas ao trabalho adquirem maior relevância, pois pôde-se presenciar a perda no

* Embora nosso estudo seja realizado junto a jovens do município de São Bernardo do Campo, vale considerar os problemas políticos, econômicos e sociais da cidade no contexto regional. Daniel (1998: p. 2) afirma que “o Grande ABC pode ser considerada como uma região no sentido forte do termo”, pois é tida como uma região econômica, polarizada e com perfil político-administrativo próprio, já que as relações sociais ocorrem em sua maioria no interior destes limites. Devido à crise econômica que atingiu a região, em 12 de março de 1996 foi criada a Câmara Regional do ABC com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico regional e encontrar saídas para o desemprego.

padrão de consumo das famílias operárias, devido às mudanças decorrentes da esfera do trabalho. Vários são os motivos que explicariam esta perda de renda, mas destaca-se o desligamento do metalúrgico da empresa, ora pela aposentadoria do provedor — isto é, o pai, o “chefe de família” —, ora pela adoção do auto-emprego nesse momento de recessão econômica, ora ainda pelo temor de perder o emprego.

No entanto, apesar desta perda econômica, os jovens mantêm expectativas positivas de inserção no mundo do trabalho. Contam com o apoio da família, a aprendizagem nos cursos profissionalizantes e a postura de, por meio da valorização do mérito pessoal, preparar-se para o enfrentamento da competitividade de mercado.

Estes aspectos se observam no exame das entrevistas de seis jovens, estudantes de duas escolas públicas estaduais de nível médio, localizadas num bairro “remediado”, típico de camadas médias da cidade. Vale lembrar que o tempo de trabalho dos pais no setor metalúrgico não era um critério de pesquisa. Contudo, este dado tornou-se definitivo na análise, pois, dos seis jovens, cinco são oriundos de famílias cujos pais construíram suas trajetórias operárias em grandes indústrias metalúrgicas da cidade, a partir dos anos 70. Assim, pudemos constatar que, neste momento de transição, os pais dos jovens ou já se aposentaram, ou estão em processo de aposentadoria; só o pai de um deles não vive esta realidade, pois está numa situação mais próxima da *inclusão precária*.

Importa destacar que a convivência de paradigmas antes mencionada permeia o estudo como pano de fundo, mas a questão que nos orienta é a de compreender como os jovens têm concebido o trabalho e a escolaridade neste contexto, em que ambos têm passado por profundas alterações, sendo que as referentes ao trabalho já são muito visíveis.

Desse modo, partimos da hipótese de que os jovens têm sido afetados pela crise do trabalho que permeia a cidade de São Bernardo do Campo. Para tanto, buscou-se, neste estudo, demonstrar suas concepções sobre o papel do trabalho e da escolaridade em suas vidas, tendo por referência suas perspectivas futuras. Para alcançar tal propósito, partiu-se do exame da interferência das determinações que incidem sobre as formulações dos jovens advindas da família, dos grupos de pares e, quando possível, da escola.

Outra determinação há que ser considerada: é a definição da faixa etária. Os jovens deste estudo possuem de 15 a 20 anos, são considerados ainda teenagers. Por este motivo, ainda não se confrontaram com a crise do trabalho, apesar de conhecê-la por intermédio da trajetória profissional de seus pais e da expansão do desemprego juvenil nos anos 90.

Em suma, diante de tais determinações, procuramos apresentar o processo que este grupo de jovens tem vivenciado, com o objetivo de problematizar a forma como estão se relacionando com este contexto de transição. Em particular, as referências ao trabalho e à educação presentes em um contexto anterior ainda ecoam fortemente em suas biografias, ou têm sido ressignificadas por eles?

Este questionamento percorre o estudo e, de certa forma, foi além das indagações iniciais que motivaram a pesquisa. De início, o recorte temático estava circunscrito à compreensão do significado do trabalho e da escolaridade para jovens provenientes de famílias metalúrgicas de São Bernardo do Campo, e as possíveis relações entre tais significados, tendo em vista as implicações decorrentes das mudanças ocorridas no mundo do trabalho no ABC paulista. Ao longo da investigação, fomos percebendo que a resposta para esta questão implicava maior complexidade. Assim, buscamos destacar também a influência da família e dos pares na formulação da concepção dos jovens sobre trabalho e escolaridade, tendo em vista a mudança de paradigma na organização do trabalho e as (re)orientações dos sistemas educativos, com a retomada da teoria do capital humano no final do século XX.

Portanto, para dar resposta a esta questão, a tese está organizada em três capítulos. Em cada um, procurou-se tratar de aspectos importantes que interferem na concepção dos jovens sobre o trabalho e a escolaridade.

No Capítulo 1, trouxemos elementos referentes à crise do trabalho assalariado nos anos 90, tendo em vista a situação profissional das famílias dos jovens e a cultura da “nova classe operária” que permeia a família operária. Estes aspectos são centrais neste estudo, pois pudemos notar que interferem fortemente na relação entre escolaridade e trabalho formulada pelos jovens, graças à cultura do trabalho transmitida no interior das famílias. Assim, subdividimos o capítulo em três eixos: os jovens e as famílias metalúrgicas, a apresentação das histórias familiares de cada

jovem e a relação entre juventude e o contexto de dilaceramento da condição operária.

No Capítulo 2, buscando tratar os jovens entrevistados em sua heterogeneidade, tomamos por suposto a orientação que permeia as pesquisas sobre juventude, tanto no plano internacional, quanto no nacional. E, ainda que procurássemos apresentar os dados da relação entre escolaridade e trabalho, nosso olhar estava centrado em destacar a diversidade implícita neste grupo de moços e moças. Dentre os seis, pode-se dizer que, em linhas gerais, há dois conjuntos. De um lado, um grupo de cinco jovens que apresentam como unidade a forte presença da cultura do trabalho; contudo, há diversidade, como revelam as biografias. Do outro lado, um único jovem, que se diferencia dos demais. O capítulo é subdividido em três eixos que permitem observar as juventudes no interior das famílias metalúrgicas. Primeiramente, buscamos apresentar os pares destes jovens, a partir de um modo particular de estarem juntos; procuramos examinar os jovens na experiência escolar. Para tanto, consideramos o reconhecimento de si e dos professores sobre sua atuação de aluno. E, finalizando o capítulo, a partir da reiteração dos temas conferidos nos depoimentos, elegemos um “traço particular de cada um”. Este, por sua vez, nos permitiu compreender o momento pelo qual o jovem está passando e revelou a heterogeneidade do grupo de jovens, graças ao enfoque de características particulares da biografia de cada um.

No Capítulo 3, encontra-se o núcleo da tese: seu objetivo é demonstrar os significados em torno do trabalho e da escolaridade para os jovens, tendo em vista seus projetos futuros. Assim, de certa forma, retomamos a discussão esboçada no Capítulo 1 quanto à condição operária que marca estas famílias e ao desejo dos jovens de dar continuidade ou romper com esta condição, diante da mudança de paradigma do trabalho em curso. Assim, três eixos norteiam a discussão. Em primeiro lugar, por estarmos num contexto de transição/convivência de paradigmas, introduzimos elementos presentes no plano internacional sobre os jovens e a crise da condição salarial, tendo em vista suas possíveis contribuições, principalmente quanto às categorias presentes naqueles estudos. Como segundo eixo deste capítulo, procuramos focalizar os significados do trabalho para os jovens, tendo em vista sua dimensão instrumental e expressiva, e, sob a tensão de um novo paradigma, seus

posicionamentos em relação ao “trabalho fixo” e o autônomo. Diante do dilaceramento da condição operária, são examinadas as estratégias dos jovens em relação à inserção no mundo do trabalho, num terceiro subtítulo.

Por fim, nas Considerações Finais, procuramos apresentar algumas indicações e pistas para futuras investigações.

O percurso da pesquisa

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, entrevistamos seis jovens, na faixa etária de 15 a 20 anos, estudantes de escolas públicas estaduais e provenientes de famílias metalúrgicas, cujos pais, na década de 90 do século passado, mantinham contato com este segmento. Os nomes dos jovens e das escolas são fictícios. Com exceção de Letícia, estudante do ensino médio do período diurno, os demais estudam no período noturno.

Os jovens foram contatados na escola pública e, após aceitarem participar da pesquisa, foram convidados a participar de entrevistas semi-estruturadas. Estas ocorreram nas escolas e nas residências dos jovens. Foram entrevistados também dois professores e a mãe de um dos jovens (este procedimento foi necessário, pois, ao longo do percurso da pesquisa, foram realizados dois encontros com os jovens e um com os professores, o primeiro no ano de 2000 e o outro em 2001; quando voltamos a campo, um dos jovens estava na situação de privação de liberdade; por este motivo, incluímos o relato de sua mãe). Com exceção da entrevista com esta mãe, que teve um período mais longo, chegando a quatro horas de conversa, as demais tiveram em média a duração de duas horas cada, por encontro. Todas foram transcritas.

OS JOVENS E AS FAMÍLIAS METALÚRGICAS

Neste estudo, pretende-se analisar a formulação referida por seis jovens provenientes de famílias metalúrgicas do município de São Bernardo do Campo, a respeito da escolaridade e do trabalho no momento atual. Para tanto, optou-se por iniciar essa discussão a partir das relações que se constituem no interior da instituição familiar.

Embora esta análise não esteja circunscrita à interface entre juventude e família, tem-se a intenção de apreender o jovem no momento presente, considerando as determinações sociais que o recobrem. No entanto, é necessário esclarecer que as limitações decorrentes de um trabalho de pesquisa realizado com prazo estrito, individualmente, impedem a realização de tamanho feito. Diante disso, optou-se pela tentativa de compreender esse jovem numa situação restrita (São Bernardo do Campo), em relação a duas instituições das quais participam mais ativamente (a família e a escola) e uma terceira da qual participam, alguns, também intensivamente e outros ocasionalmente: o trabalho. Entende-se que a investigação sobre jovens originários de famílias metalúrgicas pode contribuir para desvelar algumas das determinações que os recobrem, graças aos valores e às atitudes transmitidos no interior da família operária, bem como indicar pistas de como estes jovens lidam com essas determinações nesse momento de mudanças da vida societária, como interagem com elas, afirmando-se como sujeito e atores sociais.

Particularmente, buscou-se discorrer sobre as condicionantes sociais que nos remetem à família operária, no contexto de profundas mudanças nas relações de trabalho que afetam a vida social dessas famílias.

Acrescente-se a isso o fato de que pesquisadores de longa data em estudos sobre juventude vêm destacando a premência de considerar as relações que se constituem no interior da família, já que na idade juvenil esta é de vital importância (Spósito, 2000). Devido ao importante papel da socialização primária na formação de

valores da criança e dos/das adolescentes, observa-se nos estudos sobre jovens a pouca ênfase nesse recorte temático. Esse fato é explicitado em *Estado do conhecimento sobre juventude* (Sposito, 2000), no qual, após exaustivo trabalho sobre a produção científica da área, constatou-se a necessidade de realizar mais investigações sobre as relações entre jovens e família. Nesta obra, Sposito (2000) afirma que, diante das novas possibilidades que se abrem para os estudos sobre juventude, seria interessante a realização de novas pesquisas que não se restringissem à experiência de jovens apenas ao interior da escola, pois a complexidade da vida contemporânea traz em seu bojo outras condicionantes que, por sua vez, poderiam contribuir na elucidação das diversas juventudes encobertas nessa categoria.

Na trajetória da pesquisa, percebeu-se que, inevitavelmente, teríamos que adentrar nesse universo, em que os jovens realizam experiências, refutam supostos, apoiam opiniões de adultos, dentre as quais destaca-se o partilhar ou não das formulações sobre a escolaridade nesse momento de mudanças do mundo do trabalho.

Por esses motivos, a entrada na família deu-se por intermédio dos jovens e esteve ancorada em suas falas a respeito das relações estabelecidas no seu interior, tendo em vista a elevação da escolaridade como requisito que lhes permitiria melhor inserção no mercado de trabalho. Em atenção a esse fato, buscou-se analisar um tipo específico de jovem, os provenientes de famílias metalúrgicas, considerando as possíveis determinações advindas da família.

Segundo Sarti (1999, p. 100-102), a família configura-se como um locus privilegiado, espaço onde se alicerça a identidade do indivíduo, uma vez que os primeiros balbucios, palavras e contatos com o mundo exterior ocorrem em seu interior. Nela o indivíduo realiza o primeiro exercício de ordenar, filtrar e atribuir significados às experiências vividas.

Ainda segundo a mesma autora, a relação entre jovem e família não deve ser tomada de forma absoluta, já que o processo de individualização dos jovens exige a referência de “outras famílias”, ou seja, outros processos socializatórios, tais como as experiências escolares, o grupo de pares, as relações de trabalho. Assim, ao se permitir estar “aberta ao outro”, a família exerce papel ímpar na socialização da criança e do jovem, sobretudo porque nesse espaço constroem-se privilegiadamente

os “significantes que criam os elos de sentido nas relações, sem os quais essas relações se esfacelam, precisamente pela perda, ou inexistência, de sentido” (Sarti, 1999, p. 100).

Mas “a família não pode ser desvinculada de seu contexto social, nem pensada isoladamente” (Sarti, 1999, p. 104). Caberia questionar se as condicionantes advindas da condição de trabalho dos membros dessas famílias adquiriram maior relevo na explicação das formulações dos jovens sobre o papel atribuído à escolaridade e ao trabalho. Se ser filho ou filha de metalúrgicos produziria implicações diferentes das encontradas em outros estudos com jovens que possuem outros quadros de referências, os quais não condizem com uma condição operária.¹ Essa condição seria uma determinante para todos os jovens ou uma referência significativa apenas para um tipo particular deles? A investigação poderia reforçar as determinações que recobrem a família metalúrgica e conduziria a reflexões tais como as continuidades e rupturas nas gerações operárias assinaladas por Pessanha & Morel (1991)?

Os depoimentos dos jovens, ainda adolescentes, interlocutores e sujeitos desse estudo, remetem-nos às ponderações de Durham (1980) sobre a família operária. Segundo a autora, na década de 70 a família foi focalizada prioritariamente como espaço ao qual era vedado o direito à liberdade individual. Nos estudos sobre família, frequentemente a ênfase recaía sobre a esfera econômica, uma vez que se restringia à crítica ao papel de reprodutora da força de trabalho (cf. Durham, 1980, p. 201). Nos anos 80, a autora inovou estes estudos, ao argumentar que os operários brasileiros eram fortemente apegados a essa instituição. Portanto, seria um equívoco

¹ Segundo Castel (1999, p. 447-448), a condição operária é expressão de “nível de vida, nível de instrução, modos de vida, relação com o trabalho, grau de participação na vida social, valores partilhados [os quais] desenham uma configuração específica que constitui a condição operária em classe social”. Considera-se que estes elementos reafirmados ao longo dos anos produzem no interior da família a memória coletiva do trabalho. Neste estudo, a condição operária dos pais dos jovens é um aspecto significativo; contudo, não se pode esquecer que, no interior da classe operária, há diversas diferenças. Por isso, quando neste trabalho se faz referência à condição operária, trata-se de uma situação de trabalho na indústria moderna — neste caso, grandes montadoras e indústrias de autopeças de grande porte. É pertinente este esclarecimento, pois, como assinala Martins (2000), a condição operária no Brasil é de grande heterogeneidade.

deixá-la em segundo plano, porque o trabalhador, no interior da família, experimentava a atitude de escolher, problematizar, decidir. A individualidade negada ao trabalhador no processo produtivo encontrava na cotidianidade a possibilidade de realização.² Nesse sentido, apreender os valores e as formulações de operários exigiria adentrar nesse espaço privado da vida societária, onde os trabalhadores realizam seu modo de vida (cf. Durham, 1980, p. 205).

Seguindo essas trilhas, vários estudos sobre a “nova classe operária” passaram a focar o operário para além do espaço fabril.³ Investigar o espaço de vida do trabalhador fora do trabalho contribuiria nas formulações sobre a classe operária brasileira. Rodrigues (1987), ao analisar um grupo de trabalhadores de duas unidades de indústrias automobilísticas, sediadas nos municípios de São Paulo e de São Bernardo do Campo, observa que o tempo livre de trabalhadores do chão da fábrica era destinado a reorganizar sua força de trabalho para o novo dia de trabalho. Logo, o lazer estava voltado às atividades familiares, ou seja, o descanso do trabalhador metalúrgico incluía assistir televisão, visitar um parente, simplesmente ficar em casa junto à família, ou ainda trabalhar para ela. Entretanto, o autor observa que o trabalho para si — ou melhor, para sua família — não se qualifica como trabalho, uma vez que este é afirmado no espaço da fábrica (cf. Rodrigues, 1987, p. 59).

Outros estudos, como o de Campos (1993), reforçam essa idéia. Ao investigar a trajetória dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo durante as décadas de 70 e 80, tendo em vista a participação da mulher nesse percurso, a autora constatou que esses trabalhadores são profundamente apegados a família. E o recente estudo de

² Campos (1993) analisa as trajetórias de trabalhadores metalúrgicos a partir da experiência de cotidianidade, categoria chave com a qual se propõe a compreender o trabalhador em suas múltiplas determinações, analisando-o no seu fazer-se sujeito, que se realiza em grande parte na vida cotidiana.

³ Segundo Gonçalves (1977, p. 33), a partir dos anos 50, com a política desenvolvimentista, emerge uma nova classe social que se diferenciará dos trabalhadores das primeiras décadas do início do século XX, pois experimentará melhores condições de ascensão social. No plano internacional, destaca-se a discussão realizada por Castel (1999, p. 464) sobre a “nova classe operária”, significativa na formação da sociedade salarial e em torno da qual se produziram vários debates sobre a redução de poder revolucionário da classe operária, no sentido clássico do termo. Por esses motivos, optou-se por manter no corpo do texto o termo nova classe operária entre aspas.

Sales (2000) sobre o processo de reestruturação produtiva na planta da fábrica da VW-Anchieta reafirma esse traço da família metalúrgica. Os depoimentos dos sujeitos, a maioria operários, que realizaram uma longa trajetória de trabalho na empresa, comprovam tal afirmativa. Como assinala a autora, “toda a projeção de vida estava voltada para o bem-estar dos filhos, da família” (Sales, 2000, p. 34).

Assim, o presente estudo procura alinhar-se às pesquisas que reforçam a afirmação de Durham (1980) a respeito do forte lastro que une o operário à sua família. Observa-se que os jovens investigados, exceto um, são oriundos de famílias operárias e têm com estas um forte vínculo, como revelam os depoimentos que se seguem:

— *Porque a minha família é bastante unida, a gente sempre teve uma boa comunicação. Minha mãe também sempre conversa, a gente sempre soube, no claro assim... Porque o que a minha mãe e o meu pai fazem está sempre claro pra gente. É como se fosse uma pessoa só* (Maíra, 16 anos).⁴

— *Família é bom, eu me sinto totalmente protegida quando estou com minha família. Às vezes, quando vou viajar com a família do meu namorado, eu fico morrendo de saudade do meu pai e da minha mãe. Imagina no dia que eu casar eu vou viver aqui dentro porque eu vou ter saudade* (Letícia, 19 anos).

Dentre os depoimentos, as falas das duas jovens elucidam sua relação com a família. Os seis jovens entrevistados apresentaram forte sentimento de pertencimento familiar. Desse modo, neste estudo, a temática “conflito geracional” não se configurou como um dos elementos explicativos da relação entre o jovem e a família metalúrgica. Percebe-se nos depoimentos que as expectativas futuras destes em relação à escolaridade e ao trabalho nutrem-se do desejo de construir suas famílias,

⁴ Os nomes dos jovens e das escolas onde foram localizados são fictícios.

reproduzindo um modelo não linear, pois há confrontos no seu interior, que não abarcam, porém, a vida cotidiana.⁵

Caberia questionar se as condicionantes “família metalúrgica” e “condição operária” produziriam esse quadro de referência familiar, isto é, se os valores e atitudes desses pais — em muitas formulações a partir de sua experiência de trabalho — estariam atenuando os conflitos clássicos de geração no interior da família. Se favoreceriam a predominância de processos educativos, os quais conduziriam os jovens a uma “socialização contínua, sem grandes fricções, segundo normas e valores predominantemente de gerações adultas”, como assinala Pais (1993, p. 39). Ou se a proximidade e a tranquilidade destes jovens em relação à família seria resultado de outros processos, sem influência das questões peculiares da natureza do trabalho dos pais. Ou, ainda, se a relação não conflituosa do jovem com sua família seria explicada pela articulação entre os elementos do quadro de referência dos anos 90, os quais nos remetem a uma condição juvenil que, por sua vez, mesclar-se-ia aos processos de natureza do trabalho, sinalizando novas orientações à juventude.

Desse modo, outros elementos estariam interferindo nesse profícuo diálogo do jovem com as diversas condicionantes sociais, para além daquelas decorrentes do trabalho. Estudos sobre jovens vêm indicando o fenômeno de prolongamento da juventude: cada vez mais, aumenta o tempo de permanência no interior da família nuclear.⁶ Este fato sinalizaria uma mudança na relação entre pais e filhos e no quadro

⁵ Não se tem aqui a intenção de fazer generalizações. Entretanto, em alguns momentos é possível estabelecer proximidades entre os jovens entrevistados, com exceção de José, pois as diferenças são muitas entre ele e os demais. Dentre tais diferenças, destaca-se que o pai desse jovem não possui uma tradição operária como os outros, não traz a referência de chefe provedor e também não é reconhecido pelo filho como uma autoridade na família.

⁶ Nos países centrais na década de 80, desenhou-se um novo quadro de referências para a juventude. Alargaram-se as políticas sociais, com o objetivo de manter o jovem na escola, prolongando a escolarização. Além disso, observou-se o fenômeno de “prolongamento da idade juvenil”. No caso italiano, Martinelli e Chiesi (1997, p. 110) indicam que, cada vez mais, os jovens mantêm o elo de dependência com a família, pois não conseguem “assumir as responsabilidades da vida adulta”. Peralva (1997, p. 21) também examina a condição do jovem diante das transformações da sociedade contemporânea. Segundo a autora, a permanência do jovem no interior da família estaria alterando o “ciclo de vida ternário”. Este foi institucionalizado a partir das fases da vida e suas funções. Conforme a autora, caracterizando o ciclo de vida ternário, “cabe à juventude forma-se, à idade adulta trabalhar e

clássico de conflitos geracionais como se deu, particularmente, nos anos 50 e 70 (cf. Pais, 1993).

Não é objetivo deste estudo investigar o comportamento dos jovens de origem metalúrgica em relação a suas atitudes e de suas famílias de prolongar ou não a adolescência. Contudo, é possível enveredar pelos caminhos que nos levam aos processos educativos desenvolvidos no interior dessas famílias, com a intenção de verificar como participam das perspectivas dos jovens em pauta relativamente a seu futuro, envolvendo a escolaridade e o trabalho. Percebem-se nos depoimentos diversas condutas dos pais em relação à educação dos filhos. Poder-se-ia dizer que, nas seis famílias examinadas, há desde uma socialização de maior rigidez, com disciplina rigorosa, até uma enorme dificuldade de dizer não ao filho adolescente.⁷ Exceto a família de José, nas demais há um ponto em comum quanto às suas ações em relação aos filhos: trata-se de condutas que sugerem a produção de um processo de socialização fortemente regrado por compromisso mútuo no exercício de escolhas com responsabilidade, exercitadas a partir dos limites e da experiência de cada família.

Tamanhas diferenças nos levam às fecundas análises de Telles (1992) sobre a família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. A autora, a partir de um contexto de crise econômica e social vivenciado nos anos 80, ao analisar as famílias a partir da figura do “chefe provedor”,⁸ discorre sobre as experiências de insegurança

à velhice tem o direito de repouso”. Assim, diante das mudanças de ordem política-econômica e social anunciada nesse romper de milênio, vê-se a *des-ordem* na representação social do ciclo de vida (cf. Peralva, p. 21).

⁷ Nesse caso, destacam-se as estratégias de controlá-lo por meio de telefone celular.

⁸ Na literatura a figura do provedor está fortemente vinculada aos trabalhadores expostos à situação de pobreza. Essa figura está fundamentada nos valores de afirmação da virilidade masculina, ao realizar o papel de chefe de família, aquele que, por meio da “moral do provedor”, traz dinheiro para casa. Ao mesmo tempo, segundo Sarti (1996), essa moral articula-se à divisão sexual do trabalho, uma vez que consolida o lugar destinado à mulher na esfera familiar; como exemplo, vê-se o quadro clássico de desigualdades salariais entre homens e mulheres no interior do mercado de trabalho. Sarti (1996) reporta-se a Zaluar, por referir-se à “moral do provedor”. Observa que a esperança de subir na vida, como se põe em trabalhadores pobres pesquisados por Zaluar, também pode ser interpretada considerando a perspectiva de melhorar de vida, como se vê em trabalhadores que não expressam quadros de miserabilidade. Neste estudo, a opção “melhorar de vida” parece ilustrar melhor a situação

dos trabalhadores. Para ela, a família deve ser lida como espaço de heterogeneidade e diversidade, onde, apesar da existência de determinações sociais que aproximariam diversos sujeitos, cada qual lidaria com o quadro de referência maior a partir de suas próprias experiências, segundo seus próprios parâmetros, os quais se formam no modo de ser de cada família. Assiste-se, assim, a uma convergência no trato das questões que envolvem juventude e família. Ao aproximá-las, pode-se penetrar nas sutilezas que dão vida própria a essa relação. Portanto, a discussão sobre os significados do trabalho e da escolaridade para os jovens dos anos 90 exigiria verificar o pertencimento desses jovens e de seus pais às *famílias* metalúrgicas, tal como concebe Telles (1992)

As histórias: os jovens e suas famílias

No momento da entrevista, Maíra estava com 15 anos. Sua família nuclear é composta de cinco pessoas, o pai é nordestino e a mãe nasceu na região noroeste do estado de São Paulo. No seu relato, destaca-se a proximidade em relação aos pais, sobretudo sua mãe. Percebe-se em seu depoimento a forte ligação que a une à figura materna, levando-nos a considerações sobre a família como espelho, tal como assinala Sarti (1999). Segundo esta autora, a família é um espaço altamente normativo, em que se reflete a imagem do que somos; no horizonte, sempre se põe o que devemos ser. Assim, ao espelhar-se na mãe, a jovem reforça esse lastro familiar.

— A minha mãe é o meu retrato, eu sou o retrato dela também. É a mesma coisa, igualzinha mesmo. Já meu pai é mais parecido com minha irmã mais nova. Ele é mais reservado, quieto, é um homem de poucas palavras (Maíra).

das famílias. Nesse sentido, entende-se que a opção de melhorar de vida, apesar de não ser determinada pelas cores fortes da “pobreza”, também pode ser analisada a partir da categoria “o provedor”, haja vista a origem do operariado brasileiro.

Dos seis jovens entrevistados, Maíra foi a mais desenvolvida ao falar das atitudes dos pais. Trouxe uma gama de detalhes sobre a vida familiar. Percebe-se um sentimento de orgulho e de colaboração em relação à família, o qual seguramente encontraria terreno fértil nas explicações a respeito da socialização contínua, como assinala Pais (1993), ao apresentar as análises sobre juventude no enfoque geracional.⁹ De início, relatou que até os 9, 10 anos, as regras de convivência de sua casa eram mais rígidas, havia horários definidos, precisava de autorização dos pais para sair, mas na adolescência a rigidez diminuiu.

— *Agora minha mãe deixa tudo na minha mão, ela fala: você sabe o que é melhor pra você. Eu já ensinei pra você o bom, o ruim, agora vai de você. Ela deixa pra mim, eu sei da minha responsabilidade* (Maíra).

Apesar disso, percebe-se pelo seu depoimento que há diversas interferências da mãe em suas decisões. Maíra é a única jovem que reside num bairro periférico de São Bernardo do Campo. Conta que estudou oito anos numa escola pública próxima à sua casa, considerada pela comunidade como uma escola “muito perigosa”, dado o número de incidentes, tais como “qualquer coisa que acontecia apagavam as luzes, os alunos iam embora, se machucavam”. Diante desse quadro, sua mãe decidiu que, naquela escola, no período noturno, a jovem não iria estudar. Seguiu a orientação familiar e tomou a decisão de procurar algo melhor, conduzida pelo desejo de encontrar uma escola que lhe oferecesse segurança e conhecimento.

Parece-nos que a relação de cumplicidade entre pais e filhos nessa família estaria fortemente orientada por reciprocidade e estabilidade e sedimentada ainda mais pelas atitudes dos pais em relação à participação e ao acompanhamento das atividades escolares dos filhos. Isso ocorre, particularmente, quando a jovem está sobrecarregada de tarefas. Nesse momento, sua mãe a apoia por meio de diversas atitudes que têm por finalidade facilitar seu cotidiano, tais como: buscá-la na escola,

⁹ Segundo Pais (1993, p. 42), os sinais de continuidade intergeracionais expressam-se na medida em que “as gerações mais jovens interiorizariam e reproduziriam na sua vivência cotidiana toda uma série de crenças, normas, valores e símbolos próprios das gerações adultas, isto é, todo um conjunto de sinais de continuidade intergeracional”.

freqüentar bibliotecas, fazer pesquisas, auxiliá-la na realização de trabalhos escolares.

Acrescenta-se a isso o fato de que, em todas as reuniões bimestrais da escola, seus pais estavam presentes. Segundo a jovem, os pais vêm sempre juntos, pois seu “pai não dirige e sua mãe não gosta de andar sozinha”. Esse quadro também se explicita nos relatos de Letícia, Fernando e Ricardo. Observa-se que os pais destes jovens são muito participativos da vida escolar dos filhos e os jovens referiram-se a uma relação de casal muito próxima.

Já no caso de Letícia, 19 anos, sua família nuclear é composta por quatro pessoas. Sua irmã concluíra o curso profissionalizante de auxiliar de enfermagem e preparava-se para entrar na faculdade. Sua mãe era vendedora de jóias e roupas. Observa-se no seu depoimento uma socialização familiar bastante regrada, sobretudo pela conduta do pai, de maior rigidez, a qual restringe o poder de escolhas da jovem. Segundo Letícia, seu pai não lhe permite trabalhar; quando começou a namorar, tinha horários definidos, não poderia ultrapassar as 22:00h e sua irmã precisava acompanhá-la. Seu pai, todos os dias, vai buscá-la na escola; na medida do possível, faz suas vontades, é difícil negar um pedido seu.

A relação que se estabelece no interior da família de Letícia parece ser acobertada por um forte lastro mantido pela “proteção”. Apesar de seu depoimento estar repleto de condicionantes que nos levaram a refletir sobre o excessivo controle do pai em relação à filha, observa-se nela o reconhecimento da autoridade paterna no interior desta família metalúrgica.¹⁰ Vê-se que a jovem, ao falar da família, reconhece-a, legitimando-a a partir da referência do apoio irrestrito dos pais a seus projetos.

— *Ah, meu pai, minha mãe, é muito igual, eles me dão muita segurança. Se eu chegar aqui e falar “quero fazer isso”, tanto ele quanto ela*

¹⁰ Segundo Sarti (1996, p. 43), a consolidação do reconhecimento à autoridade paterna nas famílias populares dá-se através da articulação entre o ganho e a honra. Assim, o chefe provedor com autoridade familiar é aquele que “é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Sua presença faz da família uma entidade moral positiva, na medida em que garante o respeito. Ele, portanto, responde pela família”.

vão me apoiar. Mas é isso que eu quero, então vamos ver e vai dar certo. Não aconteceu eu chegar em casa e dizer “ quero fazer tal coisa” e meu pai e minha mãe não deixarem (Letícia).

Esse quadro de proteção, no sentido de propiciar uma transição menos traumática para a vida adulta, também está nas histórias de Fernando e Ricardo, ambos filhos de pais de origem nordestina. No caso de Fernando, 15 anos, proveniente de uma família humilde, o trabalho do pai, o chefe “provedor”, assegurou melhor condição de vida para a família de cinco pessoas, destacando-se perante outros familiares. Fernando é o filho mais velho do casal. Seu irmão mais novo possui uma deficiência física que mobiliza a família toda. Segundo o jovem, sua mãe não gosta que saia à noite, e seu pai está sempre indicando cursos com o objetivo de que ele não fique na rua. Relata-nos que, anteriormente, quando morava em Rio Grande da Serra, costumava ficar na rua jogando futebol com os colegas, mas seu pai mudou esse hábito, uma vez que

[como] não gostava, ele disse: “Eu vou por esse moleque pra fazer alguma coisa”. Aí meu pai me colocou lá na ETE pra fazer computação (Fernando).

No caso de Ricardo, a rigidez maior na socialização primária ocorreu até aos 14 anos, quando sua mãe acompanhava suas atividades escolares “de perto”, estabelecendo os horários para o jovem estudar. Conforme Ricardo, o cotidiano familiar é marcado pela estabilidade, possui um ritmo próprio, contínuo, cujas margens são visíveis.

— Por exemplo, horário pra comer porque ela [sua mãe] não gosta de ficar esquentando comida fora do horário. Pra dormir, o horário que ela dorme é o horário de todo mundo dormir, tudo é bem padronizado, tem... horário pra tudo (Ricardo).

A família de Ricardo parece estar ancorada na divisão sexual do trabalho: enquanto o pai é o chefe da família, por ser também provedor, a mãe é a chefe da casa, traço que sobressai na cultura metalúrgica, como assinala Campos (1993, p. 23), e demarca os lugares do homem e da mulher no universo moral das famílias “pobres”, como acentua Sarti (1996). No universo metalúrgico, segundo Campos (1993), a divisão sexual do trabalho tem como uma de suas ancoragens a concepção de que o trabalho doméstico é obrigação da mulher, pois os homens entendem que esse trabalho não é sua atribuição. Este fato colaboraria para que o vínculo estabelecido entre mãe e filho fosse ainda maior. Destaca-se no relato do jovem o fato de que, apesar de evidenciar obediência para com os pais, denotando outra característica da condição operária, Ricardo é afirmativo ao impor sua resistência às ordens da mãe justamente nos horários peculiares à sua condição de estudante.

— *Pra estudar ela põe horário, mas esse horário não adianta, é o horário que eu mais quebro. Eu busco ler algum livro, alguma coisa. Ela fala “você não tem que estudar”. Essa é uma preocupação (Ricardo).*

Nota-se em seu relato o significado de ter regras para poder quebrá-las. Essa estratégia do jovem de contrapor-se a determinações de um membro da geração adulta não adquire tons de ruptura aos supostos da mãe, “chefe da casa”. Ao contrário, Ricardo relata que, nesse tempo dedicado aos estudos, trata de ler um livro que lhe interesse, ver revistas. Apesar disso, o jovem indica certa resignação, ao insinuar que deveria ter rompido com a situação de adolescência, a qual não lhe permite “dar vôos”. Portanto, o jovem sente-se “muito preso à família” e ressentido por não poder assumir a condição de “vida adulta”, a qual em seu imaginário lhe permitiria

aprender muita coisa... Eu ia correr atrás de muita coisa que eu não corri, que eu deixei de correr atrás, por ter ficado dentro de casa. Em casa, o que você pode fazer: estudar, ver televisão, mais nada (Ricardo).

Nesse sentido, o jovem diferencia-se do grupo, uma vez que é o único a demonstrar o desejo de “sair do casulo”. Não obstante, como se viu, esse desejo não significaria uma descontinuidade intergeracional, visto que Ricardo, por exemplo, afirmativamente expressa valorizar a escolaridade, como assinalam seus pais.¹¹

É importante notar que a família como rede de proteção, aliada ao reconhecimento da figura paterna como autoridade familiar, pareceria ilustrar as relações entre pais e filhos no interior dessas famílias metalúrgicas. Contudo, as singularidades decorrentes do modo de ser de cada família e as condicionantes sociais de cada qual sinalizam as profundas diferenciações no que concerne aos níveis de proteção. Percebe-se no relato de José, jovem de 17 anos, que a história de sua relação com a família destoa significativamente do grupo. Primeiramente, o jovem seria o mais distante de uma condição operária, embora tenha se apresentado como filho de metalúrgico. Observa-se que essa filiação poderia ser explicada por estar se espelhando na figura de um tio metalúrgico, aposentado de uma grande indústria. Segundo a mãe do jovem, este tio significa para José “o pai que gostaria de ter”. Desse modo, novamente as reflexões de Sarti(1996) sobre a família como espelho reafirmam-se nesse estudo, pois nas famílias em que as figuras masculinas e femininas não se apresentam de forma nítida no cumprimento dos papéis sociais, observa-se uma “perda para a família como totalidade, que tenderá a buscar uma compensação pela substituição da figura masculina de autoridade por outros homens da rede familiar” (Sarti, 1996, p. 46).

O pai biológico de José foi metalúrgico na década de 70, permanecendo na empresa durante cinco anos. Nos anos 90, trabalhou durante um ano numa indústria de autopeças, mas ao longo da década esteve submetido a situação de desemprego.

¹¹ A intenção, aqui, não é discutir sobre juventude na perspectiva geracional, aprofundando-a, objetivando a existência de “disfunções, desvios” nos processos socializatórios nessa fase de vida, mas sim trazer elementos que mostrem a cotidianidade revelada por meio da interlocução do jovem, em relação à socialização primária. Segundo Pais (1993, p. 56) ao estudar os contextos vivenciais cotidianos, poder-se-iam desvendar os enigmas dos paradoxos da juventude, “porque é quotidianamente, no curso das suas interações, que os jovens constroem formas sociais de compreensão e entendimento que se articulam com formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e ação”.

Quando metalúrgico foi motivado a deixar a profissão devido às possibilidades de melhorar a renda familiar ao vender carros e imóveis. Nesse período, a situação financeira da família teve profunda melhora. Porém, logo seu pai desenvolveu um quadro de alcoolismo, que o levou a diversas internações. Acrescenta-se a isso o fato de que o casamento dos pais era marcado pela instabilidade, visto que se separaram três vezes, embora no momento da pesquisa estivessem juntos.

A mãe de José é a única “provedora” dentre o grupo, já que, ao longo de vinte anos vendendo móveis, construiu uma estabilidade financeira que assegura a sobrevivência da família, num parâmetro de consumo que a colocaria entre as de camadas médias.¹² O depoimento do jovem remete-nos à análise da juventude no tempo presente, pois no momento da entrevista o jovem estava estudando, trabalhando, referia-se a seu trabalho com orgulho, indicava obediência e forte apego à mãe. Trabalhava com o pai, embora bordejasse a marginalidade.

José sempre foi uma preocupação na família. Desde pequeno, foi quieto, mas muito arteiro; destruía tudo que ganhava e desde sobretudo os 10 anos passou a revelar fascínio por armas. A partir da adolescência, a família mudou várias vezes de residência, a fim de retirá-lo do convívio com jovens em conflito com a lei. No seu depoimento, vê-se a forte ligação com a mãe, apesar deste vínculo parecer indicar mais submissão que respeito mútuo. Não obstante, José ainda a reconhecia como autoridade no interior da família. Nota-se que o jovem, quando se referia à figura materna, era afirmativo ao dizer: “Se a minha mãe fosse falar pra mim ‘nós vamos mudar para o interior’, eu não ia ter escolha, eu ia ter que ir, porque eu sou de menor”.

Seis meses após a entrevista, quando se retornou a campo, havia uma nova realidade.¹³ Foi possível constatar que a rede de proteção que estaria encobrindo o

¹² Segundo José, a renda salarial de sua mãe ultrapassa 15 salários mínimos (R\$ 151,00, à época).

¹³ Devido à impossibilidade de entrevistá-lo novamente, optou-se por realizar uma entrevista com a mãe do jovem, na qual se obtiveram várias informações que no primeiro contato não se evidenciavam com clareza, quanto à sua socialização primária. Ao adentrar no espaço privado da família, a olho nu já se mostrava o momento que esta vivenciava. De um lado, a avó de José, uma senhora de 90 anos com esclerose, indicaria a necessidade de cuidados apropriados a esse quadro. Ao longo da entrevista, seus gritos e os constantes palavrões em espanhol acenavam para o cotidiano da família. Além disso, tivemos a oportunidade de conhecer o quarto de José, no qual se expressa seu interesse por pichação,

jovem protegia, na realidade, sua família nuclear. Poder-se-ia dizer que o tio de José, proprietário de uma microempresa prestadora de serviços para autopeças da região, ao assegurar trabalho para pai e filho, estaria tecendo essa rede de proteção. Porque, segundo o jovem, seu pai, quando trabalha em lugares abertos, exercendo a função de vendedor, costuma beber e, quando está trabalhando numa empresa, isto é, num lugar “fechado”, não retorna à bebida. Assim, no momento da entrevista, o pai do jovem buscava recuperar-se da doença. Soma-se a isso o fato de que, aos 16 anos, José cumpriu uma liberdade assistida por ter sido pego com uma arma na cidade. Desse modo, o trabalho na empresa do tio afastava-o do convívio com outros jovens em conflito com a lei. É interessante destacar o fato de que, para José, se não fosse seu tio, ele estaria desempregado.

fato não revelado em seu depoimento. Pudemos observar as paredes de seu quarto todas pichadas, o apego do jovem ao tênis “remp”, como relatou sua mãe, um tênis barato que, comprado no comércio ambulante, não é de marca famosa, mas é uma paixão do jovem. De outro lado, o pai de José, no momento desempregado, acompanhou a entrevista de duas horas e meia, sem fazer um relato sequer sobre o filho. Paralelamente, a mãe demonstrava estar incomodada com a presença do marido, pois parecia o tempo todo querer culpá-lo pela situação do jovem. Embora o pai tenha um quadro de alcoolismo, como já mencionado, a responsabilização a ele parece ser motivada particularmente pelo seu histórico familiar. Na sua família de origem, há três casos de primos e irmãos envolvidos com atividades ilícitas, tráfico, estelionato. Segundo a mãe do jovem, José desde pequeno viu sobretudo os primos por parte de pai “darem-se bem com a prática de estelionato”. No caso de sua própria família de origem, são todos evangélicos, possuem um quadro de referências bastante oposto ao da família do marido. Conforme seu depoimento, o que ocorre com o filho “está no sangue”, pois desde pequeno sempre procurou se envolver “com quem não presta”, diferentemente do irmão mais novo, o qual nunca deu problema na escola, é um “menino tranqüilo”. Mas, ao mesmo tempo, a mãe indica um incondicional amor pelo jovem, afirmando ser ele um “bom menino”. E exemplifica: todo o dinheiro ganho com o seu trabalho era entregue à família, sempre mostrava suas mãos estouradas devido ao trabalho na microempresa metalúrgica do tio. Acrescenta-se a isso o fato de que, quando alcoolizado, o pai torna-se muito violento; em vários confrontos familiares, José defendeu sua mãe, evitando que sofresse violência física. O jovem sempre propôs a separação dos pais, uma vez que, como ela nos dizia, José afirmava: “Você não precisa dele para nada”. Embora o objeto deste estudo não esteja voltado à análise geracional, novamente esse enfoque impõe-se, na medida em que José é impelido a escolher, a lidar com o quadro de referências de diferentes culturas geracionais, ora as do trabalho por parte da família de sua mãe, ora as de convivência com atitudes e valores não definidos pelo trabalho e sim pelo poder de consumo, independente das formas de alcançá-lo.

Numa outra ponta, o relato de Otávio, jovem de 16 anos, filho mais velho de um casal, confirmaria o suposto da família como rede de proteção, no sentido de criar condições para uma melhor inserção do jovem na vida adulta. Das seis famílias, a condição econômica dos pais de Otávio é a melhor. Além do trabalho do pai numa conceituada montadora da região, a família possui uma avícola administrada pela mãe.¹⁴ Seus pais, desde pequeno, aconselham-no a fazer as coisas certas, incentivam-no nos estudos e indicam a possibilidade de vir a ser um metalúrgico, já que terá uma porta aberta para construir um futuro profissional na montadora, onde seu pai trabalha. Denota em seu relato, possuir um grau de liberdade maior que os demais jovens,¹⁵ podendo definir seus horários. Segundo o jovem,

meu pai só procura saber com quem eu vou, quando eu vou e quando eu volto. E diz: “Tá a fim de ir, tá a fim de fazer, o problema é seu”. Mas sempre procurou me orientar, dar conselhos, mas o final é da minha parte (Otávio).

Além de Otávio, Maíra e Fernando também exprimem essa referência. Os pais expressam cumplicidade, na medida em que há forte confiança na relação, como indicam os depoimentos que se seguem:

— Eu não vou querer ir num lugar, que eu sei que eu vou encontrar gente lá, não do meu nível social, do meu nível moral. Não vou andar com essa pessoa que eu acho que não é boa companhia para mim. Ela [sua mãe] deixa pra mim, eu sei da minha responsabilidade. Eu sei, por exemplo, que amanhã eu vou acordar às 4:50h e que assim que eu sair da escola eu vou direto pra casa. Eu tenho autocontrole dos meus horários (Maíra).

— Minha mãe não gosta que eu [saia] à noite, mas não fala das minhas amizades, ela confia em mim. Se eu quero me meter em drogas, o

¹⁴ Segundo Otávio, a renda mensal de sua família em média equivale a 34 salários mínimos.

¹⁵ O jovem passou o verão de 2001 nos EUA, junto à família de seu tio, o qual exerce a função de engenheiro numa conceituada montadora naquele país.

problema é meu. Ela fala, comenta, mas se eu quiser o problema é meu. Eu não vou brigar com uma pessoa porque ela fuma. Se ela fuma, eu fico na minha e ela fica na dela. Eu conheço um que fuma, mas nunca oferece e, se oferecer, eu também não aceito. Não aceito, não (Fernando).

Percebe-se nos depoimentos que o quadro de referências apresentado por Otávio em relação à possibilidade de escolhas, de maior autonomia no interior da família, aproxima-se do referido por Maíra. Nota-se que os jovens originários de famílias com um maior acúmulo e tradição operária enfatizaram esse aspecto. Poder-se-ia estabelecer uma relação de maior proximidade entre o trabalho do pai, concebendo-o como ator social na perspectiva delineada por Touraine (1994),¹⁶ e o modo de ser da família, produzindo em seu interior maior possibilidade de escolhas, de realização, tendo em vista o que lhe foi negado no processo de trabalho taylorista.

Esse questionamento encontraria terreno firme na negação do trabalhador às características do trabalho fordista/taylorista, dada a impossibilidade de o operário realizar sua individualização, como assinala Rodrigues (1987). Não se pode perder de vista que os pais destes jovens vivenciaram intensamente o trabalho moderno, cuja organização cerceava a manifestação da subjetividade do trabalhador no campo do trabalho.¹⁷ O autor obteve de um operário a seguinte referência sobre o trabalho fabril nos moldes da organização de trabalho taylorista/fordista:

Na fábrica você não tem um poder de liberdade de escolher o que você faz. Até mesmo não escolhendo o que você faz, mas a maneira do que você faz é tudo predeterminado. Você tem que obedecer [...] Em termos de liberdade individual isso não dá! Agora, você se condiciona. Então, essa condicionante, para mim, é uma prisão que você não percebe porque você é educado, você é treinado, você é fantasiado para isso a vida inteira (Rodrigues, 1987, p. 52).

¹⁶ Para Touraine (1994, p. 221), ator social e sujeito não se distinguem, visto que a relação entre indivíduo e meio social propicia o exercício da autonomia e do questionamento aos papéis sociais, na medida em que o indivíduo exerce o “apelo à transformação do si-mesmo em ator”, reafirmando-se como sujeito social.

¹⁷ A não realização do trabalhador no processo de trabalho fordista não quer dizer que outras formas de trabalho do modo de produção capitalista permitiriam essa realização, haja vista o debate que se estabelece sobre a apropriação da subjetividade do trabalhador pelos processos flexíveis.

O autor também relata as diversas brincadeiras, apelidos, trocas entre os trabalhadores realizadas no interior da fábrica como uma forma de resistência aos processos repetitivos, rotineiros e altamente disciplinadores próprios da condição fabril (Rodrigues, 1987, p. 52). Noutro estudo, Salles (2000, p. 42-43) relata o sentimento de um operário da VW quanto ao trabalho que realizava, em 1976, quando entrara na empresa. O trabalhador referia-se ao trabalho como escravidão, visto que não era possível “sair da máquina nem para beber água”. Lá adquiriu tendinite e problemas na coluna.

Nota-se que estudos sobre operários numa condição de trabalho que nos remetem à organização fordista/taylorista do trabalho indicam o fortalecimento do imaginário desses operários em relação à valorização da escolaridade pelos trabalhadores, sinalizando-a como elemento pertinente à cultura operária. Os cinco jovens provenientes de famílias nas quais se explicita essa condição reafirmaram a preocupação e a atenção dos pais em relação a seus estudos. Poder-se-ia dizer que as determinações sociais, aprofundadas ao longo dos anos, através destas trajetórias de atores sociais cerceados em relação à realização da individualização do sujeito, como vimos em Rodrigues (1987), estariam produzindo esse quadro de referências no interior da família metalúrgica. Extrapolando ainda mais, a disciplina fabril ancorada na socialização do trabalho estaria produzindo no espaço familiar um processo socializador, o qual, paradoxalmente, seria estabelecido por meio do exercício do direito à liberdade com responsabilidade, propiciando auto-estima e sobretudo a construção da individualidade do jovem, tendo em vista a atuação de ator e sujeito social.

Entretanto, ao levantar novas hipóteses, a partir deste grupo de jovens, há que se ter cuidado, pois a possível relação entre a disciplina fabril e a familiar não deve ser vista de forma isolada e homogênea. O disciplinamento numa família poderia ser uma condicionante relevante na transição do jovem à vida adulta de forma menos traumática; em outra, poderia conduzir-nos a um quadro de “desvio” como conceituado na sociologia geracional.¹⁸ Há que se considerar, também, a heterogeneidade que recobre a família e a condição operária, como assinalam Telles

¹⁸ A propósito, observar as condicionantes advindas das questões de poder e negociação no interior da família, como assinala Salem (1980).

(1992) e Gonçalves (1977) e as mediações que se estabelecem entre a interface ator e sujeito social, como tratadas por Touraine (1994) e Bajoit & Franssem (1993), cuja referência nos orientam a tomar a família metalúrgica no plural.

Retomando as histórias dos jovens, no depoimento de Maíra percebe-se que a opção estudar é central nesta família. Por diversas vezes, a jovem reiterou as indicações de sua mãe sobre a relação escola e trabalho. Segundo Maíra, sua mãe sempre lhe diz: “O teu futuro tá lá na escola. Se você não conseguir conciliar o trabalho com a escola, sai do trabalho. Com a escola, você vai conseguir outro trabalho; com o trabalho você não vai conseguir uma escola melhor”.

Ferretti (1988), ao examinar às trajetórias de trabalhadores das “classes subalternas”, ressalta a valorização dada por essas famílias ao processo de escolarização como aspecto que embala o sonho de mobilidade social ascendente. Nota-se que a possibilidade de ascensão por meio da educação, apesar de originar-se nos preceitos liberais, atingindo especialmente as camadas da pequena-burguesia, é significativa, também, nos segmentos de camadas populares da cidade, visto que o fenômeno da escolarização se impõe historicamente como urbano e também encontra terreno fértil no campo. No caso de famílias pertencentes à *classe subalterna*, o autor constata que nestas se encontram expectativas realistas devidas a sua condição de classe. Diante dessas condições, “almejar para os filhos uma ocupação que seja ‘melhor’, ‘mais leve’, que dependa do estudo, é parte dessas expectativas” (Ferretti, 1988, p. 160). Essa premissa afigura-se como um dos elementos centrais deste trabalho de pesquisa.

Além de ressaltar o significado atribuído à escolaridade em populações de meios populares e de camadas médias,¹⁹ vale destacar outro aspecto que fortalece

¹⁹ Sposito (1992), em suas indagações a respeito da educação de jovens filhos de migrantes, destaca a valorização à educação no interior dessas famílias: em seu imaginário, o acesso à educação configura-se como a possibilidade de realizar o projeto bem sucedido de migração. A autora acentua a crise econômica dos anos 90, indicando que em muitos casos essa projeção não se realiza. Apesar do quadro de recessão e desindustrialização no estado de São Paulo, para as famílias “é preciso oferecer aos filhos o que não se teve: a escola” (Sposito, 1992, p. 99). Nota-se a clara valorização da escola pública por parte das famílias de Maíra, Fernando e Ricardo, de origem nordestina. Desse modo, essa condicionante poderia estar contribuindo na valorização da instituição escola referida pelos jovens,

esse imaginário. No caso específico da família de Maíra, a interrupção do curso superior por parte da mãe, em função da gravidez da filha (irmã da jovem entrevistada), poderia estar fortalecendo a recomendação expressa do estudo. Ao penetrar os “modos de ser” de famílias trabalhadoras, tem-se conferido o desejo dos pais em ver seus filhos realizarem os projetos que lhes foram negados, devido a uma condição operária calcada na opção pelo trabalho.

Campos (1993) constatou que na socialização dessas famílias é reforçado o direito de escolhas, sobretudo a de estudar. Segundo a autora, “os pais querem dar aos filhos a oportunidade de decidirem, oportunidade que eles não tiveram em função de garantir a sobrevivência deles e da família” (Campos, 1993, p. 30).

Por outro lado, observa-se que a pouca escolaridade do pai de Maíra adquiriu um traço relevante na história da família, uma vez que, ao invés de ser visto como um problema que pudesse desencadear discriminações, esse legado do pai impõe-se como mola propulsora de solidariedade no interior da família. Reitera-se, no relato dessa jovem, o fato de o pai ser um trabalhador responsável, disciplinado, mas que “não tem estudo”. O pai “não tem essa coisa de comunicação, de chegar aqui, de conversar. Ele tem dificuldade de falar, pra se expressar, pra tudo”.²⁰

Diante disso, uma “rede de proteção” foi sendo tecida, ancorada tanto na mãe, quanto na filha, a fim de melhor introduzi-lo na contemporaneidade. Por intermédio de muitas conversas, seu pai está sendo (re)alfabetizado pela família, já que “às vezes ele escreve alguma coisa, escreve muito mal e a gente diz ‘olha não é assim’, explico de onde vem aquilo pra ele”.

Esse aspecto diferencia a história da jovem em relação aos demais. O quadro de referências apresentado por Maíra, sobretudo em relação à escolaridade, nos conduziria a estudos sobre jovens em situação de pobreza, como os realizados por Gomes (1997). Entretanto, essa não é uma referência objetiva na trajetória de sua família. Embora seja uma jovem de periferia e apresente uma moral advinda do trabalho que se assemelha à indicada por trabalhadores do chão da fábrica, cujos

haja vista o fato de seus pais terem migrado para o estado de São Paulo nos anos 60 e terem alicerçado famílias nas quais as figuras do masculino e do feminino possuem tons bastante nítidos.

²⁰ O pai de Maíra estudou no Norte até a terceira série do ensino fundamental. Ao vir para São Paulo, concluiu esse nível de ensino na empresa, em curso supletivo.

salários são os menores na produção, percebe-se que o trabalho estável de seu pai em uma grande empresa metalúrgica, ao longo de 26 anos, aliado ao *empreendedorismo* familiar, permitiu à família melhor inserção no padrão de consumo. Nesse sentido, o quadro de referência demonstrado por Maíra remete-nos a um quadro de jovens de camadas médias.²¹

Se fossemos traçar um paralelo entre a situação econômica destas famílias, poder-se-ia dizer que a de Otávio e Letícia, por constituírem a segunda geração de metalúrgicos, se colocam numa situação melhor que a dos demais e a de José, o qual não possui o histórico de condição operária. As famílias de Maíra, Fernando e Ricardo apresentam certa proximidade, haja vista o fato de encontrar-se nelas uma formação que nos remete à estrutura estrito senso de uma família operária, tal como assinala Telles (1992).

As pesquisas mostram que a família, estruturada e hierarquizada em seus papéis tradicionais, define um paradigma de moralidade e um modelo de autoridade centrado na figura do chefe provedor. É por referência a ela que as figuras do homem e da mulher, do adulto e da criança são construídas nas suas identidades. Identidades que fazem referência a atributos, responsabilidades, deveres, obrigações, numa teia de relações e interações simbólicas que definem seus lugares na hierarquia de posições e por onde são definidos os códigos de conduta e critérios de julgamento que estabelecem os limites do legítimo e do ilegítimo nas suas formas de existência (Telles, 1992, p. 55).

O quadro de referência das famílias examinadas sinaliza uma moral que muito se aproxima daquela de famílias originalmente mais empobrecidas. É importante destacar que, com exceção de Otávio, os demais jovens reiteravam a origem humilde de seus pais. Percebe-se que a situação de estabilidade marcada pela condição operária de uma classe ainda em formação parece ter produzido certa

²¹ A renda familiar da jovem está em torno de 15 salários mínimos. Seu pai, além de trabalhar na indústria metalúrgica, foi investindo em imóveis ao longo dos anos, tendo no bairro periférico em que residem cinco imóveis para locação e uma escola de datilografia/computação, administrada pela mãe da jovem. Além disso, é possível que a renda familiar seja ainda maior, pois, no momento em que se realizou a entrevista, a jovem acabava de passar por um conflito num curso profissionalizante

indefinição sobre sua real situação social. Maíra, Fernando, Ricardo e Letícia expressam fortemente a hierarquia de posições e valores que nos remeteriam à situação de trabalhadores do chão da fábrica, os quais, no contexto do fordismo e do taylorismo, eram tidos como trabalhadores não-qualificados, com os menores salários na hierarquia de cargos e salários da empresa.

Entretanto, ao investigar os filhos desses trabalhadores, percebe-se um ponto convergente na história dos jovens de famílias metalúrgicas. Os relatos indicam que a situação de “pobreza” não está presente nesse estudo; ao contrário, apesar do contexto de crise econômica dos anos 90, no primeiro contato com os jovens observou-se que possuíam casa própria, automóvel, uma gama de eletrodomésticos.²²

Destaca-se nessas famílias, a realização de uma melhor inserção no padrão de consumo, graças à realização da condição operária, aliada à valorização dos estudos dos filhos. É predominante nos depoimentos, a reiteração de atitudes cotidianas dos pais em relação aos filhos, objetivando incentivá-los a prolongar sua escolaridade e demonstrar responsabilidade em suas tarefas. Esse incentivo é realizado por meio de gestos de carinho, valorização das notas bimestrais, cobranças em relação à frequência escolar, “brincas” por não cumprir as demandas do ensino. Além da valorização da escolaridade básica, sobressai nessas famílias o desejo de que os filhos realizem cursos livres e profissionalizantes. Verifica-se que essa atitude está balizada no desejo dos pais de não deixarem seus filhos permanecerem na rua, pois é sinônimo de perigo, de contato com as drogas e violência. Buscam também prepará-

oferecido pela Prefeitura de São Bernardo do Campo destinado a jovens de baixa renda: fora denunciada, pois não possuía essa condição, apesar de destacar-se no curso.

²² Já se fala em “apartheid digital”, pois somente 2,5% da população brasileira acessam a internet, sendo que, desses, 16% são da classe C e 4% da classe D (*Diário Popular*, 29/4/01). Observa-se que, dos seis jovens, somente José demonstra estar distante do mundo digital, embora já tenha feito um curso de computação. Otávio e Fernando possuem computador, costumam “navegar” na internet. Maíra e Ricardo não o têm em casa; já tiveram, mas os pais os venderam. E Letícia disse-nos que seu pai está se organizando para comprar um; afirma que houve várias chances de comprá-lo, porém o problema é que em sua casa se “joga muito dinheiro fora, [compram-se] muitas coisas supérfluas”, isto é, jóias e roupas vendidas por sua mãe. A partir dessa referência, poder-se-ia dizer que, no grupo, José seria o jovem mais próximo da situação de pobreza. Contudo, ainda está longe do perfil de jovens pobres, como já foi dito; no entanto, o jovem é o único a se autodeclarar como de classe média baixa.

los para um trabalho melhor. Assim, nota-se aqui um entrelaçamento entre atitudes e valores de pais operários de jovens de camadas médias e de camadas populares.

Portanto, as famílias dos jovens encontram-se justamente onde essas camadas se imbricam, visto que vivenciaram uma condição operária que lhes permitiu certa mobilidade social ascendente em relação ao padrão de consumo, conquistada por meio do trabalho, principalmente ao realizarem muitas horas extras. A esse respeito, a discussão feita por Gonçalves (1977) na década de 70 sobre “a nova classe operária” é reveladora, para se compreender a sustentação e a permanência da valorização da educação no interior da família e a continuidade desse valor nos jovens e adolescentes, que incide positivamente na formulação de suas expectativas em relação aos projetos futuros.

Para traçar um perfil do operariado de uma empresa da indústria automobilística de São Paulo, num contexto em que a discussão sobre classe social ocupava vasto terreno no campo científico, Gonçalves (1977) traz a baila, como enfoque, quem eram os trabalhadores dessa “nova classe social”, tendo como pano de fundo a formação e a organização da classe operária brasileira. Assim, o autor indaga-se sobre as implicações da incorporação de setores da indústria moderna na economia brasileira, quais avanços e retrocessos esses setores poderiam propiciar. Para tanto, define primeiramente o operário como empregado “horista”, categoria que se contrapõe à dos “mensalistas”. Além disso, correlaciona a condição de qualificação profissional à estrutura de cargos e salários da empresa, diferenciando basicamente a indústria automobilística em dois setores: o das montadoras, como setor com uma estrutura mais bem definida, e o de autopeças, um setor mais heterogêneo, já que possui maior fluidez. O autor observa também que há nítida assimilação entre os setores; em muitos casos, as indústrias de autopeças buscam profissionais nas indústrias automobilísticas, acentuando sua complementaridade (cf. Gonçalves, 1977, p. 34-36).

Esse registro é pertinente, pois condiz com a origem profissional dos pais dos jovens deste estudo. Observa-se que, entre os seis jovens, encontram-se pais que realizam uma trajetória profissional numa única montadora, como é o caso dos de Fernando e de Otávio, sendo que ambos permanecem trabalhando com expectativas de se aposentarem nessa mesma montadora. Têm-se também o caso dos pais de

Letícia e de Maíra, que se aposentaram na segunda metade da década de 90 com acúmulo de experiência numa mesma empresa; o de Letícia tornou-se um empreendedor.²³ Ainda como aposentado, mas que permaneceu trabalhando, vê-se a situação do pai de Ricardo, o qual construiu uma trajetória de trabalho em três grandes empresas, permanecendo num período de quatro a oito anos em cada uma. E, por fim, destoando da condição operária do grupo, observa-se a situação profissional do pai de José, profissional que não construiu uma trajetória de metalúrgico, tendo por referência maior a identidade de vendedor.²⁴

Diante disso, verifica-se que o fato de trabalhar no setor de produção como trabalhador horista ao longo de vários anos numa grande empresa é um aspecto articulador entre as diversas histórias. Ainda se pautando pela discussão realizada por Gonçalves (1977), vê-se a fecundidade de suas colocações ao discorrer sobre a dicotomia que se estabelece no interior da “nova classe operária” entre o trabalhador de “macacão e o de colarinho branco” no contexto da organização de trabalho

²³ Tomamos esse termo não como uma possibilidade de ascensão social, mas como um movimento decorrente da precarização do trabalho, onde as formas flexíveis de trabalho “se parecem mais com antigas formas de contratação”. Sob esses parâmetros, vê-se a precarização do trabalho num compósito de formas de *emprendimientos* aliadas a maior segmentação do mercado de trabalho, consolidando a instalação da precariedade e por sua vez diluindo o assalariamento. Desse modo, impõe o refluxo da classe trabalhadora, retrocedendo às conquistas dos trabalhadores no século XX, tais como o assalariamento, como assinala Castel (1999, p. 437), ao destacar a atuação do governo da Frente Popular Francesa (com uma maioria social-comunista) que consolidou durante os anos 30 do século XX uma nova fase à classe trabalhadora: “1936 marca uma etapa decisiva de seu reconhecimento como força social determinante, uma extensão de seus direitos e uma tomada de consciência de seu poder que pode fazê-la sonhar em se tornar um dia o futuro do mundo”. Além do autor, Harvey (1999) e Castells (1999) realizam profunda análise sobre as novas formas de contratação, acenando em direção à precarização do trabalho, de um lado, e, do outro, a manutenção do “núcleo duro” do mercado de trabalho.

²⁴ Cabe ressaltar a importância de incluir nesse grupo o tio de José, visto que esse trabalhador construiu uma trajetória de trabalho linear numa única empresa durante 25 anos. Após seu desligamento da empresa, deu continuidade à vivência de trabalhador metalúrgico, atuando como microempresário, fornecendo produtos para empresas de autopeças. Como já indicado, partiu-se do suposto de que o jovem, no momento da entrevista, tinha nesse tio sua referência de inclusão social mais estável do que a que encontra-se em seu pai, visto que em relação a este o que se verifica é a “inclusão precária e instável”, como assinala Martins (1997a, p. 25-38).

fordista/taylorista. Segundo o autor, essa dicotomia somente é possível porque, nesse período, trabalhadores do chão da fábrica tiveram ganhos salariais e, ao realizarem muitas “horas extras”, se estabeleceu mais equivalência salarial entre operários fabris e profissionais de classe média, sobretudo do funcionalismo público. Nesse sentido, o autor problematiza a situação da classe operária brasileira, considerando a diversidade que encobre e suas particularidades, tendo por especificidade:

O modelo brasileiro de crescimento econômico, permitindo a coexistência de amplas camadas marginalizadas da população e de carência da mão de obra qualificada e de técnicos, oferece ao operário as seguintes possibilidades de ascensão na hierarquia social: ascensão mediante integração na classe operária, quando se trata de migrantes originários de áreas agrícolas e não industrializadas; e ascensão mediante o abandono da condição operária e passagem aos extratos médios, quando se trata de operários qualificados (Gonçalves, 1977, p. 39).

Embora essa discussão sobre classe social não seja objeto de nosso recorte de análise, depreende-se que a reflexão mais apurada sobre as razões pelas quais as famílias desses jovens assertivamente acreditam e não economizam esforços para concretizar a elevação da escolaridade de seus filhos, perpassa a experiência de ascensão social no interior da classe trabalhadora. Ao longo do percurso da pesquisa, esta questão foi se afirmando como um dos elementos preponderantes que poderia melhor explicar as expectativas positivas dos jovens em relação aos projetos futuros, visto que a experiência de mobilidade social ascendente dos pais, apesar de se restringir ao consumo, produziria um quadro de referências de confiabilidade no imaginário de ascensão social, acalentado nas perspectivas da família de ver seus filhos como trabalhadores que não estão presos ao chão da fábrica, podendo tornar-se mensalistas ou ocuparem postos de trabalho de melhor qualificação no processo produtivo.

Para que isso ocorresse, seria necessário formar os filhos, criar condições para que estes possam exercer funções que os remeteriam às de “colarinho branco”, conforme a cultura da fábrica registrada por Gonçalves (1977) na década de 70. Avulta nos depoimentos o incentivo dos pais ao estudo dos filhos para além da educação básica, pois no seio da família encontrar-se-ia também a expectativa de formar um filho “doutor”, como vê-se na família de Ricardo. Segundo o jovem,

o sonho dele [seu pai] é que o filho dele se forme e consiga prosseguir independente de ser metalúrgico ou não. Pode ser advogado, médico, qualquer outra profissão. Mas não tem aquele sonho, tem que ser metalúrgico, ele quer que você se forme (Ricardo).

Observa-se que, no caso de Fernando, o que há é a perspectiva dos pais de “encaixar o filho na empresa”, não vislumbrando uma ruptura na condição de metalúrgico do chão da fábrica. No entanto, diante das mudanças do mundo do trabalho e das novas exigências de mercado, evidencia-se o projeto de elevar a escolaridade do filho para além da educação básica. Segundo o jovem, seus pais entendem que, se ele obtiver um diploma universitário, preferencialmente de engenheiro e souber inglês, suas chances de se encaixar na empresa onde o pai trabalha serão maiores. O projeto de um curso universitário para o filho é direcionado ao objetivo de alargar suas condições de inserção na empresa, credenciando-o a preencher os quesitos de seleção da montadora em questão. Neste depoimento, nota-se que incluir no projeto familiar o curso universitário é uma das alternâncias decorrentes das mudanças do processo de trabalho, visto que o de caráter taylorizado já não é a referência maior da grande indústria. Portanto, nessa família, dar continuidade à geração metalúrgica significa somar esforços e incluir o filho na universidade, apesar da ambição do pai estar restrita a inseri-lo na empresa como operário do chão da fábrica.

No depoimento de Letícia, observa-se que, apesar de a jovem estar próxima da fase da vida na qual se estabiliza a identidade profissional,²⁵ os pais não estabelecem essa discussão objetivamente. Contudo, a jovem insinua que seus pais desenham projetos de que conclua o nível superior, sobretudo para que desenvolva a

²⁵ Bajoit & Franssem (1993), ao realizar estudo com jovens belgas nos anos 90, focalizando as implicações do novo quadro de referências político-econômicas e sociais, marcado pelo alargamento da competitividade na vida societária, entrevistaram 50 jovens na faixa-etária de 20 a 29 anos, tendo em vista suas relações com o mercado de trabalho no momento em que deve se estabilizar a identidade profissional desses jovens. Segundo os autores, os jovens nessa condição social, seriam os mais apropriados a revelar como a lógica neoliberal os tem afetado, visto que não seriam mais tão protegidos pelo sistema escolar como na adolescência.

educação, premissa de futuro. Segundo ela, seu pai está aguardando sua decisão; quando decidir, ele fará todo o possível para realizar seu projeto. Ele é “um tipo de pessoa que é só eu dizer ‘eu quero me formar’: Fazer isso... ele vai me dar apoio”.

No depoimento de Otávio, o jovem afirma que seu pai lhe dá irrestrita liberdade de escolha para cultivar seus projetos, sem interferir neles.

— *Quando eu falo que eu vou fazer medicina, ele diz tudo bem, você que sabe o que é melhor pra você, estudando... Mas veja o que você quer, tem que ver direito. Ele não se opõe a nada (Otávio).*

Entretanto, observa-se o fato de Otávio estar cursando o Senai, indicação proposta pelo pai desde a sua infância, a fim de que o jovem ingresse na empresa e dê continuidade à terceira geração de metalúrgicos da família, visto que sua avó aposentou-se numa metalúrgica e seu pai e tio também construíram uma trajetória no setor. Desse modo, explicita-se a orientação “veja bem, não vá desperdiçar essa chance”. Apesar disso, Otávio afirma que seu pai não transmite o valor de continuidade de gerações metalúrgicas no seio da família. Tal como em Ricardo, seu pai acalenta o desejo do filho permanecer estudando. No exame do depoimento, percebe-se a seguinte ambigüidade: ao mesmo tempo que o jovem afirma que seu pai não insiste para que ele faça carreira como metalúrgico, o jovem tem cumprido esse desejo, realizando a trajetória assinalada pelo pai desde a infância.

A dicotomia entre o trabalhador de macacão, particularmente o ferramenteiro, e o de colarinho branco, o engenheiro, está presente em diversos estudos sobre a categoria metalúrgica (cf. Campos, 1993, Rodrigues, 1987, Sales, 2000, Freitas, 1997, e Gonçalves, 1977). Entretanto, há que se considerar o contexto no qual ela se impõe. Atualmente, com as novas formas de trabalho,²⁶ esse traço da cultura operária estaria sendo relido, colaborando para uma maior assimilação, por parte da família

²⁶ Entende-se esse processo como Leite & Rizek (1998), ou seja, a partir de um platô no qual se percebem processos de retaylorização da produção, com a incorporação diversificada de novas tecnologias na base produtiva. Observa-se que, paralelamente à não alteração em larga escala da base física da produção, os processos seletivos do mercado de trabalho têm exigido cada vez mais a elevação da escolaridade da população, tendo em vista a empregabilidade.

metalúrgica, dos discursos sobre a empregabilidade do trabalhador. Isto posto, observa-se que, no contexto de mudança do paradigma do trabalho, alguns dos pais dos jovens entrevistados já se aposentaram e não se identificam com o novo quadro de referências advindo das novas formas de organizar o trabalho. Ao mesmo tempo, constatou-se que tem-se acentuado a preocupação com a escolaridade dos filhos no interior da família, sobretudo daqueles trabalhadores ainda inseridos no processo produtivo da fábrica moderna, como é o caso do pai de Fernando.

Diante dos processos particulares das famílias, buscou-se relevar elementos presentes em seu interior que sejam significativos na elucidação das expectativas positivas dos jovens em relação à escolaridade e ao trabalho. A opção por juventude e família no plural fundamentou-se no propósito de arrolar questões com o cuidado de não estabelecer comparações entre as famílias, nem tampouco firmar juízos de valores a partir de uma condição operária ou não. Ao contrário, buscou-se, na medida do possível, conhecer um pouco mais desse universo tão instigante que é o espaço privado da família, tendo em vista as considerações de Sarti (1999), em relação aos desafios da família na contemporaneidade:

Enquanto as explicações mantiverem a dicotomia entre a “boa” e a “má” família, negando a ambivalência intrínseca às relações afetivas, pouco se avança na compreensão dos recursos das próprias famílias. Mantém-se implícita alguma forma de acusação moral contra as famílias, que acabam estigmatizadas como “problemáticas” nas ações com famílias, pela referência a um modelo idealizado de relações familiares” (Sarti, 1999, p. 103).

A relação juventude e condição operária num contexto de dilaceramento

Castel (1999), ao examinar a condição operária no contexto da sociedade salarial, diferencia-a da condição proletária firmada no início da industrialização. A diferenciação conceitual entre ambas é sublinhada pelas conquistas dos trabalhadores

no século XX, analisadas pelo autor a partir do movimento da Frente Popular francesa na década de 30 deste século. Contudo, ao pontuar tais conquistas, especialmente o descanso remunerado, retrata a nova condição do operariado sem esquecer as características particulares da identidade coletiva desse ser.

Dentre essas características, sobressai a especificidade do fazer operário como trabalho pejorativo, destinado às atividades braçais, em que “a imaginação [ou seja, o pensar, o refletir] lhe escapa” e que impõem ao trabalhador uma situação social contraditória na sociedade. De um lado, o trabalhador sente-se dependente nos locais de trabalho e se afirma numa posição de desvalorização; de outro, entende-se como produtor de riqueza social. É neste dilema que se realiza a consciência operária, denominada pelo autor de “consciência infeliz” (Castel, 1999, p. 442).

Ainda em Castel (1999), o autor indica que nos setores modernos essa consciência acentua-se, pois nas regiões industriais mais avançadas os conflitos inerentes a essa condição tendem a se evidenciar. Neste ponto, é interessante a argumentação do autor a respeito da contraposição histórica do movimento operário à concepção burguesa. Segundo esta, o trabalho operário é um trabalho subjugado, é tido pejorativamente como inferior; contra esta ideologia, o movimento operário, desde o seu nascimento, fortaleceu a imagem do trabalho operário como trabalho “digno”, haja vista a importância do “trabalho braçal e sua preeminência social enquanto verdadeiro criador das riquezas sociais” (cf. Castel, 1999, p. 443). A afirmação é pertinente, pois vêm-se elementos da tradição da cultura operária, tais como a moral do trabalho e a dignidade do trabalhador, como aspectos centrais do fazer-se ator social e sujeito. Acrescenta-se a isso o fato de, no caso do lazer, conquista dessa condição, o autor ressaltar que, para os trabalhadores, “o lazer é algo merecido e deve ser bem preenchido”, ou seja, deve ser utilizado para algo. Ao estabelecer uma finalidade ao lazer, os trabalhadores buscam diferenciar-se da burguesia e acentuar sua condição de operários, orgulhando-se dela (cf. Castel, 1999, p. 441). Isso ocorre porque os dilemas, as contradições presentes na condição operária *não são deixadas no vestuário quando o trabalhador deixa a fábrica*, configuram-se como sua situação social e, como temos lembrado até aqui, se impõem no modo de ser da família destes operários.

Essa situação social parece evidenciar-se no depoimento de Maíra. Ao que tudo indica, esta jovem mantém um diálogo profícuo com valores próprios de famílias marcadas pela condição operária e de assalariamento, como indica Castel (1999). Nessas condições, sobressaem atitudes que nos remetem à percepção de coesão social e significados como os de união e cooperação, que, por sua vez, em sua história, sofreriam a mediação da trajetória de trabalho de seu pai, realizada durante 26 anos numa mesma empresa. Segundo a jovem,

a família acaba aprendendo alguma coisa, porque 26 anos não são 20 dias, é muito tempo pra uma pessoa falar que não aprendeu nada, que não conseguiu passar nada pra ninguém nesse período. O meu pai acabou passando assim uma mensagem positiva sobre a indústria, que ela traz benefícios. Claro que todo trabalho tem seu lado prejudicial, você sempre está estressado, têm problemas, mas eu acho que é bom sim, que influi bastante (Maíra).

Esse quadro de referências é uma especificidade desta família, ou outros jovens indicariam, como assinala Castel (1999), “a relativa integração na subordinação”, ou seja, aquela situação em que a estabilização da condição operária reduziu a depreciação desse trabalho na sociedade, mas não rompeu com a dependência do trabalho e a permanência do trabalho alienado? Nota-se que cinco dos jovens entrevistados têm contato com pessoas que sabem o que significa vivenciar uma longa trajetória de trabalho numa indústria moderna, tornar-se especialista num ofício ao realizar repetitivamente, ao longo dos anos, as tarefas a ele referentes, impondo-se o saber fazer de um ofício em vias de extinção. Os depoimentos desses jovens demarcam a condição operária de forma estrita, visto que, como indicam Pessanha & Morel (1991, p. 81), na família se “reforça a cultura fabril como canal de transmissão de uma memória coletiva”, vital na continuidade de gerações operárias. Desse modo, vale destacar a memória desses jovens em relação ao trabalho dos pais e como, de certo modo, os valores da empresa, se fizeram presentes nessas famílias.

— *Quando ele estava trabalhando, a gente conversava sobre o trabalho dele. Mesmo porque todo ano a gente ia na empresa pra visitar, porque tinha aquela festa, a gente pegava presente, tinha essas coisas. Aí ele mostrava: “Esse aqui é o meu trabalho, é isso que eu faço”* (Maíra).

Além dos presentes na infância, um dado de relevância na memória dos jovens é o dia de visitas realizado em algumas empresas semestralmente e em outras, uma vez por ano.

— *Quando tinha visitas, eu ia com meu pai, minha mãe, minha irmã, pelo menos uma vez por ano. Além do dia de visita, tem o churrasco. Eu acabei não lembrando, mas sempre tem. Não é da empresa, são os próprios colegas do meu pai que fazem o churrasco, levam a família, tinha bastante festa* (Otávio).

— *Eu não me lembro se era de seis em seis meses ou uma vez por ano que tinha churrasco. Mas a gente andava de caminhão, ganhava chocolate, camiseta, um monte de coisa. No final do ano tinha os presentes. Com 12 anos eu parei de ganhar presentes. E também tinha o churrasco, mas não era da firma toda, era de uma seção, o gerente organizava* (Letícia).

Somam-se a isso as feiras de carros, de produtos, de novidades do setor e também os passeios no interior da fábrica para os funcionários das famílias. Assim, no contexto em que ainda se verificava uma condição operária marcada pela possibilidade de construção de trajetórias de trabalho de longa duração, sobressai na memória dos jovens o fato da empresa ser uma grande família para os trabalhadores.

Em relação à empresa objeto de seu estudo, Salles (2000, p. 28) observa que, no contexto do paradigma fordista/taylorista, não se poupavam esforços no sentido de tentar convencer aos trabalhadores de que ali eles encontrariam “a perspectiva de convivência harmônica com interesses e perspectivas comuns”, pelo fato de estarem integrados à “família VW”. Em documento de 1969, explicitam-se as possibilidades que se abririam ao trabalhador, que poderia encontrar e fazer amigos, tomar suas

refeições, discutir coisas simples e importantes e, acima de tudo, desenvolver a responsabilidade, visto que “é necessário que compreenda a importância de todos dentro da organização, suas obrigações, responsabilidades e direitos”.

Os trabalhadores pesquisados em Salles (2000) revelam profundo orgulho de participar da família VW. As pesquisas sobre o setor metalúrgico acenam para a forte vinculação entre a grande empresa e a cidade (cf. Arbix, 1995, e Campos, 1993). Na cidade de São Bernardo, a literatura mostra que as famílias em que o chefe provedor era operário de uma grande indústria eram consideradas pela comunidade como privilegiadas. A propósito, Domingues (2000) relata que o segmento metalúrgico, ao longo dos anos, construiu a seguinte referência:

[...] se consolidou no Brasil e em países centrais, como um dos mais organizados e combativos, e [...] constituiu-se no imaginário social como um segmento de elite no interior da classe trabalhadora, seja pelos ganhos reais alcançados, em termos salariais, seja pela notória capacidade de impulsionar o movimento sindical como um todo no enfrentamento ao capital, mediante greves massivas e duradouras, dentre outras ações, que propiciaram ao sindicalismo metalúrgico projeção pública e reconhecimento social como interlocutores políticos relevantes” (Domingues, 2000, p. 194-195).

Além disso, nas décadas de 70 e 80, ser trabalhador de uma grande indústria era possuir status social.²⁷ Salles (2000, p. 28) acentua que “morar em São Bernardo e trabalhar na VW era um sonho de muitos trabalhadores. Nas falas dos trabalhadores as vivências no trabalho, a fábrica, a cidade se refazem e estabelecem relações”.

Em relação à condição operária, percebe-se que o reconhecimento de ser metalúrgico firma-se na família dos jovens a partir das esferas do trabalho e do

²⁷ Nota-se que, na trajetória de José, as referências de uma condição operária são balizadas pela experiência de trabalho de seu tio. Observa-se, no depoimento do jovem, o imaginário de que o trabalho em grandes empresas é um trabalho imbuído de direitos sociais. Otávio e Letícia, por sua vez, revelam que as pessoas em geral sempre destacam o que o pai da jovem se aposentou na Scania e o jovem fazia curso do Senai dentro da Mercedes Benz. Todavia, os jovens indicam que essa determinação social não é fato relevante em suas histórias. Possivelmente, por terem elementos que propiciem uma análise real sobre o trabalho na grande indústria nesse contexto de dilaceramento.

capital. Nos depoimentos de Letícia e Maíra, a idéia da empresa como a “mãe do trabalhador” adquire maior relevo. Destaca-se que essa expressão veio à tona no momento em que as jovens relatavam o momento em que seus pais aposentaram-se, pois a política das empresas era demitir prioritariamente os aposentados.

— *Meu pai, quando se referia a firma, ele falava “a mãe Cofap”, porque ele trabalhava, ele dava uma coisa pra empresa. Na verdade, ele vestia a camisa e em troca a empresa remunerava ele com dinheiro, com trabalho, com várias coisas (Maíra).*

— *Antigamente subia de cargo. O cara que estava na produção, ele ia crescendo, hoje em dia não tem mais isso. Antes tinha mais privilégio, a Scania era uma mãe, como o meu pai diz. Ele sempre fala que tudo o que tem aqui dentro de casa é por causa dela, e é verdade (Letícia).*

A memória das jovens sobre o trabalho do pai e a forma como essas empresas permearam suas infâncias contribuem na elucidação do grau de informações apresentadas pelos jovens sobre as mudanças no setor metalúrgico, no processo de trabalho fabril dos anos 90. Suas informações não vêm apenas da família, outras agências de informação realizam esse papel,²⁸ sobretudo cursos livres e profissionalizantes, matérias jornalísticas, etc. Entretanto, ressalta-se na juventude desses adolescentes o profundo interesse pelas discussões a respeito de trabalho, tecnologias, comunicação. Por isso, valeria destacar a preeminência da família metalúrgica como agência formativa, pois, para eles, as questões a respeito do trabalho e suas mudanças são altamente “inteligíveis”.

Nesta discussão, são fecundas as colocações de Berger & Berger (1977, p. 205) a respeito do universo da socialização primária. Conforme o autor, de início a criança vê os padrões transmitidos pelo adulto de forma bastante “absoluta”; no decorrer do processo socializatório, esse quadro de referências torna-se

²⁸ No Capítulo 3, será apresentada a concepção desenvolvida pelos jovens a respeito dos cursos profissionalizantes, livres, como um dos elementos centrais para a empregabilidade do trabalhador.

paulatinamente inteligível, uma vez que “a criança penetra nesse mundo e adquire a capacidade de participar dele. Ele se transforma no seu mundo”.

— *Meu pai, ele trabalha na Volks, e eu já tenho a base do que precisa e do que não precisa pra estar lá dentro, ele passa tudo pra mim. Eu pergunto, ele fala, é sempre assim. Se tá mudando, tá entrando um novo carro, meu pai me fala. Eu sempre fico perguntando sobre carro, essas coisas, eu sempre pergunto. Agora, eu sei do PQ-24, até 2005 vão fazer, ele vai entrar no lugar do Gol, o Gol vai sair* (Fernando).

Além do conhecimento sobre o mundo da fábrica, em especial as informações sobre os novos projetos da empresa e suas implicações na vida da família, nota-se também o aparecimento de outras inteligibilidades. No depoimento de Fernando, particularmente, sobressaem as lutas sindicais. O jovem refere-se ao sindicato como “os advogados dos metalúrgicos. É o sindicato, é o necessário, porque, se dependesse da empresa, de gerente fazer, nunca iria sair nada. Acho que é importante o sindicato”. Este traço de Fernando explicita o que significa nascer no ABC, ser oriundo de uma família operária, de um segmento moderno, estar assentado numa condição que, apesar de prenhe de tensões, ainda se mantém, sinalizando o que afirma Alves (1999):

Os movimentos operários se negaram a ser um poder econômico e social egoísta e produziram, compondo-o, um intenso processo de comunicação social, cujos resultados ainda têm histórias a contar. Identidade significou, ali, a diminuição das distâncias entre o saber e o fazer, seguida das suas conseqüências sobre o comando e a obediência. Dialectização intensa das estruturas sócio-culturais, com vitórias precárias na ordem econômica que liga capital a trabalho. Indivíduo e cidadão tornam-se companheiros (Alves, 1999, p. 42).

Os demais jovens não expressam nitidamente o reconhecimento do sindicato como a instituição na qual os trabalhadores encontram seus advogados, defendem-se do patrão. Percebe-se em Fernando a concepção de sindicato fundamentada nos moldes da figura clássica do “peão”, do metalúrgico “do chão da fábrica”. Ricardo e Otávio, por sua vez, sugerem a importância da organização sindical, mas de maneira

difusa, que não indica uma convicção, como se vê em Fernando. Entretanto, Otávio, estudante do Senai na Mercedes, afirma que, quando estiver mesmo dentro da fábrica, terá que se preocupar com essas questões. Já Ricardo acredita que as pessoas não lutam porque não têm coragem de se arriscar, não estão preocupadas com o problema do desemprego, mas deveriam estar. É interessante destacar que, quando os jovens referem-se à organização social, sempre se remetem ao medo do desemprego, à impossibilidade de realização da cultura do trabalho e ao rompimento de uma condição operária.

Além disso, um aspecto que chama atenção é a postura sindical em relação à educação. Domingues (2000, p. 198) aponta que, nos anos 90, elevar a escolaridade do trabalhador, lutar pela melhoria da escola pública, realizar cursos profissionalizantes que propiciassem melhor qualificação para os trabalhadores tornou-se uma estratégia sindical da CNM/CUT marcante na década.²⁹ Um dos principais motivos para que essa questão se tornasse fundamental foi exatamente a crise sofrida pelos trabalhadores menos escolarizados no momento dos “facões”, quando a baixa escolaridade impunha-se como um dos critérios de exclusão. De certo modo, o trabalho educativo do sindicato em relação à importância da elevação da escolaridade nesse contexto de mudança de paradigma tecnológico alcança as famílias dos jovens e pode estar repercutindo positivamente na valorização da escolaridade demonstrada pelo jovem, mas, contraditoriamente, estaria colaborando para a reafirmação da empregabilidade no interior das famílias.³⁰

Essa questão foi propositadamente mencionada de forma paradoxal. Não se pode perder de vista o refluxo do movimento operário e suas instituições no final do século XX em escala mundial. Além disso, nesse momento, como assinala Touraine (1994), vemos o aprofundamento da modernidade, difundindo processos de

²⁹ A partir dos anos 80, com a crise do setor automobilístico, essa nova estratégia tomou corpo e configurou-se como importante prática sindical nos anos 90. Isso decorria, por um lado, do fato de que o setor automobilístico estava em crise, a indústria automobilística norte-americana perdia espaço para a indústria japonesa, e, por outro, particularmente no caso do Brasil, de que a abertura de mercado promovida pelo governo Collor colocava o país em difícil situação, agravando a crise econômica no início da década de 90 (cf. Arbix, 1995).

³⁰ Fernando refere-se aos boletins do sindicato, particularmente à *Tribuna Metalúrgica*, muito lida em sua casa.

intensificação dos valores individuais e o enfraquecimento das lutas coletivas. A esfera do trabalho tem buscado enfrentar a crise do trabalho abstrato, adotando outras bandeiras, certamente paliativas, como, por exemplo, a de qualificar o trabalhador na perspectiva de mantê-lo empregado. Essa posição estaria colaborando para o fortalecimento de valores estritamente individuais nos trabalhadores, como se vê no depoimento de Fernando? Apesar de entendermos que sim, seria muito difícil negar um processo que está em curso em escala planetária desde os anos 70. Desde o final do século passado, tem se assistido ao acirramento da crise do trabalho como valor de troca. Surgem novas demandas que, ao produzir no movimento operário uma postura mais aberta para a sociedade, fazem com que se volte para diversas temáticas sociais, inclusive a educação. Parece-nos, pelo depoimento do jovem, que este procedimento estaria produzindo sua antítese, ou seja, a reafirmação da luta individual (como se verá no Capítulo 3).

Por outro lado, a abertura do sindicato para a sociedade, sobretudo nos anos 90, tem produzido ações interessantes. Na perspectiva de inibir as demissões, buscar propostas que contribuíssem na “elaboração de uma política industrial” para o setor, em 17 de dezembro de 1991, a Câmara Setorial do ABC adquiria sua certidão de nascimento (cf. Arbix, 1995), fato decisivo na recuperação do setor, pelo menos nos anos de 1992 e 1993, contribuindo para a diminuição das demissões. Mais uma vez contraditoriamente, essa experiência do movimento sindical, na qual novas habilidades são requeridas dos representantes sindicais, poderia estar propiciando no interior da família um interesse maior pelas letras, haja vista os constantes discursos de necessidade de qualificação profissional, inclusive no âmbito do movimento sindical. A insistência nesse ponto deve-se ao fato de que, apesar de Fernando denotar que, se conseguir inserir-se no segmento metalúrgico, logo se sindicalizaria, sua expectativa em relação ao sindicato não parece ser aquela desenhada nos anos 70. Talvez a confiança conferida pelo jovem ao sindicato esteja firmada no reconhecimento ao discurso da importância da educação, da qualificação profissional, nesse contexto de reformulação do mundo do trabalho.

Chama a atenção o fato de Fernando ser o jovem mais novo do grupo e o que se apresentou com o maior desejo de dar continuidade à trajetória de metalúrgico na família. No entanto, não se referiu à vivência do quadro de referências produzido na

infância, como se viu nos demais jovens. Seu depoimento está marcado pelo presente. Retomando Pessanha & Morel (1991), para quem a memória coletiva é imprescindível na continuidade das gerações operárias, no caso dos jovens deste estudo essa memória estaria propiciando a formação de uma identidade social marcada pelo trabalho, com vistas à predominância da cultura de grandes empresas, onde sobressairia a integração à “grande família” ao longo dos anos. Percebe-se que o desejo de Fernando de se inserir na empresa onde o pai trabalha está mergulhado no risco desta mãe-empresa abandonar sua família, dada a possibilidade de rompimento com a condição operária de seu pai.

Como se viu, nos anos 90, esse quadro foi muito visível no ABC paulista. Retomando o ano de 1991, diante da ameaça de fechamento da unidade de motores da Ford de São Bernardo, o sindicato dos metalúrgicos do ABC decidiu negociar diretamente com a direção da matriz da Ford nos EUA, com o propósito de impedir o fechamento da fábrica. Vicentinho, presidente do sindicato, nesse encontro com a direção internacional da empresa, argumentava que a empresa não poderia simplesmente transferir-se de um lugar para outro, pois “a coisa era pública, mexia com a vida de milhares de famílias” (Arbix, 1995, p. 90). Esse fato inovou ainda mais o “novo sindicalismo” nascente dos anos 70, contribuindo decididamente para a implementação da Câmara Setorial nos anos 90 e, de certo modo, demonstra a importância da escolarização do trabalhador junto à categoria diante das novas exigências impostas pelo setor produtivo ao segmento metalúrgico.

É importante frisar que as escolhas dos jovens em relação a continuar ou não numa condição operária dar-se-iam sobre um platô onde o que se verifica é

a instabilidade no emprego e as rápidas alterações pelas quais passa o complexo metal-mecânico, incluindo a extinção de diversas profissões, com as mudanças na gestão de trabalho, a redução de hierarquias na empresa, e a dicotomia qualificação-desqualificação que se instala no cotidiano do trabalho dos metalúrgicos (Domingues, 2000, p. 31).

Observa-se que, no caso de Fernando, os pais possuem pouca escolaridade: a mãe estudou até a segunda série do primário e o pai até a quinta série. Além disso, a fase da vida em que o jovem estava apto a firmar suas opiniões, pensar na transição

para a vida adulta, deu-se num momento em que a cidade passava por forte crise econômica, sobretudo a partir de 1995. O *Boletim do Dieese* de 1997 destaca que regiões modernas, tais como o ABC paulista, tendem a viver os momentos econômicos de forma mais intensa, pois “quando a economia se expande, o ABC tende a ter sua produção crescendo rapidamente, no entanto, quando a economia entra em recessão, a região sofre de modo mais acentuado”.³¹

Esse aspecto é sublinhado no trabalho de Salles (2000), justamente por enfocar o momento em que se impõe a reestruturação produtiva da empresa, iniciada na década de 80 e realizada de forma lenta, gradual e segura, haja vista a redução do seu quadro de funcionários.³² A autora revela o sentimento de revolta de um operário, o qual, após 30 anos de dedicação à “família VW”, questiona: “O que a VW quer? Aumentar a produtividade e reduzir o custo geral da empresa... aí aumentou o dinheiro do ônibus, do convênio médico, da alimentação, do clube, além das terceirizações” (Salles, 2000, p. 33).

Percebe-se que a entrevista de Fernando está fortemente mergulhada no momento atual, vivenciado na empresa e englobando a vida privada da família metalúrgica. O jovem nos diz detalhadamente que até 2005 muitas coisas irão mudar na Volks, pois

quem não tem muito avanço no estudo, a firma vai mandar embora.

Igual meu pai, ele vai até mexer na aposentadoria. Se ele não se aposentar,

³¹ Segundo o *Boletim do Dieese* de 1997, no período de julho de 1994 a junho de 1997, as empresas do setor automobilístico demitiram cerca de 36.475 trabalhadores. Embora o número seja significativo, a maior crise na região ocorreu em 1991, com a abertura econômica realizada pelo governo Collor. Todavia, a diminuição do nível de empregos no setor vem ocorrendo desde os anos 80, quando um em cada três postos de trabalho foi desativado. Nesse processo, verifica-se que, no ABC, a participação do emprego no total da indústria automobilística era de 63,9% em 1980, caindo para 54,6% em 1994. Esse fato contribuiu para que, em 1998, a primeira pesquisa da Fundação Seade sobre emprego e desemprego exclusivamente para a região, isto é, considerando os sete municípios, informasse que lá havia cerca de 232 mil desempregados, ou seja, 12% dos chefes de famílias estavam sem ocupação (cf. *Caderno Rumos do ABC*, 25/02/99, e *Boletim do Dieese/97*).

³² Segundo Salles (2000), em 1980, em média, o número de trabalhadores da planta Anchieta da Volks era de 37.467 funcionários e, após vinte anos, o quadro de funcionários reduziu-se a 17.193 trabalhadores, em média.

ele vai ser mandado embora, porque ninguém vai mexer nesse carro. Em 2005 vão mandar muita gente embora, só vai ter robôs (Fernando).³³

Os anos 90 configuram-se, para esses jovens, como um momento definitivo, pois nele a fotografia da condição operária do segmento metalúrgico é registrada de forma desfocada, isto é, a condição operária é vista de maneira nebulosa, pois faz parte da inteligibilidade destes jovens questionar sua existência. Assim, Fernando mostra-se decidido a dar continuidade ao projeto de seu pai, desenhado desde os 10 anos de idade. Não pretende romper com a condição operária, mas indica ter consciência de seu dilaceramento:

— Todo mundo imagina uma pessoa crescendo dentro da Volks. Se eles entram na Volks, praticamente o futuro já está feito. É um caminho bem andado já entrar lá dentro. [Para isso] as pessoas de hoje têm que se preparar com a realidade. Ser cada vez melhor, melhor do que os outros, não pode ficar só numa coisa. Não pode ficar só naquilo, procurar conhecimento, conhecimento, procurar só essas coisas. Porque, se ficar só numa coisa assim, só fico nisso, mais nada. Se essa pessoa tá numa firma e vai embora, não tem mais nada. Então, tem que fazer um monte de cursos, tem que se preparar (Fernando).

Diante disso, cabem as considerações de Berger & Berger (1977) a respeito da constituição do mundo inteligível na socialização primária, que propiciaria aos jovens o acesso às informações sobre o mundo fabril, oferecendo-lhes condições para decidir sobre dar continuidade ou romper com a geração operária na família. Como se vê neste depoimento:

³³ Com a exceção de José, destaca-se nas demais famílias a preeminência da aposentadoria como estratégia menos traumática para os pais. Observa-se que os pais destes jovens estão aposentados ou em vias de aposentar-se, realizando assim a trajetória de operário. Tanto o pai de Maíra, quanto o de Fernando não pensam em trabalhar após a aposentadoria: querem voltar para suas origens, indo morar no Interior, se possível terem uma “roça para plantar”.

— *O trabalho não é mais tão sujo, cansativo, como o meu pai falava. Agora melhorou bastante, não é mais um trabalho sujo, mudou bastante, tem essa coisa de limpeza no local de trabalho. Sempre tem os riscos de acidente, mas a empresa está sempre trabalhando em cima, pra não deixar que aconteça. Houve uma melhora bem grande, dá pra comparar, com as fotos de agora e de antigamente* (Otávio).

Contudo, mantêm-se nas suas palavras os estigmas inerentes à condição de operário, que impossibilitaria a realização de uma carreira profissional, na qual o estereótipo “o trabalhador de macacão” não fosse uma determinação em sua vida.

— *É porque eu não pretendo seguir metalúrgico até o fim, lá eu tive oportunidade para conseguir meu emprego, ter uma base para fazer outra coisa. Um peão por exemplo, é difícil crescer na carreira. Se você cai numa linha de produção, você nunca mais sai de lá* (Otávio).

Como se viu, nas famílias dos jovens entrevistados, os pais são todos trabalhadores horistas, operadores de máquinas. Alguns, ao longo dos anos, alcançaram melhores posições na hierarquia de cargos e salários da empresa, tornaram-se supervisores de um setor (como nos casos dos pais de Letícia e Otávio); outros mantiveram-se na mesma função. O pai de Ricardo passou por três grandes montadoras, sempre motivado a conseguir um cargo melhor numa outra empresa; após nove anos na última, deixou-a em busca de melhor situação numa indústria em que trabalhou apenas nove meses, quando foi demitido, já no início dos anos 90. A decisão de Ricardo de não dar continuidade à carreira metalúrgica parece ser definida tanto pela aspiração de uma melhor condição econômica para a família, quanto pela natureza do trabalho operário no interior da fábrica.

— *Eu tenho uma certa noção do trabalho dele, porque às vezes eu ia lá na empresa, sempre a gente era convidado para dar um passeio na firma, eles mostravam os mecanismos e tudo. Esse trabalho tem diversos pontos positivos, como negativos, até hoje como antigamente. Ele [seu pai] falava que na Ford era muito complicado lá, que o pessoal subia de cargo, tinha*

muito puxa-saco de patrão. Pra ficar subindo de cargo, tinha uma série de coisas que numa empresa eu acho que são totalmente antiéticas. Porque acontecia, um pisava no outro para subir de cargo. Pra mim, isso não é uma atitude que se deve ter, inclusive numa empresa multinacional. Naquela época, isso era muito comum; hoje é mais implícito, por ter uma fiscalização mais rigorosa. Além disso, quando você tá numa família, você percebe as dificuldades que está passando. Bom, ele está dando pra sustentar, pra se manter, mas sempre no desequilíbrio (Ricardo).

Percebe-se também nos depoimentos de Maíra e Letícia a visão mais ambígua sobre o dilaceramento desta condição operária, sobretudo em Letícia, embora esta reconheça que seu pai e seus tios conseguiram melhorar o padrão de consumo familiar. A jovem enfatiza a retribuição à Scania, pois se não fosse a empresa sua família *não teria nada*, contudo, ao mesmo tempo, destaca: somente quem está dentro da empresa sabe como ela está, uma vez que “a Scania não é mais a mesma, não tem tanto privilégio como antigamente”. Nesse sentido, expressa-se o dilaceramento, uma vez que, para a jovem, ter um trabalho que lhe garanta direitos é um privilégio, algo que não se expande para toda sociedade.

De maneira contraditória, sobressai no seu depoimento o “mas” como uma ruptura, mas ainda há o desejo de uma “praticabilidade” inexistente.³⁴

— É legal, tem suas vantagens, mas... Meu pai ficou só na Scania, mais de 25 anos. Minha vontade é trabalhar bastante tempo numa metalúrgica, eu acho que é legal, que nem eu falei pra você: hoje em dia não tem mais esse negócio de ir crescendo, mas tem empresas que é assim ainda (Letícia).

³⁴ Bajoit & Franssem (1993) indicam o contexto de competitividade ao qual os jovens estão submetidos a partir de duas categorias chaves, “a deseabilidade” e a “praticabilidade”, as quais exprimem suas contradições a partir da mudança do modelo de trabalho moderno, entendida aqui como a ruptura de um quadro de referências sedimentado numa condição operária, fundamentada no paradigma fordista/keynesiano realizado nos países centrais.

Maíra também afirma ainda existir a possibilidade de crescer numa empresa. Percebe-se nos depoimentos o que estaria se dilacerando: seria a condição operária no sentido clássico do termo, ou seja, como vimos em Castel (1999) Contudo, as jovens acreditam que há possibilidades de realizar uma carreira profissional dentro de uma indústria, principalmente naquelas que não tenham o porte das grandes empresas multinacionais, pois

tá mudando, mas não acabou. Porque na empresa que eu estou acontece muito isso. Eu entrei agora no lugar de uma menina, que entrou lá pelo Camp, fez um curso técnico em química, e agora ela passou de uma auxiliar administrativa, de um “faz tudo”, para uma técnica de produção, com o curso de química que ela fez. Agora que eu estou trabalhando, eu vejo isso, a Ford, a Scania são exemplos de empresas que não dão chances para jovens que nem eu. Tem uma menina que está na Ford pelo Camp, e ela falou que quando fizer 18 anos eles vão me mandar embora mesmo, porque eles já falaram. Os estagiários que tem lá são só de cursos superiores. É difícil, mas não é impossível (Maíra).

Por sua vez, Otávio, estudante do Senai na Mercedes, ao remeter-se ao trabalho de seu pai, afirma que é muito difícil realizar uma trajetória de longa duração numa única empresa. De forma cética, o jovem sugere: será que existe um trabalho fixo, no qual seja possível estabilizar-se numa condição operária? Apesar da nebulosidade envolta nesta questão, constatou-se que, embora não esteja configurada com clareza nesse grupo o predomínio de uma condição operária, verifica-se preponderantemente a emergência de uma cultura do trabalho:

— Trabalho pra mim é independência, liberdade. Se eu tô trabalhando, eu vou ter dinheiro pra fazer as coisas que eu quero. O trabalho é muito importante, porque a gente cresce, tem reconhecimento pelo que faz, ter mais crescimento, mais conhecimento (Fernando).

— *O trabalho é tudo pra mim. Eu, estando trabalhando, posso construir o que eu quero. Minha casa, construir minha família. Eu tô trabalhando, não tô largado por aí. Tem muita gente que só quer saber de ficar em casa, não tá nem aí com nada. Acha que o pai vai sustentar pro resto da vida. Aí, quando abre os olhos, vê que não é bem assim, que precisa fazer alguma coisa. Não adianta nada ficar parado. Eu acho que o trabalho tem o papel de dar mais responsabilidades, de eu tá bem informado. Eu acho que é como se fosse um investimento, eu tô investindo em mim mesmo, pra poder ter minha família, conseguir tudo o que eu quiser* (Otávio).

— *Eu acho que o trabalho serve pra crescer. Você está sempre crescendo, as pessoas te reconhecendo, criticando, fazendo uma crítica saudável, você está sempre crescendo naquilo. Eu acho que serve pra isso* (Maíra).

Neste caso, são interessantes as contribuições de Pessanha & Morel (1991). As autoras, com o propósito de articular as biografias de trabalhadores operários à história das empresas, sinalizam como se dão as relações entre gerações de operários. Em seu trabalho,³⁵ um dado chama a atenção, apesar da mudança visível de um quadro de referências de uma geração para outra, sobretudo pela crise que se impôs sobre o setor metalúrgico carioca com o golpe de 1964: o dilaceramento de uma condição operária não significou a diluição da cultura do trabalho; ao contrário, esta se manteve como um elemento *identificatório* no discurso dos trabalhadores destas indústrias (cf. Pessanha & Morel, 1991, p. 81).

Refletindo sobre as considerações das autoras, é interessante destacar o significado da condição operária como elemento de integração social, tendo em vista a cultura do trabalho como uma condição *sine qua non* para sua existência. Até o

³⁵ As autoras, no final dos anos 80, analisaram os resultados de dois estudos de caso com operários metalúrgicos do estado do Rio de Janeiro, os da indústria naval de Niterói e os da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, com o intuito de analisar as continuidades e rupturas nesses setores modernos com larga tradição operária. Assim, focalizam a nova configuração desses setores, particularmente as implicações de uma nova postura entre sindicatos, empresas e Estado, que debilita a condição operária que se impôs nesse segmento, no Brasil, a partir da década de 30.

momento, pouco foi trazido sobre a história de José, principalmente porque o jovem não possui as condicionantes de uma condição operária, na qual o individualismo positivo é uma referência significativa em sua formulação.³⁶ Entretanto, entende-se que sua participação no grupo de jovens trouxe novos elementos relevantes à pesquisa, pois o distanciamento em relação àquela condição configurar-se-ia como um contraponto no sentido de problematizar o significado de uma socialização familiar permeada pela condição operária do “chefe provedor”, em particular no momento em que esta é objeto de tensões, não indicando mais a possibilidade de uma melhor inserção no padrão de consumo como ocorreu no passado.

É interessante notar que, diferentemente dos demais jovens, José, ao falar sobre o momento atual na cidade, denota o esgarçamento do tecido social, haja vista o mergulhar numa inclusão instável, precarizada, como sinalizada em Martins (1997).

— *Porque pra arrumar arma é rapidinho, então o cara fala: ao invés de procurar emprego, vou ficar o mês inteiro para ganhar duzentos reais. Vou, faço um caixa eletrônico, e ganho duzentos, já era. Vai pensando assim, quando vê já era, mas agora, assim, todo mundo tá pensando em roubar mesmo: vai ficar procurando emprego? (José).*

A história de José remete-nos ao que Castel (1999) denominou “individualismo negativo”. Segundo o autor, o contexto de crise da sociedade salarial produziu o esgarçamento do tecido social, ocasionando a seguinte metamorfose: o individualismo clássico da sociedade industrial não se diluiu, ao contrário, o que vemos é o seu aprofundamento. Desse modo, no caso de sujeitos que não vivenciaram as conquistas da condição operária, evidencia-se o desenvolvimento de um individualismo que, segundo o autor, nos remete ao “interstício da sociedade pré-

³⁶ Castel (1999), ao utilizar a expressão “individualismo positivo”, está se referindo aos indivíduos que realizaram uma trajetória profissional balizada pelas regras do contrato que se estabeleceu entre capital e trabalho no contexto em que predominava o paradigma fordismo/keynesianismo. Estes indivíduos exercem sua individualidade, vislumbrando a integração social e assumindo a subordinação na integração como elemento positivo em sua relação com o meio social.

industrial”. O que se vê não é a reprodução da condição anterior à sociedade industrial, mas sua metamorfose, dado o fato de que a crise da sociedade salarial tem propiciado um quadro de referência que ainda

conserva o traço fundamental de ser um individualismo por falta de referências, e não por excessos de investimentos subjetivos. Não tem muito a ver com um movimento de afirmação de si- não é necessariamente o valor do indivíduo que é prioritariamente motor num processo de individuação, talvez seja, de fato, a desagregação do enquadramento coletivo (Castel, 1999, p. 603).

Embora este quadro seja uma referência de países centrais, está assentado nas cores fortes do paradigma fordista/keynesianista, no qual se via o “individualismo positivo” ressaltado por Castel (1999). A conceituação de individualismo negativo permitiu-nos refletir sobre o significado do trabalho para José, o qual se apresenta em dois momentos distintos da entrevista, que na análise estão emaranhados, pois somente assim é possível compreendê-los. De um lado, o jovem referia-se ao trabalho como algo “bonito”, pois exercendo atividades podia-se conseguir dinheiro e daí realizar a independência, isto é, não seria mais necessário pedir dinheiro para sua mãe. A beleza do trabalho está na dimensão prática, que é sua finalidade enquanto valor de troca. Entretanto, na especificidade desta biografia, percebe-se que, nesse momento, o jovem espelhava-se na figura de um primo, jovem ainda, mas que, ao fazer “o rolê dele, sempre tinha dinheiro”.

Após entrevistar a mãe de José, ficou claro o significado do expediente “fazer o rolê”: o primo de José tem como uma das formas de obter recursos financeiros a prática de estelionato. O que importa é a dimensão imediata do realizar um negócio, segundo o jovem “poder ser o maioral”, ou seja, buscar sempre algo inacessível, vivenciar a efemeridade em sua plenitude, realizar a eterna insatisfação, como adverte Harvey (1999).

Ainda segundo Castel (1999), nesse contexto de individualismo negativo o que vale é “dar um jeito”, não se põem as premissas do individualismo positivo, aquelas balizadas pela realização de uma tarefa por meio da qual poder-se-ia alcançar um status singelo, galgar um degrau na hierarquia de cargos e salários da empresa,

realizar o projeto de ascensão social dentro do quadro de relativa integração na subordinação. Nesse quadro, o que se vê é a subtração.

Entretanto, quando da entrevista, José parecia indicar os primeiros passos na pertinência a uma condição de trabalho muito interessante. Demonstrava-se crítico ao individualismo positivo, como se verá no terceiro capítulo, pois indicava descrédito quanto aos preceitos atuais da empregabilidade, ressaltava o fato de sua *mão estar sempre estourada* devido ao trabalho que realizava e afirmava que deveria receber mais por seu trabalho. Ao mesmo tempo, dava ao trabalho o significado de realização pessoal, condição *sine qua non* para a manutenção da vida social.

— *Eu não me sinto uma pessoal maioral, mas [se] uma pessoa mais velha vem perguntar pra mim, a gente fica até mais empolgado pra trabalhar mais. Sempre aparece, ah, eu não sei fazer isso. Aí eu vou e ensino. Ou, quando aparece uma peça nova, eu vou lá e digo “eu quero aprender”. Pra fazer mais, fazer melhor, pra um dia, quando a firma crescer, tiver mais funcionários, você puder crescer de cargo (José).*

O desejo de reafirmação do jovem pelo trabalho é revelado ao demonstrar a satisfação, o sentir-se útil para a comunidade no sentido largo, mais profundo, em termos de afirmação do indivíduo no meio social. Segundo o jovem, o trabalho que realizava

serve mais ao país, as vezes você olha uma pecinha... Que nem as peças que eu faço, vai pra todo o país. Imagina a viagem de um Palio de Minas pra cá: olha, fui eu quem fiz isso aqui, é gratificante (José).

Diferente dos demais jovens, José não vivenciou uma experiência de trabalho que propiciaria a memória do trabalho. Sua afirmação numa condição operária significaria o rompimento com os valores do trabalho restrito à dimensão instrumental, como se viu em seu primo. O jovem estava dando passos significativos

na construção do ser operário, mas o balizamento dessa condição estava delimitado pela precariedade do trabalho, já que a grande empresa não é a “grande mãe”. Ao contrário, José revela que as empresas pagavam para seu tio o valor de 24 centavos por peça. E mais: “Às vezes, nem compensava fazer, meu tio pegava para não ficar parado”.

No momento da entrevista, José afirmava não saber se continuaria como metalúrgico. O que estava claro era que aquele trabalho, apesar de transitório, envolvia-o. Seu desejo era que a firma de seu tio crescesse e se tornasse uma empresa familiar, onde seus primos por parte da família de sua mãe trabalhassem juntos, amparados pelo vínculo do trabalho, realizado graças à pequena empresa do tio. É interessante destacar o fato de José, por várias vezes, remeter-se à empresa como sua.

Na entrevista, o jovem já sinalizava as dificuldades de sobrevivência da pequena empresa. Em dezembro de 2000, seu tio decidiu fechar as portas, pois prestar serviços para grandes empresas do setor de autopeças não estava compensando. O sentimento relatado por José, ao falar disso, incorporava-se à sua biografia: “Às vezes, você fica até triste, vendo uma firma fechada, o salão pra alugar”.

Rompia-se a possibilidade de o jovem realizar-se numa condição operária, a qual, apesar de sua precariedade, sinalizava o que nunca havia experimentado, pois só a conhecia na figura do tio: a realização do trabalho como “referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante” (Castel, 1999, p. 578). Nota-se no depoimento de José o desejo de que grandes empresas abrissem espaço para que os jovens pudessem construir uma trajetória de trabalho estável, linear, com garantias sociais. José, amparado no vínculo familiar, ao falar sobre a situação dos jovens, dizia:

— *Eles falam “Eu vou abrir vaga pra quem tem mais de 40” — tá bom! Mas devia ter um lugar assim, pra pessoa começar. Que nem uma Volks, devia ter uma seção só com as pessoas que estão começando assim, pra tentar crescer na firma. Não só entrar por entrar assim. Devia ter um lugar, um espaço já reservado pras pessoas que vão começar (José).*

Com exceção de Fernando, o que se vê nas histórias dos jovens — inclusive em José — é que, apesar de negarem o suposto de darem continuidade à trajetória dos pais, nota-se o desejo de terem um trabalho fixo, com garantias, em que possam crescer pessoalmente e profissionalmente. Esse desejo, apesar de submetido a tensões, como se viu, pelo quadro de referência do contexto de dilaceramento da condição operária, excetuando-se José, ainda denota para os demais a sua praticabilidade. Contudo, esta não se exprime nos moldes do trabalho operário, mas a partir de uma cultura do trabalho, a qual se constituiu ao longo dos anos no interior da família operária. Nesse sentido, como se desenvolveu até aqui, a transição desses jovens parece ser menos traumática, por estarem ancorados no individualismo positivo referido em Castel (1999).

Entretanto, José, no momento de conclusão desta dissertação, retornou à situação de individualismo negativo: após o fechamento da empresa de seu tio, da qual o jovem foi o último a sair, como relatou sua mãe, desfez-se sua perspectiva de manter os vínculos sociais por meio da inclusão social. Seu tio mudou de ramo, transferiu-se para o Interior de São Paulo, onde está abrindo uma tecelagem, realizando o que Segnini (2000) denominou de “constantes recomeços”. Agora, já não era mais possível tecer a teia de proteção para a família de José, já não havia para o jovem o distanciamento à marginalidade. Esta voltava a seduzi-lo com as promessas de alcançar o inacessível: a “fissura” por armas, o gozo pelas aventuras, o sentido do poder voltavam a ganhar espaço no seu cotidiano. O tio, elo com a praticabilidade, agora se incluía na situação dos precarizados brasileiros. O jovem retornou ao convívio com os amigos que não vivenciaram a experiência de reconhecimento social por meio do trabalho e envolveu-se no furto de um carro, fato este que acentuou a dramaticidade de sua transição da adolescência para a vida adulta, entendida aqui para além do trabalho. E, no entanto, para esse jovem, como se viu, o trabalho era a possibilidade de realização de uma transição menos traumática, desejo que não se realizou.

AS JUVENTUDES NO INTERIOR DAS FAMÍLIAS METALÚRGICAS

Como assinalado no capítulo anterior, neste estudo procura-se ver o jovem no plural, pois parte-se da diversidade social implícita à categoria “juventude”, tal como indicam Sposito & Martins (2000), no estudo *Juventude em debate*. No caso de jovens de famílias metalúrgicas, por serem originários da mesma matriz (famílias metalúrgicas do ABC paulista), estão sujeitos a determinações sociais que se assemelham, pois a crise econômica dos anos 90 atingiu aos metalúrgicos como um todo. No entanto, é imprescindível examinar, para além do universo da família metalúrgica, outras influências que ajudam a entender as diversas formas pelas quais o jovem dialoga sobre o processo de mudanças do trabalho no segmento metalúrgico.

Parte-se do suposto de que a forma como os jovens estudados percebem o trabalho num contexto de crise do trabalho assalariado e expansão do desemprego juvenil pode ser também afetada pela sua condição de estudantes e pela valorização da escolaridade, por parte da família e da sociedade, nessa fase da vida. Desse modo, além do acompanhamento da família, de suas atitudes e valores correspondentes à valorização da escolaridade dos filhos e filhas, as expectativas dos jovens em relação ao trabalho poderiam ser produzidas em outros convívios sociais, nos quais se desenvolveriam outras inteligibilidades, principalmente sua relação interpessoal com o outro, especialmente se este outro também é jovem.

Assim, como se viu em Sarti (1999, p. 102), além de o significado da família como espelho e também seu exame como rede de proteção, os jovens necessitam de outras vivências, *outros referenciais para a construção de sua identidade fora da família, como parte de seu processo de individuação*. A autora destaca estas “outras famílias” de jovens, baseando-se em experiências como as de grupos de pares (*peer*

groups), os quais constituem-se por meio da ligação com a música, o esporte, a religião, etc.

Nessa mesma perspectiva, Sposito (1996) destaca o significado de outras vivências, para além da família e da escola, afirmando a necessidade do jovem de reconhecer e ser reconhecido, ação esta norteadora da construção de sua identidade social. Segundo a autora,

é preciso, também, levar em conta esse movimento que constitui a identidade em sua dupla dimensão: trata-se de se perceber semelhante aos outros (ser reconhecido e reconhecer) e, ao mesmo tempo, afirmar a diferença enquanto indivíduo ou grupo. Esta diferença, paradoxalmente, só pode ser afirmada e vivida como tal, ao supor uma certa igualdade e uma certa reciprocidade (Sposito, 1996, p. 99).

Desse modo, seria oportuno lançar mão de estudos sobre identidade juvenil, particularmente os de Melucci (1997), em que o autor coteja a experiência de tempo na contemporaneidade, argumentando que devido ao tamanho dos desafios imposto aos jovens, estes acabaram por trazer a juventude para a ordem do dia, contribuindo para que esta [deixasse] *de ser uma condição biológica e [passasse] a ser uma definição simbólica*. Isso ocorre, sobretudo a partir dos anos 80, quando se percebeu maior acúmulo em relação às experiências juvenis e vários estudos sublinharam as identidades juvenis. No entanto, os limites desta pesquisa não nos permitem alcançar esses vãos, mas é pertinente discorrer sobre as relações sociais dos jovens como atores juvenis, penetrando nesse cotidiano onde se realiza um *modo particular de estar juntos*, como assinala Reguillo (2000, p. 33), ao expor pesquisas sobre jovens de meios populares-urbanos, nas quais discorre sobre grupo de pares, identidade e subculturas juvenis.¹ Esta autora chama a atenção para o fato de que, ao tomar o

¹ Segundo Reguillo (2000, p. 33), no México, a apreensão da temática da juventude tem-se dado basicamente de duas maneiras. Há estudos que partem da constituição grupal para a societária e outros que partem das mudanças sociais para os grupos. Paralelo a isso, a autora mostra que já se pode reconhecer *um novo tipo de discurso compreensivo em torno dos jovens*. Numa perspectiva de caráter construtivista relacional, estes estudos objetivam não apenas a compreensão sobre os sujeitos, mas também a aplicação das ferramentas analíticas. Segundo Reguillo (2000, p. 33), “pode-se dizer que trata-se de perspectivas interpretativo-hermenêuticas, que buscam conciliar a oposição exterior-interior como parte de uma tensão indissociável na produção do conhecimento científico”.

modo particular de estar juntos como conceito para análise, deve-se advertir que as pesquisas sobre jovens que centraram esforços no modo de convivência deles não conseguiram apreender, no sentido largo do termo, as práticas de coletivos particulares. Ao tomar os jovens de famílias metalúrgicas tal como a autora assinala, ver-se-á que a relação estabelecida entre eles e seus pares é delineada por um modo particular de estar juntos que nem sempre se afigura pela cultura do trabalho marcada pela ética do esforço, como se argumentou ao tratar da relação entre jovens e suas famílias. Além disso, neste capítulo, estaremos focalizando nos jovens características pessoais, recorrentes em suas biografias, que nos permitem observar os jovens em sua heterogeneidade, como indicam os estudos sobre juventude. Entende-se que os aspectos em torno de sua subjetividade poderão nos auxiliar a compreender quem são os sujeitos deste estudo. Para tanto, optou-se por enfocar a sua convivência com seus pares, a partir da experiência escolar e dos momentos de lazer partilhado entre eles.

Observa-se que, dos seis jovens, cinco reiteraram o modo de realizar o lazer. Estudos têm apontado a importância do lazer, já que nesse espaço os jovens expressam suas aspirações, desejos, projetos de outros modos de vida (cf. Nakano, 1995, e Abramo, 1994). Além disso, segundo Pais (1993), o espaço de *não fazer nada* é precioso nessa fase da vida, pois a partir dele pode-se aderir a determinadas atividades que colaborariam para *reforçar a coesão grupal* e o processo de formação da identidade. Percebe-se pelos depoimentos que o lazer de Maíra, Fernando, Ricardo e Otávio é complementar às atividades escolares e de trabalho. Vê-se que alguns costumam freqüentar clubes do Sesi, praticam esportes, outros costumam freqüentar bares, bailes, casas de amigos, jogam bola e brincam com jogos de computador.

Por outro lado, em Arroyo (1999) vê-se que as mais diversas esferas societárias denotam os “espaços e tempos onde nos formamos e deformamos como seres humanos”. Segundo este autor, além da escola e da fábrica, outros espaços propiciam vivências significativas e colaboram na formação das identidades sociais, já que “as identidades são muito mais diversificadas do que supõem as polarizações entre tempo de infância–tempo de escola, de um lado, e tempo de adulto–tempo de fábrica de outro” (Arroyo, 1999, p. 33).

Dessa forma, ao se considerar as formas associativas vivenciadas pelos jovens, destacar-se-á o “modo particular deles estarem juntos”, em particular na escola, uma vez que esta é entendida por eles, muitas vezes, como ponto de encontro.² Nota-se que os jovens afirmavam que *todo convívio que se possa ter — não precisa ser muito planejado — é um lazer*, como denota Maíra. Percebe-se que os jovens deste estudo dão materialidade a essa afirmativa, já que expressam ricas vivências no que tange à socialização. Nota-se, também que, apesar das famílias dos jovens não possuírem muitos recursos financeiros, eles se divertem, freqüentam a casa de amigos, saem juntos, realizam vivências coletivas independentemente de terem dinheiro ou não.

A vivência dos jovens com seus pares que, em cada qual revela um “modo particular de estar juntos”, é tomada aqui como mediação significativa no desvendar dos significados do trabalho e da escolaridade para estes jovens. Portanto, os amigos, os gostos, a experiência escolar e o lazer em comum, acabam por interferir nas concepções sobre a escola, trabalho e a relação entre ambos.

Os jovens: um modo particular de estar juntos

Pode-se dizer que, há basicamente quatro formas associativas vividas pelos jovens entrevistados. Em Maíra, Fernando e Ricardo, a escola e as perspectivas de futuro dos jovens colaboram na formação e manutenção das “panelinhas” no interior da escola. Em Letícia esse quadro também se apresenta, porém seus pares estão ligados a seu namorado e à sua irmã. Com Otávio, o que se vê de forma predominante é o convívio com os jovens do Senai, colaborando na formulação de

² A apresentação sobre os pares de jovens e sua vivência escolar torna-se de melhor entendimento quando cotejada à categoria formas associativas. Segundo Nakano (1995), esta terminologia é uma denominação geral utilizada tanto para indicar grupos, quanto agrupamentos. A autora explica que a formação de um grupo implica construir vínculos e partilhar objetivos comuns, pois “só existe um grupo quando há uma relação significativa entre as pessoas”; já os agrupamentos e agregados expressam relações não tão significativas, marcadas pela precariedade, pois os indivíduos não partilham objetivos comuns e geralmente são relações definidas pelo partilhar de um mesmo espaço geográfico.

suas opiniões. E, finalmente, o depoimento de José deixa claro que a escola exercia pouca influência sobre ele, uma vez que o envolvimento com a marginalidade ocupava, na época da pesquisa, significativo espaço de sociabilidade, aproximando-o a situação de “delinqüência”, como já foi dito. A experiência de José com a escola é de “um pleno escapar”, expressão de obrigatoriedade e de vários desencontros. Observa-se que “a rua” se apresenta como importante espaço de sociabilidade.

Nestas formas associativas, os pares dos jovens colaboram indiretamente para a constituição de suas concepções sobre os projetos de vida e os significados em torno do trabalho e da escolaridade. Segundo Pais (1993, p. 94), “os amigos de grupo constituem o espelho de sua própria identidade, um meio através do qual fixam similitudes e diferenças em relação aos outros”. Diante da condição de estudante que delimita nosso grupo de jovens, nota-se nos depoimentos dois níveis de socialização no espaço escolar. Há jovens que se encontram na escola e vivenciam a experiência escolar, não apenas como expectativa de encontrar conhecimento: também vêm a escola como ponto de encontro, onde se realizam experiências juvenis enriquecedoras, como assinala Marques (1997). Por outro lado, há aqueles que se sentem deslocados no interior da escola, como mencionaram Otávio e José. Aqui, o que se vê é que a experiência escolar configura-se como um divisor de águas, elemento preponderante na consolidação de grupos e de agrupamentos no espaço escolar.

Maíra e Letícia referem-se à escola como uma família: “— A gente tá ali o ano inteiro.” Jovens e professores mantêm relações interpessoais durante todo o ano. Sobretudo para Maíra, a escola é o elemento indutor de formação de grupos,

porque nosso contato é diário, parece uma família. Eu sei da vida de todas, e elas sabem da minha.³ A gente acaba comentando: ah, aconteceu isso na minha casa hoje, ou no meu trabalho teve isso, sabe, não foi legal. Ou então chega mal, chorando. A gente fala “deixa eu te ajudar”. Então, a gente acaba virando irmã assim, uma família. Porque na verdade nós estamos juntas já há quatro anos,

³ Maíra está se referindo a três amigas que também fazem cursos rápidos de preparação para o trabalho; duas residem também em bairros periféricos da cidade e uma mora próximo à escola, localizada num bairro considerado pela jovem como de classe média.

estamos as quatro. A gente não fecha nossa rodinha, quem quiser pode entrar, mas já ficou exclusiva da gente. Parece que a gente é tão unida, que atrapalha quando chega alguém de fora. É muito legal (Maíra).

Nota-se que Maíra transita por vários agrupamentos de jovens. No período da manhã, estuda com jovens de baixa renda, que realizam curso do P. E. A. T. ((Programa de Educação do Adolescente para o Trabalho).⁴ À tarde, é aluna do curso do C. A. M. P. (Clube de Amigos do Menor Patrulheiro),⁵ onde está se preparando para obter um encaminhamento para empresa. À noite cursa o primeiro ano do ensino médio na rede pública estadual de ensino e nos fins de semana participa do grupo de jovens da comunidade católica no bairro onde mora. Entretanto, desses vários agrupamentos, Maíra declarou maior identificação com as colegas da escola pública.

⁴ Trata-se de um curso de preparação para o trabalho, oferecido pela Prefeitura de São Bernardo do Campo para adolescentes de baixa renda. Embora tenha essa denominação, sua finalidade está voltada para a elevação da auto-estima, auto-confiança e projeto de vida dos adolescentes e não propriamente para o preparo de um ofício. O P. E. A. T. já atendeu 1.733 adolescentes. Conta com duas fases: na primeira, são desenvolvidas atividades educacionais voltadas para Orientação para o Trabalho e Saúde e Orientação de Estudos e Expressão; na segunda, os adolescentes estagiam nas 14 Secretarias da administração direta, cumprindo uma carga horária de quatro horas diárias, no período matutino ou no vespertino, conforme a disponibilidade de horário escolar de cada um.

⁵ É um curso patrocinado pelo Rotary Club, destinado a encaminhar adolescentes de baixa renda para a indústria, a fim de que realizem funções no setor administrativo. Os jovens são contratados pela entidade até os 18 anos, sendo automaticamente desligados se não forem contratados pelas empresas conveniadas com o C.A.M.P. Por ano, cerca de 700 jovens inserem-se nesse programa e cerca de 80% são colocados na indústria. Nota-se que este curso é bastante reconhecido pela população: dos seis jovens entrevistados, quatro se referiram a ele. Conforme a assistente social do C. A. M. P. o objetivo do curso é a formação para a vida, particularmente quanto aos direitos e os deveres do cidadão. Além disso, o curso em si é um diferencial para os adolescentes que estão buscando inserção no mercado de trabalho, pois quando completarem 18 anos estarão com registro profissional numa indústria, terão experiência num setor cada vez mais seletivo, haja vista o enxugamento dos empregos industriais e os debates sobre desindustrialização e evasão industrial que ocorrem na região do ABC. Vale ressaltar que, desde a sua fundação nos anos 70, somente em São Bernardo, já passaram mais de 40 mil adolescentes pelo curso do C. A. M. P.

Observa-se que sua “panelinha” é formada por jovens que revelam ideais em comum. Têm perspectivas de prosseguir os estudos e fazer faculdade. Também realizam cursos de preparação para o trabalho: seja os proporcionados pela Prefeitura, seja os do C. A. M. P., seja ainda os oferecidos por empresas. Nota-se que estes cursos possuem em comum o fato de serem destinados a adolescentes de baixa renda.⁶

Como apresentado no Capítulo 1, a situação econômica da família de Maíra remete-nos às camadas médias. Apesar de seus pares na escola pública também residirem em bairros periféricos, não são oriundos de famílias de baixa renda. Por este motivo, ao realizarem cursos de preparação para o trabalho voltados a essa população, sua condição econômica os diferencia dos demais e não deixa que se identifiquem com os jovens de baixa renda. Nota-se que, nos cursos, suas relações interpessoais são delimitadas por esta situação econômica, fato que os impede de partilhar o lazer juntos. Por consequência, a escola pública torna-se uma referência muito significativa, pois além da aprendizagem de conteúdos, ela lhes serve de ponto de encontro, contribuindo para a consolidação de sua panelinha. Segundo Maira, na escola

a gente comenta muito: ah, vai tocar tal grupo no final de semana, mulher não paga. Aí, a gente faz uma turminha, a gente combina e vai. Ou então vai ter uma festa, tal pessoa vai fazer aniversário, a gente combina e vai. Então, mexe mais com a cultura, com o lazer, aqui na escola. Lá fora não, até mesmo porque é todo mundo de baixa renda. Eu, por exemplo, posso pagar condução daqui pra festa, e a outra pessoa pode não poder pagar (Maíra).

⁶ Na Argentina, Jacinto (1998) observa que o *Programa Jovem* com o objetivo de desenvolver a capacitação para o trabalho destinado a jovens de baixa renda, tem alcançado os segmentos médios da população principalmente devido às dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Naquele país, os jovens de nível socioeducativo mais elevado valorizam a realização de estágios que lhes conferirá experiência profissional, requisito muito exigido pelo mercado de trabalho. Contudo, Jacinto chama a atenção para o fato de que, a inserção destes jovens no programa de capacitação para o trabalho, estaria excluindo jovens de baixa renda que não tem condição de pagar por uma capacitação privada e, estão numa situação desfavorável no mercado de trabalho (cf. Jacinto, 1998, p.135).

Então, poder-se-ia dizer que a escola representa para os jovens mencionados não só um espaço de aprendizagem de conteúdos escolares, mas também de convívio social. Nela, trocam-se informações, comentários, reflexões sobre aspectos e momentos de sua vida cotidiana que ocorrem fora dela. Particularmente para este grupo de jovens, a escola pública adquire a dimensão de expansão do que se aprende nos cursos. Segundo a jovem Maíra, as informações sobre emprego, desemprego, contratações e encaminhamentos circulam no seu interior, ocupando desta temática grande espaço na formação de sua “panelinha”. O modo particular de estar juntos está profundamente ligado ao interesse pelo trabalho e por projetos futuros, que se configuram como indutores das relações humanas entre estes pares. Portanto, além de sua finalidade de transmissora de conhecimento, a escola pública representa para esse grupo importante espaço de discussão sobre suas perspectivas de trabalho.

Da mesma forma, o grupo de Fernando e Ricardo também se articula a partir das perspectivas futuras de trabalho e prolongamento da escolaridade. Os pares destes jovens estão na escola pública. Nas horas vagas costumam praticar esportes no Sesi, realizam cursos livres do Senai, costumam ir à casa dos colegas para estudar. Percebe-se nos depoimentos que o círculo de amizade de Fernando e Ricardo é bem circunscrito, o *conhecimento* é o elemento indutor deste grupo. Na escola, *sempre fica com [sua] turma na hora do intervalo*. Ali, conversam sobre os cursos do Senai, a procura de trabalho, as idas às agências de emprego, as exigências do mercado de trabalho. Mas também sempre há o espaço para falar sobre as “baladas”, isto é, as festas, os bailes que os jovens freqüentam.

Ricardo e Fernando são muito próximos. Segundo o professor dos jovens, as relações interpessoais de Fernando na escola parecem ser de maior qualidade que as de Ricardo. Isto se verifica na fala do jovem, ao revelar seu círculo de amizades na escola:

— *Tem amigos que dá licença! Eu tenho um monte, mas não dá para estabelecer um contato, é só oi e tchau. Eu gosto de amigos que dá pra sair, você pode freqüentar. Eu tenho bastante, tenho Fernando, Rafael, Rodrigo, Wellington (Ricardo).*

Embora Ricardo indique que tem muitos amigos, seu relato mostra-nos que a vivência para além da escola é bem restrita. É interessante observar que o jovem tem maiores possibilidades de sair à noite, ir para as “baladas”, porém sua dificuldade de relacionamento pessoal e sua timidez impedem-no de alargar seu círculo de amizades. Assim, os *passatempos são diferentes*, e restringem-se a, com Fernando, alugar uma fita de vídeo, assistir televisão; com Rafael, ir aos shoppings e navegar na internet; com Rodrigo, ir à sua casa e jogar um jogo de cartas inglês, no qual há muito de psicologia. Ricardo nos diz que “é legal, esses jogos estimulam mais a interpretação da pessoa, ela não fica mais fechada”.

Ao especificar elementos do cotidiano de jovens que apresentam expectativas positivas em relação ao futuro, vê-se que o “modo particular de estar junto” do grupo de Ricardo e Fernando diferencia-se do grupo de Maíra, apesar deles indicarem que a formação de vínculo entre os pares dá-se por meio da valorização da cultura do trabalho e do conhecimento. Assim, observa-se que a jovem, nos seus 16 anos, residindo num bairro periférico, mostra maior desenvoltura que os demais, ela frequenta a noite, expressa maior possibilidade de independência familiar. Por outro lado, Ricardo, 18 anos, e Fernando, 15 anos, são mais “caseiros”.⁷ Os pares destes dois grupos diferenciam-se basicamente pela proximidade e pelo distanciamento do que se poderia denominar de aspectos da vida adulta. No entanto, há vários pontos em comum: consideram a escola como ponto de encontro, lhe atribui o valor de mola propulsora de suas relações interpessoais, sem enfraquecer a expectativa de encontrarem nela o desenvolvimento das inteligências.

Já em Letícia o que se verifica é o predomínio das relações familiares. Na escola, seu agrupamento é muito restrito. A jovem costuma sentar-se na primeira carteira, junto aos professores. Em seu depoimento, a escola sobressai como espaço onde professores e alunos se encontram na perspectiva de realizar uma relação próxima e harmônica como a percebida em sua casa. Nota-se que, diferentemente de Maíra, quando Letícia se referia à escola como família, seu olhar era dirigido aos professores. Parece-nos que suas relações sociais com seus pares ocorrem fora do

⁷ É preciso mencionar o fato de que a mãe de Fernando, por exemplo, não o deixa sair à noite, como se viu no Capítulo 1.

espaço escolar, uma vez que costuma sair com os amigos de sua irmã, estudantes de cursinho pré-vestibular, e também com os de seu namorado, estudante de escola particular. Possivelmente, por este motivo, seu depoimento seja tensionado pela comparação entre a escola pública e a particular, fato não presente em outras entrevistas.

Assim como Letícia, Otávio também indica que seus pares não estão na escola pública. Suas relações interpessoais de maior profundidade são construídas no Senai. Percebe-se que o modo particular do jovem estar junto na escola pública remete-nos aos agrupamentos e não grupos sociais. O jovem afirma que seu vínculo, seus pares, estão na empresa. Além de estar juntos durante o dia inteiro, nos fins de semana freqüentam juntos festas, bailes, discotecas. Acrescente-se a isso que, nos feriados prolongados, cerca de 50 jovens costumam viajar juntos, alugam chácaras, etc.

— *Lá tem muita confiança um no outro. É engraçado, a gente briga, é “maior diferente” da escola. Lá, um briga com outro e já vai pedir desculpas, coisa que na escola eu nunca vi acontecer isso. Lá você fica o dia inteiro, você tem que arrumar uma maneira de melhorar. Não é fácil, a gente procurou uma maneira não de agüentar o outro, mas de se entender (Otávio).*

Na escola, as diferenças são enormes. Os colegas de sala não apresentam esta tolerância, “cada vez mais querem pisar no outro”. Para o jovem, isto é uma decorrência do trabalho desenvolvido de forma individualizada, visto que *fica muito por cada um*. Soma-se a isso, a desunião entre os alunos e a inexistência de vínculos, porque

essa coisa de formatura, na escola ninguém se interessou, a maioria não tá nem aí. Os que vão fazer é porque o pai quer que faça. Lá no Senai não tem nem que perguntar, todo mundo vai fazer. Todo mundo tá indo buscar o mesmo objetivo (Otávio).

Seu depoimento denota o desejo de que a escola pública tivesse a estrutura e organização do Senai. O jovem destaca a existência de disciplina, responsabilidade, enfatizando não ser um *quartel*, pois é possível realizar várias coisas, sobretudo estabelecer relações humanas. Entre as características positivas atribuídas ao Senai, o jovem destaca sua cultura, visto que

tem uma tradição. A maioria do pessoal quer fazer uma faculdade pra crescer na empresa, ir para o setor administrativo. Tem poucos que pensam fazer outras faculdades que não sejam para empresa (Otávio).

Este ponto parece-nos central na diferenciação feita pelo jovem entre o grupo de jovens do Senai e da escola pública. Considerando o modo particular de estar junto expresso por Otávio, vêem-se claramente as formas associativas desenvolvidas pelo jovem. Na escola, sente-se *deslocado*, seus colegas não demonstram interesse em prosseguir os estudos, o momento de definição de carreira ao qual está passando é compartilhado com os colegas do Senai. As questões sobre qualificação profissional, ética, tecnologia, debatidas no curso profissionalizante de técnico de produção veicular, não despertam interesse nos jovens. Na escola,

acho que eu nunca conversei com ninguém sobre isso. Porque se você acaba falando as pessoas acham que é baboseira. Eu não sei como te explicar, eles acham que não tem sentido (Otávio).

Chama atenção o contraponto entre o relato de Maíra sobre os cursos rápidos de preparação para o trabalho e suas relações na escola e de Otávio sobre o curso profissionalizante do Senai de duração mais longa e características diversas. Observa-se que as informações sobre os cursos rápidos de preparo para o trabalho circulam no interior da escola, até mesmo por ser maior o número de alunos que os freqüentam. Já os cursos profissionalizantes como os oferecidos pelo Senai, de tempo integral, objetivando a formação profissional, indicam ser menos visíveis no espaço

da escola. Aliás, Otávio percebe-se como minoria na escola pública, pois o universo do trabalho, da empresa, parece não ser inteligível para significativa parcela de jovens com os quais convive no seu interior.

Portanto, o que se nota é que na escola pública a temática “trabalho”, sobretudo quando se pensa na empresa moderna, não é aprofundada. Professores e alunos parecem distantes da cultura do trabalho sob os moldes da indústria moderna. As reformas educacionais parecem ancoradas nas mudanças do mundo do trabalho, particularmente pelo destaque dado nos documentos oficiais ao determinismo tecnológico e ao ensino que tenha por finalidade formar seres autônomos, que se adaptem ao novo paradigma flexível de trabalho, com a disseminação do auto-emprego e da empregabilidade do trabalhador. Também chamou nossa atenção o fato de que, no relato dos jovens, foi possível observar que essas questões estão ausentes do cotidiano da escola pública.

Nota-se que o desconhecimento do universo do trabalho ou a pouca atenção a ele dedicada impedem até o estabelecimento de diálogos sobre a temática “trabalho” no interior da escola. Segundo Ricardo, Letícia, José e Otávio, o que se encontra, geralmente, são sermões. Os jovens indicam que a temática sobre trabalho em seu conteúdo moderno parece não estar presente nestas escolas; contudo, as questões voltadas à competitividade no mercado de trabalho permeiam o cotidiano escolar, principalmente quando se referem ao valor do certificado de educação básica e à situação da escola pública diante das exigências do mercado de trabalho.

José, um de nossos entrevistados, sempre estudou em escola particular e, no grupo, foi aquele que apresentou uma cultura do trabalho menos interiorizada, como se viu no Capítulo 1. Apesar de no presente o universo metalúrgico ser para José altamente inteligível,⁸ particularmente devido a seu conhecimento tácito sobre o

⁸ José descreve seu trabalho, mostrando que na microempresa de seu tio as máquinas não são modernas como nas empresas de médio e grande porte. O depoimento de José confirma o processo de retaylorização da produção e convívio entre novas e velhas formas de produção, pois “as máquinas que eu trabalho está bom, mas a outra, como da Praxes, ia ser bem melhor, iria economizar tempo. Lá na minha firma, tem dois tornos convencionais, nas grandes empresas tem os CNCs tudo computadorizados. Você põe a peça lá, põe a medida que você quer tirar, ela tem um monte de ferramentas lá, você vai fazendo tudo. Pro meu tio, se tivesse máquinas novas, seria bem melhor, daria pra fazer muito mais peças”.

trabalho na microempresa do tio, vê-se que, diferentemente dos demais jovens, o modo particular de “estar junto” de José está mergulhado no mundo do *rap* (*rhythm and poetry*). Segundo Sposito (1994), o *rap* se impõe como *produto da sociabilidade juvenil*, alcançando segmentos excluídos da sociedade. Com ritmo próprio e linguagem poética, este estilo musical disseminado nas periferias paulistas, espaço delimitado no exame da autora, retrata as diversas violências sofridas pelos jovens, seja as de origem racial, seja as de origem econômica, seja ainda o encontro de ambas, exacerbando a violência social muito explicitada na última década. A autora revela que as denúncias sociais, aliadas ao estilo de linguagem destes grupos, alcançaram os meios de comunicação, passando a fazer parte de segmentos de classe média e deixando de ser referência apenas da periferia. De modo que José, um jovem das camadas médias, indicou o *rap* como meio de interação social, com o qual afirma sempre estar envolvido.

— *Você vai ouvir um rap, os caras falam: é música de ladrão. Mas, se você ouvir direito — vê a letra — você vai ver o que acontece. Às vezes o cara fala: quem ouve rap é ladrão; pra mim não tem nada a ver. É a música que eu curto* (José).

Além de freqüentar shows de *rap*, ouvir cds, José também joga bola e namora. Quando da entrevista, o jovem sugeria que seus pares estavam envolvidos na “delinqüência”. Contudo, naquele momento, não parecia ser este um traço significativo em sua história. Criticava estes colegas, pois não precisavam de dinheiro, roubavam para “aparecer ser o maioral”. Ao mesmo tempo, criticava a polícia, pois “não querem conversar, ou eles querem arma, quer tudo. Não quer saber que você não está fazendo nada”.

Parece-nos que o interesse do jovem pelo *rap* está fortemente relacionado à violência policial. José indicava que não adiantaria colocar policiais na rua, pois “pode pôr mil policiais em cada esquina que vai ter assalto”. Para o jovem, a abordagem do policial gerava violência. Ao discorrer sobre os grupos de *rap*, Sposito (1994) pondera:

As letras, mediante sua poesia, devem espelhar o aqui-agora de quem vive a realidade do mundo da rua, do bairro, da cidade e, nesse plano, o rap volta a ter uma dimensão específica, particular e até nacional. As músicas são cantadas em português, devem falar da violência policial, das crianças e do extermínio, da ausência dos direitos humanos e da cidadania, cenas do cotidiano das grandes cidades brasileiras (Sposito, 1994, p. 173).

A insistência do jovem em relação à insegurança pública chamou nossa atenção. Ele insinuava que este tema era significativo em sua história, mas faltavam elementos de esclarecimento: até que ponto a violência punha-se como uma questão coletiva, expressão cultural da música que ouvia, e até que ponto já era uma referência de sua biografia. Quando relatou a mudança de escola pela qual havia passado no ano de 1999, não apresentou os motivos; aliás; subtendia-se que estava deixando a escola por motivos de trabalho. No entanto, o jovem havia sido expulso de uma importante instituição de ensino particular, onde estudou desde a primeira série e foi reprovado por duas vezes. O motivo para a expulsão era o furto de tintas em *spray*, as quais seriam utilizadas em pichações e estavam sendo armazenadas em sua casa.

Sua mãe relatou que, desde os 12 anos, José tem “fissura” por pichações. Várias vezes foi levado para casa pela polícia, por ser pego pichando. Diante disto, sua mãe o colocou num curso de pintura de textura de parede, na tentativa de afastá-lo das pichações. Observa-se que o jovem mencionou vários cursos que fizera, mas omitiu o de pintura. Além disso, como se viu, José cumpriu liberdade assistida por ter sido pego com uma arma junto a um amigo na cidade. Essas informações não foram apresentadas pelo jovem. No momento da entrevista, seus pares pareciam ser os filhos de seu tio: juntos, pretendiam fazer cursos profissionalizantes para trabalhar com tornos CNC. Resta saber os motivos que levaram José a não revelar essas informações quando discorria sobre sua vivência de jovem e trajetória de aluno.

Desse modo, o relato de José indicava sempre um terreno movediço, denotando várias formas associativas, o que não nos permitia diferenciar os grupos e agrupamentos aos quais pertence. Afirmar qualquer coisa sobre seu grupo é tarefa árdua, pois às vezes expressava que este era o de jovens do *rap*: por meio dele conhecia vários *office-boys*, visto que já há quatro anos desenvolvia um modo

particular de convivência, na qual juntos “curtiam esse som”, freqüentavam shows. A aproximação do jovem aos grupos de *rap* ancora-se no exame feito por Sposito (1994) a propósito da difusão do fenômeno rap no final dos anos 80, a constituição de grupos de *rappers* tendo em vista seu universo.

O gosto pela música ou pela dança de rua e o espaço das relações de amizade[faz com que] o grupo [possa] consolidar ou ajudar a construir. Integram os grupos, em geral, jovens com mais de 14 anos, embora a presença mais forte ocorra a partir dos 17. Quase todos trabalham, iniciam sua vida profissional como office-boys e apresentam uma relação bastante descontínua com a escola. Dentre aqueles que conseguiram terminar a escola básica, a maioria não chegou a concluir o segundo grau (Sposito, 1994, p. 169).

Por outro lado, José também indicava proximidade a jovens envolvidos com a delinqüência, pois juntos furtavam carros. Aliás, como já apresentado, após o fechamento da microempresa onde trabalhava, José retornou ao convívio com estes jovens, furtando um carro, fato que o levou à internação na Febem.⁹

Embora não se tenham aprofundado as relações dos jovens com seus pares, teve-se o intuito de registrar um pouco de sua vida para além da condição de alunos. As pesquisas sobre jovens no Brasil revelam ser este campo ainda pouco explorado. A propósito, Dayrell (2000) destaca que o aluno-jovem ainda é um desconhecido no interior da escola. Por esse motivo, as informações sobre o “entorno da família, escola e trabalho” contribuem no sentido de reafirmar que seus pares, de uma maneira ou de outra, colaboram em suas concepções a respeito do trabalho e da escolaridade. Estudam juntos, divertem-se, praticam esportes, juntos realizam cursos voltados ao trabalho; ou negam essas formas de sociabilidade e realizam outras, não consolidando a interiorização da cultura do trabalho, como se vê em José. Assim, entende-se que o convívio dos jovens com seus pares na escola pública ou no Senai tem colaborado na permanência da interiorização da cultura do trabalho, como se observou em Maíra, Otávio, Fernando, Ricardo e, de maneira mais difusa, em Letícia.

⁹ Em fevereiro de 2001, José recebeu a sentença do juiz da Vara da Infância e da Adolescência de São Bernardo do Campo, devendo cumprir seis meses de internação na Febem/São Paulo.

A condição de aluno: o reconhecer e ser reconhecido

Além dos pares, o reconhecimento do jovem como aluno e sua visão sobre os demais no espaço escolar, contribuem na elucidação de como estes vêem a escolaridade, nesse momento de mudanças do mundo trabalho e de novas orientações à instituição escola. Percebe-se que a experiência escolar é altamente expressiva na formação de suas opiniões e de seus pontos de vistas, sobretudo em Letícia, Fernando e Ricardo.

Em Maíra, observa-se que a jovem se vê como boa aluna, é aplicada, pergunta quando tem dúvidas, revela que “não tem vergonha do que os outros vão achar de sua pergunta”. Sempre teve boas notas, nunca teve uma advertência nem tampouco uma “nota vermelha no final do bimestre”. Percebe-se no relato que a identidade de boa aluna vem se configurando já há tempo. O desejo de ir para a escola foi manifestado ainda quando pequena, desde os 4 anos. Revela que sempre gostou de ler: além de citar vários romances, também mencionou a leitura da *Bíblia*, sempre feita em sua casa. Acrescentem-se a esses dados outros atributos citados por sua professora. Maíra é vista pelos professores como “muito caprichosa, uma menina calma, sociável, possui um grupo de amigos na sala de aula, não é nem apática e nem bagunceira”.

— *Você vê que é uma jovem muito bem enquadrada, adaptada. Acho que o termo não é bem este, mas é aquela aluna ideal, que todo professor quer ter. Muito educada, muito gentil, fala com muita calma, baixo. O caderno sempre muito limpo, tudo bem feito* (professora).

A jovem nos diz que os professores não reconhecem publicamente os valores de bons alunos, pois temem criar conflitos na sala de aula. Contudo, “eles sabem representar essas palavras de outra maneira, dizendo “você tirou boa nota, tem poucas faltas”. O reconhecimento do professor ao empenho do aluno dá-se de forma sutil, a fim de não expô-lo ao grupo; isso porque, anteriormente, na cultura escolar,

bons alunos comumente eram vistos como “puxa-sacos”, havia brincadeiras que não se configuravam como forma de violência; essa situação, porém, parece que esta mudando, como sugere a história escolar de Maíra, relatada por uma de suas professoras.

Segundo esta, logo que a jovem veio para esta escola, teve problemas na sala de aula com “algumas meninas barra-pesada que são de gangues, são de bater, pegar na rua”. Durante a aula, ocorreu um confronto quando a jovem tentava chamar a atenção da sala para o professor que explicava a matéria. Como decorrência do conflito, Maíra foi perseguida na rua, sofreu ameaças; os pais foram à escola e demonstraram seu descontentamento. Apesar disso tudo, Maíra “não chegou a faltar”; demonstrou habilidade; pois “eu não sei de que maneira ela conseguiu se safar desse processo. Não houve briga, não houve confusão e ela conseguiu resolver sem a intermediação da escola” (professora).

Ao ser reconhecida por essas meninas como “puxa-saca” (nas suas palavras), a jovem estabelece o contraponto. Reconhece os jovens com os quais convive na escola pública como desinteressados, brincam muito, ficam fazendo rodinha, cantando, fazendo batucada. Estão preocupados apenas com o diploma. Maíra afirma: “— Se você falar assim – eu dou o seu diploma, pode sair da sala —, ele sai. Ele sai numa boa.”

Maíra e José são alunos que freqüentam a mesma sala de aula. Apesar de fazerem parte deste estudo por serem originários de famílias metalúrgicas, observa-se que, quanto à condição de estudante, poder-se-ia dizer que José é o avesso de Maíra. Para o jovem, a escola é um lugar para “você vir e se largar, ficar conversando. É um lugar que você mais se distrai do que se preocupa”. O jovem declara-se como “mais relaxado”, não liga para a escola, “não fica de cabeça quente quando tem prova”.

Como já mencionado, José sempre estudou em escola particular, foi reprovado duas vezes, sendo uma na quinta-série e a outra, na sétima. Quando estava na oitava série, foi convidado a se retirar da escola, devido ao mencionado furto de tintas. O jovem diz:

— Não sou aquele cara que não faz nada, mas também não faço tudo. Venho para escola para aprender e passar de ano, não venho para ser o melhor da classe.

Não venho pra ficar puxando o saco de professor. Sou mais de sentar no meu canto e fazer o que tenho que fazer (José).

A experiência escolar de José parece ser muito instável. A escola não se apresenta como uma referência significativa de sua condição juvenil, mesmo em seu papel de sociabilidade. Destaca o fato de que, quando estava indo para escola e encontrava “alguém [que lhe] dizia, vamos ali”, o jovem não titubeava, independente de ter provas, trabalhos, cabulava as aulas. Após ter esclarecido suas relações sociais, sobretudo o furto de tintas e do carro, o “ali” parece denotar que o jovem já vinha há algum tempo perdendo vínculo com a experiência escolar. No entanto, destaca-se a forma como vê alguns colegas de sala.

— Eu zôo na classe, mas tem gente bem pior do que eu. Tem gente que fica a aula inteira falando, a aula inteira. Tem horas que eu penso: como consegue? Não presta atenção nem um pouquinho, o professor fica chamando a atenção. Eu não sou santo, mas me chama atenção duas vezes que eu fico quieto (José).

Segundo sua professora, o jovem é muito inteligente. Na aprendizagem, entende com muita facilidade, apesar de não demonstrar muito interesse pelo conteúdo escolar, que lhe parece muito fácil. Além disso,

se você olhasse para ele, você jamais diria que ele era um pichador, que ele era rebelde, porque ele era muito comedido. Não falava quase, demorou para se enturmar com o pessoal da classe (professora).

Na escola, José demonstrava ser pouco organizado, faltava muito, mas seu material estava sempre em relativa ordem. Sua professora disse-nos que o que mais lhe chamou a atenção foi a letra do jovem, pois era impossível entendê-la. Diferentemente dos demais, sua experiência de escola pública foi transitória. Além de estudar desde a primeira série em escola particular, quando o entrevistamos, ainda não havia completado um ano de escola pública; quando retornamos a campo, o

jovem já havia se matriculado no curso supletivo particular, a fim de concluir o ensino médio.

Nota-se que seus professores sabiam dos motivos que o levaram para a escola pública. Sua professora relata que, apesar de vir com indicação de reprovação, José teve bom desempenho nos últimos bimestres e conseguiu a aprovação da oitava série. Diante da objetividade e da inteligência de José, seus professores pensavam:

— *Como um menino bonito, bem alimentado, bem cuidado com um padrão de vida médio que é muito apresentável, tem esse comportamento? Teve essa audácia de roubar tantas tintas, mas depois eu fui entender, porque ele é extremamente inteligente* (professora).¹⁰

Destaca-se o fato de que tanto a professora, quanto a mãe do jovem ressaltaram a necessidade de “fiscalizá-lo”. Sua mãe, como se viu, assiduamente o vigiava através do celular e o buscava na escola. Já a professora menciona que “ele é um aluno que você tem que ficar fiscalizando; se você não fiscalizar, não sai nada”.

No caso de José, a experiência escolar parece-nos não ser o elemento de maior relevância na construção de suas concepções sobre o trabalho e a escolaridade. Quando entrevistado, o ato de reconhecer e ser reconhecido girava em torno do trabalho que realizava. Aliás, nota-se que, dos seis jovens, José era o único que no momento da entrevista estava trabalhando com registro em carteira, de forma mais estável. Talvez por esse motivo a experiência escolar para os demais seja coberta dos maiores significados, haja vista ser este espaço o meio no qual os jovens realizam atividades, encontram-se com o “outro”, formulam opiniões, realizando por meio desta experiência importante momento de individuação. Segundo Dubet & Martuccelli (1997, p. 246), *o indivíduo é ao mesmo tempo uma “pessoa” (reciprocidade de pontos de vistas entre os sentimentos e as identidades sociais) e um “papel” (forte imbricação entre uma tarefa e uma motivação)*.

Nesse aspecto, é notória a valorização da vivência escolar nos depoimentos de Letícia, Fernando e Ricardo, pois vê-se que a escola está incorporada ao seu cotidiano. Os jovens dedicaram suas falas aos “projetos de escolas”, mostrando suas

¹⁰ A professora não explica essa estranha relação entre roubo e nível de inteligência.

opiniões sobre como estas deveriam ser. Chama nossa atenção a primazia dada por eles ao ensino instrumental,¹¹ como aquele que melhor responde aos seus objetivos. Vale a pena ressaltar que, apesar deles terem sido enfáticos na defesa deste ensino, é preciso cuidado no exame; entende-se aqui que, antes de um projeto de escola como apresentam os idealizadores das reformas educacionais, estes jovens demonstram a importância da experiência escolar em suas vidas, já que esta ocupa a maioria do tempo de sua juventude. Nesse sentido, é interessante destacar em Maíra, Letícia, Fernando e Ricardo a importância atribuída ao papel de estudante vivido por eles.

Por esse motivo, é preciso destacar o amplo movimento da mídia, dos órgãos governamentais, ao proporem um ensino que valorize os conhecimentos que interessam ao mercado e ao mundo do trabalho. Nota-se que esta concepção de ensino adquire maior relevo nos anos 90 e parece já enraizada no senso comum, como indica Letícia, quando questiona: *Para que estudar literatura? Qual a utilidade desta matéria?*

Este fato coloca-nos diante de um retrocesso educacional, pois a desvalorização dos “conhecimentos desinteressados” tem se configurado como marca da educação nos anos 90 em diversos países. As reformas educacionais têm dado ênfase à uma concepção de formação do homem segundo a qual os interesses de mercado estão perfeitamente articulados com os da cidadania que tem sido relida nos anos 90, como se verá no Capítulo 3. Cabe ressaltar que as expectativas positivas dos jovens em relação ao trabalho e à escolaridade parecem estar articuladas à condição de estudantes revelada por Letícia, Fernando e Ricardo. Seria este um dos aspectos explicativos de suas expectativas positivas em relação ao futuro, uma vez que estariam sendo protegidos por essa condição? Decorreria tal positividade do fato de não terem maiores contatos com as demandas do mercado de trabalho e desafios impostos aos trabalhadores com a mudança do paradigma do trabalho?

Como já sinalizado, Letícia declara ser caseira, seu pai não a deixa trabalhar. Aos 19 anos, a jovem tem o hábito de ficar o dia inteiro de pijama em casa. Diante disto, a escola ganha maior relevo em sua cotidianidade, já que nela a jovem busca realizar sua individualidade. Este fato evidencia-se quando revela ser muito tímida,

¹¹ Entendido como aquele em que os conteúdos ensinados o são tendo em vista uma finalidade prática, mediata ou imediata (por exemplo, servir para obter o diploma, para obter um emprego, etc.).

atribuindo à vivência escolar a possibilidade de superar essa característica. Observa-se que as questões voltadas à escola lhe são próximas: questiona a organização do sistema público de ensino, indica a preferência pelo ensino instrumental, pois quer aprender algo que lhe seja útil no futuro. Além disso, refuta os planos de ensino, afirmando que seus professores são obrigados a desenvolver o mesmo conteúdo durante todo o ano. Mas reconhece que, perto de outras escolas públicas, sua escola é “boa demais”, pois é segura, as regras são claras:

— *Você tem horário para entrar, para sair. Fora do horário, somente sai com a assinatura de um responsável. A escola é toda pintada, não é pichada, as carteiras é tudo certinho, tudo bonitinho* (Letícia).

Apesar de avaliar sua escola positivamente, a jovem demonstra-se crítica em relação aos professores substitutos, revelando claro desinteresse por suas aulas. Considerando esta realidade, Letícia afirma: “— Eu não sou aquela aluna: senta, fica quietinha, presta atenção. Abre o caderno e não conversa.” Diferentemente de Maíra, considerada pela professora como aluna ideal, Letícia parece representar a aluna real, quando diz: “— A gente não se interessa por aquilo que a gente não gosta. A gente só vai prestar atenção naquilo que chama nossa atenção.”

Desse modo, avalia negativamente o desempenho de professores, dizendo que “já tem um bom tempo que chegam na classe só pra mandar a gente ler livro, apresentar e fazer prova”. Ao mesmo tempo, relata que não gosta de ler, prefere copiar. Orgulha-se de sua letra, considerada pelos professores e amigos como uma letra bonita, legível. Pode-se dizer que a crítica à escola pública manifestada pela jovem é expressão da não realização de um ensino instrumental que lhe propicie a inserção no mercado de trabalho. Letícia demonstra-se frustrada por não se sentir apta a disputar uma vaga de qualidade no mercado. Para tanto, reitera que adquirir o certificado de conclusão de educação básica é importante, porém a escolarização não se apresenta para a jovem como processo que assegure o desenvolvimento das inteligências e propicie a produção de conhecimento, visto que o ensino público não tem sido reconhecido como de qualidade pela sociedade, como se verá no próximo capítulo.

Por outro lado, avalia positivamente a escola como agência socializadora e normativa, particularmente quando se trata das relações humanas no seu interior. Evidencia-se que o aluno real não é aquele que não possui vínculo com a experiência escolar; ao contrário, Letícia senta na primeira carteira, próximo a seus professores, nunca repetiu de ano, demonstra apego pelos professores, uma vez que não são “bichinhos que ficam lá na frente e você do outro lado.” Expressa que nas aulas é imprescindível a normatividade de papéis: “o professor tem que se por no lugar de professor e o aluno no lugar de aluno, mas tem que ter uma brincadeira, uma coisa mais envolvente”.

Apesar das diferenças entre o quadro da escola francesa e o da brasileira, as expectativas de Letícia em relação a seus professores remetem-nos à experiência de François Dubet quando professor do colégio da periferia de Bordeaux: “Os professores mais eficientes são em geral aqueles que acreditam que os alunos podem progredir, aqueles que têm confiança nos alunos. Os mais eficientes são também os professores que vêem os alunos como eles são e não como deveriam ser” (Peralva & Sposito, 1997, p. 231).

Além disso, a experiência de Dubet (1997) parece indicar que os alunos reais dos anos 90 não são malvados, agressivos, racistas, mas antes alunos fracos em geral (cf. Dubet, 1997, p. 225). No presente estudo, parece ser este o traço de Letícia, Ricardo e Fernando: embora realizem da melhor maneira possível o papel de estudante, não se destacam como Maíra (por exemplo). Mas também não são jovens que denotam profundo descrédito ao papel de aluno, como José; ao contrário, sua atuação de estudantes parece ser significativa em suas identidades.

Fernando e Ricardo também expressaram o desejo de que os professores estejam próximos dos alunos. Ao fazerem a crítica a escola pública, evidenciam-se posições diferenciadas. Fernando considera que a perda da qualidade de ensino nas escolas públicas é decorrência do desinteresse dos alunos pelos conteúdos, pois os professores preparam aulas, às vezes chegam alegres, mas, quando vêem a bagunça dos alunos, desanimam e somente trabalham o conteúdo do livro. Nota-se que sua explicação sobre os problemas educacionais está em consonância com a visão de Maíra. Os jovens estudam em escolas diferentes e apesar de ambos estarem com 15 anos, serem originários de famílias nordestinas, sua vivência cotidiana revela-se bem

diversa. Enquanto Maíra *não tem tempo para nada*, tantas são suas ocupações nos cursos que realiza, Fernando deseja trabalhar para *não ficar em casa sem fazer nada*. Contudo, parece-nos que estes dois jovens apresentam fortemente a interiorização da cultura do trabalho, sendo esta mediada pelo esforço pessoal. Este poderia ser um dos motivos que justificaria a defesa da instituição escola e de seus professores.

Diferentemente de Fernando, Ricardo atribui a responsabilidade pela perda da qualidade de ensino ao descompasso da escola frente à sociedade, pois

hoje mudou bastante, está tudo mais avançado. A gente consegue ter informações em quase todo lugar. Tem internet, TV... coisas que antigamente tinha, mas não era tão avançado. Hoje os professores não estão conseguindo passar o conhecimento, a matéria para os alunos, porque eles não estão conseguindo prender a atenção do aluno (Ricardo).

Diante desta afirmativa, Ricardo avalia-se como aluno regular. O jovem tem horários definidos para o estudo, gosta de ler, apresenta-se como aluno freqüente, raramente falta em dias de provas, realiza todos os trabalhos. Apesar disso, é visto como aluno regular pois não tem o hábito de “copiar a matéria da lousa”. Desse modo, em algumas disciplinas suas notas são regulares pois seus cadernos nunca estão em ordem.

Chamou nossa atenção o fato de, à exceção de Otávio, os jovens vincularem sua atuação de estudantes à organização de seus cadernos, sendo este aspecto central no reconhecimento de “bons, regulares ou maus alunos” perante o grupo. Apesar de Ricardo ter sido reprovado na primeira série do ensino fundamental, seu critério de avaliação como aluno regular está circunscrito a “copiar matéria da lousa”; talvez por esse motivo seja tão enfático ao falar de seus professores e revelar descrédito na escola pública. Entende que os professores devem modificar a forma de trabalhar os conteúdos curriculares, devem *entreter os alunos*, isto é, explicar a matéria “pegando uma piadinha” (em suas palavras). Tornar-se amigo do aluno, realizar uma aula menos formal na qual a rotina seja superada. Nota-se que não seriam apenas os professores que expressam imagens idealizadas ou representações dos alunos, estes também possuiriam imagens ideais ou representações de seus professores.

Além disso, sobressai no depoimento do jovem o fato de que, apesar de validar o conhecimento como condição *sine qua non* de sobrevivência para as futuras gerações, Ricardo já não atribui à escola esta expectativa, embora demonstre que ela deveria realizar este papel. Desse modo, destaca-se a primazia de a escola conferir-lhe um ambiente social no interior da qual possa vivenciar relações humanas.

Segundo o professor dos jovens, se nos atermos ao conteúdo e à aprendizagem, tanto Ricardo quanto Fernando são bons alunos. Já no convívio social suas relações são frágeis, restrita a jovens como eles, ou seja, aqueles que falam sobre coisas de escola, porque este é o mundo que conhecem. O perfil de aluno conferido a Ricardo é de um jovem quieto: realiza todas as atividades que devem ser feitas, é inteligente, mas as vezes aproxima-se do estereótipo de *aluno chato*, pois

quando não tem compreensão, ele se apega a detalhes, parece que ele não processa. Eu acredito que ele não tenha noção de até que ponto essas perguntas que ele faz são inteligentes ou são óbvias. Em alguns momentos, ele faz perguntas que você pensa “é o Ricardo que está fazendo essa pergunta”, em outros momentos, ele faz perguntas extremamente inteligentes. Tem horas que eu penso que ele está fazendo aquilo para confirmar o conhecimento, é uma dificuldade de interpretação ou de afirmação perante o grupo (professor).

Fernando é muito quieto na sala, quase não fala, indica ser bastante tímido. Nunca repetiu de ano. Aliás, tudo o que o professor pede o aluno faz, tem boas notas, porque é muito dedicado. Apesar de mostrar interesse pela escola e ser responsável na condução de suas atividades escolares, não é um aluno que se destaca dentre os demais. Diante de relativa dificuldade de aprendizagem, sobretudo devido à falta de iniciativa e de dificuldade de convivência, poder-se-ia dizer que Fernando parece expressar a condição de aluno real? Madeira (1998, p. 448), em seu exame sobre fracasso escolar, destaca que muitos estudos “mostram que as professoras nas salas de aulas dirigem-se a um aluno ideal e não ao aluno real”. Diante desta concepção, encontram-se muitas vezes, posturas preconceituosas que, parecem negar a heterogeneidade presente na sala de aula, uma vez que os professores muitas vezes estão voltados a um tipo de aluno que apresenta brilhantismo intelectual, fácil

adaptação ao meio e boa situação econômica familiar. Para Madeira (1998) este aspecto já pertence a cultura escolar brasileira. Diante disso, o desencontro entre a expectativa idealizada dos professores e a realidade da grande maioria dos alunos de escolas públicas brasileiras tem elevado o quadro de repetência (cf. Madeira, 1998, p. 448).

A distinção entre aluno ideal e real é retomada neste contexto, pois a fala dos professores e dos alunos remete-nos a diversas concepções idealizadas e, às vezes, preconceituosas que perpassam a experiência escolar. Note-se que os modelos de alunos e professores parecem definir as relações sociais na prática escolar. Esta discussão foge aos propósitos deste estudo, mas vale a pena debruçar-se um pouco mais neste ponto, pois Sposito (1997) parece-nos responder a esta “falsa dicotomia” entre real e ideal quando concebe a escola como espaço sociocultural.

Apreender a escola como construção social implica, assim, compreendê-la no seu fazer cotidiano, onde os sujeitos não são apenas agentes passivos diante da estrutura. Ao contrário, trata-se de uma relação em contínua construção, de conflitos e negociações em função de circunstâncias determinadas (Sposito, 1997, p. 137).

O relato da professora de Otávio sinaliza que a escola não se põe somente como instituição recoberta por projetos educacionais de ampla envergadura, ou apenas por sobreviver ao longo do tempo, resistindo às demandas que lhe são impostas ou introjetando-as. O que se vê é uma escola cotidiana que se afigura como espaço sociocultural, imerso em tensões, conflitos, vivências humanas.

— Otávio não era meu aluno, eu o conheci nesse ano. Ele é muito esnobe, ele de certa forma... Não sei se é só comigo, porque eu não conversei com outros professores, mas ele trata a escola com desprezo. Deixa claro o desprazer por ter que vir a esta escola. Ele olha isso com olhar de superioridade. Tem dificuldade de seguir as regras da escola, embora nós saibamos que no Senai as regras devem ser mais rígidas. Faz questão de confrontar minha autoridade de professora, acha aqui tudo muito fácil. Ele aprende tudo com muita facilidade, é um aluno inteligente. Ele se expressa muito bem, até para me deixar numa situação difícil perante a sala. Ele gosta de provocar, tanto que na primeira vez eu fiquei muito nervosa, na segunda

vez eu percebi que ele se divertia um pouco com isso. Eu percebi que alguma coisa estava errada. Agora estou sendo sarcástica com ele, estamos sendo sarcásticos um com o outro. Ele é muito bem inserido na classe, está vindo com essa turma desde a oitava série. Tem amigos aqui, mas acredito que não chega a participar da vida dos outros, porque o padrão de vida dele é superior de boa parte dos colegas. No Senai ele tem amigos para o trabalho, aqui como é uma coisa mais relaxada, ele conversa muito em sala de aula. Ele demonstra certo desprezo por tudo que é ensinado na escola (professora).

O depoimento da professora de Otávio esclarece em parte os motivos pelos quais o jovem indicava sentir-se deslocado na escola pública, embora a conheça desde os 7 anos de idade. Otávio declara-se como aluno médio, procura aprender, correr atrás de tudo que não sabe e precisará saber. O percurso escolar de Otávio denota trajetória de sucesso escolar: nunca repetiu, estudou em três escolas públicas, considera a atual a melhor das três, nela está desde a oitava série. A postura de Otávio assemelha-se à de Maíra, já que o sucesso para ambos é cumulativo, sendo que toda aquisição de conhecimento é um passo em direção ao sucesso profissional, “cada dia que vai passando, cada ano que eu passei, quando terminei a quarta série, a oitava, nunca ter reprovado, tudo que aconteceu foi um sucesso” (Otávio).

No entanto, a experiência escolar de Otávio está firmada em sua vivência como aluno do Senai. O fato de estar estudando no interior da empresa e vivenciar, ao mesmo tempo, o ser estudante de escola pública de nível médio e aprendiz no Senai demarca experiências díspares, pois ambas as instituições têm seu próprio quadro normativo de regras, normas de conduta, com as quais o jovem dialoga, ora introjetando-as, ora questionando-as. Observa-se que esta relação tem-se dado de forma dicotômica, contrariando os preceitos de complementaridade previstos na reforma do ensino médio e técnico.

O depoimento de Otávio denota que o jovem supervaloriza a aprendizagem do Senai pois o desempenho profissional, a responsabilidade exigida na empresa modificou seu comportamento. Segundo Otávio, no Senai, “eles começaram a cobrar muito. [Lá] a gente tá trabalhando e ao mesmo tempo tá estudando. A cobrança é dos dois lados, [isso] ajudou bastante” (Otávio).

No entanto, essa “ajuda” não se concretizou em termos de educação básica. Nota-se que, dentre os seis jovens, Otávio foi o único a *levar “depê”* (dependência) *em janeiro*. Até mesmo José, que novamente (re)estabelecia os laços com a delinqüência, foi aprovado. É notória em Otávio a valorização da certificação de educação básica; no entanto sua percepção de estar deslocado nesta estrutura escolar teve maior relevância. Além das faltas, o jovem passou a revelar profundo desinteresse pelo que se aprende na escola, como declararam sua professora e ele próprio, quando falava sobre seus pares.

Desse modo, parece-nos que a experiência singular de Otávio não tem correspondido aos preceitos do novo ensino profissionalizante, em que se preconiza:

A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular, ou por diferentes estratégias de educação continuada. O termo articulação, empregado no artigo 40 da LDB, indica mais que complementaridade: propõe uma região comum, uma comunhão de finalidades, uma ação integrada e combinada entre o ensino médio e o ensino técnico. Nem separação, como foi a tradição da educação brasileira até os anos 70, nem conjugação desordenada em cursos profissionalizantes, sucedâneos empobrecidos da educação básica, tal qual a propiciada pela Lei Federal nº 5692/71 (Brasil/CEB, 1998, p. 24).

Ao comentar as diretrizes do documento sobre o ensino profissional, Ferretti (1999) de forma coerente, destaca seu *caráter ambicioso* diante dos enormes desafios que se apresentam a um projeto de tamanha envergadura, que não parece ter considerado importantes aspectos da realidade brasileira:

Tendo-se em vista as condições objetivas do país, a drástica redução dos gastos sociais, em particular na educação, as condições precárias das redes de ensino público, as reconhecidas deficiências na formação de professores, parecem pouco realistas tanto as diretrizes curriculares para o ensino médio, quanto as presentes. Quais as condições objetivas para se ofertar uma educação profissional (em geral) e técnica (em particular) em condições de responder ao conjunto de responsabilidades que o documento lhe atribui, especialmente no que se refere à produção e atualização de conhecimento tecnológico e ao atendimento das demandas emergentes e cambiantes do mercado? (Ferretti, 1999, 49).

O autor, ao dissecar aspectos centrais da proposta de ensino profissionalizante à luz de condições objetivas da realidade, questiona a reforma de maneira fecunda. A crítica elaborada por Ferretti (2000) sobre os desafios que se impõem para uma eficaz complementaridade entre os dois níveis de ensino colabora no exame da experiência escolar de Otávio. Parece-nos que a complementaridade apresenta-se de maneira bem disforme, pois não indica similitude entre as experiências realizadas no nível profissionalizante no Senai e na escola pública.

Percebe-se que Otávio, ao conviver com duas culturas tão diferentes, optou por ser aluno do Senai — vivenciar a experiência escolar — considerando a aprendizagem de uma profissão — e, estar na escola pública, cumprindo a prerrogativa de concluir a educação básica, já que o jovem tem perspectiva de, realizar curso universitário.

Diante dos diferentes significados das experiências vívidas pelo jovem na condição de aluno do ensino médio e do Senai, parece-nos que a dualidade de ensino ainda permanece indicando aquilo para o que Kuenzer (1997) alertava quando examinou o princípio de complementaridade, tendo em vista a relação entre o ensino médio e o profissional. Veementemente, Kuenzer (1997) conclui a discussão sobre a reforma, afirmando:

Propôs-se duas redes, e embora no art. 36, inciso III, parágrafo 2º, a LDB assegure a equivalência legal entre os cursos médios acadêmicos e profissionalizantes, no conjunto da legislação e na prática, ela estará quebrada caso seja aprovado o PL 1603/96, tal como está, pois que estabelece uma rede própria para a educação profissional, em “articulação” com o ensino regular. Articulação não significa integração, nem assegura equivalência. Tanto que, como já se demonstrou no texto anterior, o estudante que quiser ter o certificado deverá frequentar as duas modalidades concomitantemente ou seqüencialmente (Kuenzer, 1997, p. 98-99).

Há que se considerar o tempo de implementação da reforma, que mal se iniciou. Poder-se-ia conjecturar que ainda não seria possível fazer-lhe críticas veementes, pois estamos num momento transitório. Entretanto, num contexto em que as individualidades são valorizadas, é preciso se ater ao fato de que, apesar do trabalho e da escolaridade ser significativos para Otávio, sua experiência escolar não se realiza de forma integrada. Cabe questionar se a dualidade expressada nesta

experiência é uma expressão singular, particular deste jovem, ou se outros jovens, tal como Otávio, outros aprendizes de mecânica veicular (por exemplo), também estaria escolhendo vivenciar uma experiência escolar em que se valorizariam os conteúdos escolares em detrimento de outra, cujo significado estaria restrito à certificação. Neste momento, restringimo-nos a ressaltar que a opção de Otávio pela instituição Senai parece estar fortemente vinculada à vivência com seus pares e à influência de seu pai, como se viu no Capítulo 1.

Viu-se até aqui que os grupos de pares influenciam-nos na formulação de suas aspirações. Muitas delas são partilhadas entre eles, devido ao fato de que os pares de Maíra, Otávio, Fernando e Letícia também consideram a conclusão da educação básica e a realização de cursos profissionalizantes como aspectos que lhes facilitarão a inserção no mercado de trabalho. Já os de José consideram a sociabilidade da rua como maior referência de sua juventude, como sugere o jovem ao falar dos furtos de carro. Vale ressaltar o destaque dado por Pais (1993) ao grupo de pares, ao apontar sua importância no universo juvenil.

Os tempos cotidianos dos jovens encontram-se fortemente associados a práticas de sociabilidade e de lazer que se desenvolvem no quadro de determinadas redes grupais. Estas, por sua vez, encontram-se associadas a identidades juvenis que parecem definir-se, por contraposição, umas em relação às outras. Por outras palavras, as imagens que os grupos de jovens formam de si mesmos e dos outros parecem orientar as relações que se estabelecem entre esses grupos (Pais, 1993, p. 93).

O jovem: a particularidade expressa a diversidade

Como já foi lembrado, há consenso entre os pesquisadores, tanto no plano internacional, quanto no nacional, que ao examinar os jovens em sua singularidade percebem a diversidade encoberta na categoria juventude. Novaes (1998) indica que,

quando levamos em conta as diferenças de classe, raça, etnia, gênero, locais de moradia, torna-se mais produtivo falar em juventudes, assim no plural. Nesta perspectiva, sempre e a cada vez que estivermos falando em juventude, é preciso

esclarecer sobre a que grupos juvenis estamos concretamente nos referindo (Novaes, 1998, p. 6).

Neste estudo, tem sido apresentada a família metalúrgica como particularidade deste grupo de jovens. Notam-se dois aspectos predominantes, como se viu no Capítulo 1: em primeiro lugar, os jovens tem contato com o mundo fabril por intermédio de seus pais; em segundo, trata-se de jovens nascidos numa região industrial com importante participação na história do país. Apesar disto, entende-se que, diante da diversidade e da pluralidade implícita à categoria juventude, seria interessante arrolar um traço particular de cada jovem, na perspectiva de buscar denotar elementos referentes à sua singularidade e ao momento específico em que vivem. Para tanto, deve-se esclarecer que a escolha por um traço específico da biografia dos jovens está escorada no exame dos depoimentos e da reiteração dos jovens. Não é nossa intenção individualizar o grupo, partir para análises excessivamente subjetivas, buscou-se apenas denotar a heterogeneidade que recobre este grupo em particular.

Nessas condições, Otávio revela traços que nos remetem às referências de Martins (1997, p. 193) em seu artigo sobre jovens e mercado de trabalho. A autora alude a um jornalista que utiliza o termo “peão ilustrado” para designar os novos trabalhadores de grandes empresas.¹² Isso ocorre devido à atitude e comportamento destes jovens. A maioria deles demonstra interesse pelos estudos e tem por preocupação o desejo de alargar sua empregabilidade. Martins (1997, p. 103) adverte para o fato de que, “todos esses jovens são filhos e dois deles, também, netos de operários, que trabalham ou trabalharam nas mesmas empresas que hoje os empregam”. Tal como Otávio, estes jovens também realizaram cursos do Senai, revelaram interesse pelo curso de engenharia e o desejo de sair da linha de produção ou de se manter nela somente com o intuito de obter recursos financeiros para trocar de carro, gastar o salário consigo mesmo. A autora assinala o choque de gerações operárias, pois, para parcela significativa de trabalhadores que estão perdendo seu

¹² Segundo Martins (1997), o jornalista Alceu Castilho entrevistou, em 1997, seis jovens de 16 a 23 anos que trabalhavam na linha de produção em grandes indústrias da Região Metropolitana de São

emprego para a “molecada do Senai”, a crítica é a de que esses jovens não se preocupam com as questões coletivas, a organização sindical, uma vez que expressam “uma imagem de juventude marcada pela negatividade, que ressalta o individualismo, o consumismo, a passividade, a falta de companheirismo e o afastamento das questões que afetam o conjunto dos trabalhadores” (Martins, 1997, p. 104).¹³

Esse choque de gerações parece se fazer presente e ser acentuado com a flexibilização das relações de trabalho. Entretanto, é preciso destacar que, apesar de Otávio indicar características objetivas e subjetivas que nos levam a esse traço de “peão ilustrado”, há um aspecto que debilita a vinculação homogênea entre o jovem, a instituição Senai e os traços em comum com seus pares. Percebe-se em seu depoimento o momento de crise no qual o jovem está mergulhado, pois, por estar cursando o terceiro ano do ensino médio, as definições sobre carreira profissional são cada vez mais urgentes; é um momento em que se acentua a crise pela qual vem passando. Nota-se que o traço pessoal mais citado pelo jovem foi o de indecisão. A propósito, Sposito (1996, p. 102) afirma que o momento de crise impõe-se como “ponto decisivo e necessário, momento crucial, quando [é preciso] optar por uma ou outra direção, escolher este ou aquele rumo”.

Este momento de crise também se apresenta para José. O que estava em jogo era a opção entre a sociabilidade da rua, próxima da marginalidade, ou a reinserção social, visto que buscava construir lastros com o quadro de referências que envolve as regras sociais do convívio humano, por intermédio do trabalho. Assim, a característica normativadora do trabalho e da escola substituiria as regras da pichação, pois no período em que esteve trabalhando e estudando José deixou de ser

Paulo. Embora em empresas diferentes, é comum a esses jovens a valorização da formação profissional como pré-requisito para manter sua empregabilidade.

¹³ Para Otávio, quando estiver na empresa, ele terá que se preocupar com os demais operários. Ao se referir à relação dos jovens do Senai com os demais operários, o jovem nos dizia: “— Quando a gente vai fazer estágio no meio do ano, a gente faz estágio de um mês, não tem férias — é estágio. Então, principalmente os mais velhos, estão sempre preocupados: pô, esses moleques tão vindo aqui, vão tirar o meu lugar. Então, eles estão sempre procurando ferrar a gente. Não são todos, mas sempre tem uns” (Otávio).

trazido para casa pela polícia. Um novo momento se revelava para o jovem. Segundo sua mãe, até mesmo as pichações em seu quarto cessaram.

Além disso, sua mãe relata que, José, aos 16 anos, “tinha a bexiga solta” e urinava na cama constantemente; por esse motivo, de quatro em quatro meses era preciso trocar seu colchão. Não sabemos se, enquanto trabalhava na microempresa do tio e buscava distanciamento da sociabilidade da rua, esse fato se atenuou. O que está claro é que, em dezembro de 2000, no momento em que o convívio com os jovens que cometeram atos infracionais se aprofundava, sua mãe observou que este problema de saúde se acentuara. Não é nossa intenção adentrar o campo psicológico, até mesmo por não termos competência para tal enfoque. O que se quer assinalar é que o quadro de referências de José, isto é, identificar-se com a pichação, envolver-se com infratores o diferencia muito dos demais jovens estudados, visto que suas referências estão eivadas da sociabilidade da rua. Observa-se que o exame de seu depoimento indica, por um lado, fascínio por e ao mesmo tempo negação desta sociabilidade e, por outro, o desejo de ser notado. Devido a isso, vale a pena destacar as diversas referências do jovem à rua.

O jovem diz que, quando estava matriculado na escola particular, estudava de manhã e ficava o dia inteiro na rua sem fazer nada. Para José o tempo-presente se apresenta como elemento ilustrativo de sua biografia. Ao discorrer sobre as experiências de adolescentes pichadores argentinos, Fernandez (1999, p. 20) sublinha o que se pode fazer na utilização do tempo e afirma que, para os adolescentes, seu maior desafio seria de *ser único* sem deixar de assemelhar-se a seus pares. Nota-se que os pares de José eram pichadores e também os garotos que pertenciam à quadrilha de furto de carros — mas não seus primos, que trabalhavam com ele na microempresa do tio.

Além desta referência, observa-se na história de José que, para ele, é significativo o trabalho na adolescência, visto que em diversos momentos reiterou:

— “*Quem hoje não trabalha fica na rua*”; por isso, “*é melhor estar trabalhando do que fazendo coisa errada. Eu conheço um monte de gente que ao invés de trabalhar, faz um monte de coisa errada. Aí hoje tá se ferrando, aí eu pensei: eu vou trabalhar*” (José).

Este parece ser o momento de crise em que o jovem estava mergulhado. Ao mesmo tempo em que se sentia seduzido pela rua, demonstrava o desejo de se afastar das circunstâncias que o levariam a identificar-se com a marginalidade. O jovem nos dizia:

— *Por exemplo, quando ando na rua, eu não ando de camisa, gravata, eu ando assim porque eu gosto. Ai eu tô andando na rua, o cara já fecha o vidro achando que eu vou roubar. Tem pessoa que não entende o que está acontecendo* (José).

Percebe-se no relato do jovem a simbiose entre vários elementos aparentemente diversos, mas que se interpenetram. Além de ser tido pela professora como extremamente inteligente, o jovem, ao mesmo tempo que se identificava com a sociabilidade da rua, seja como pichador, seja no roubo de carros, destaca os aspectos que o diferenciam de seus pares, ou seja, jovens que cometeram atos infracionais. Este aspecto parece ser central em sua biografia, pois indicaria a crise em que o jovem vivia com seu afastamento da sociabilidade da rua, graças à identificação com o trabalho realizado, como se viu no Capítulo 1.

Na biografia de Letícia, nota-se que o traço particular desta jovem dirige-nos ao desejo de construir sua própria família e dar seqüência ao tipo de relação vivenciado em sua família nuclear. Observa-se que, quando se referia aos jovens desinteressados pela aprendizagem escolar, sua crítica estava voltada para a impossibilidade de construírem suas famílias, pois

tem meninos que já têm seus 22 anos, e não pensam em construir uma casa. Nem digo ter uma casa, mas vai correr atrás de alguma coisa que seja o futuro dele. Mais pra frente, conhece uma pessoa e não tem nada. [Além disso] tem alunos que são tão desinteressados, que eu penso: O que que isso vai ser da vida? Com 16, 17 anos já tá assim, a tendência é demorar muito pra amadurecer (Letícia).

Pais (1993), no seu estudo sobre jovens portugueses, destaca as *atividades de substituição* como uma forma de atenuar as relações conflituosas entre jovens e mercado de trabalho. O autor chama atenção para a relevância das variáveis como sexo e idade e demonstra que os jovens que realizam a condição de estudante ou as moças que acalentam o projeto de assumir a vida doméstica vivenciam situações que substituem a premência do trabalho e, por conseqüência, os protegem da crise do emprego nas sociedades contemporâneas. Segundo o autor,

as jovens parecem ter acesso mais fácil a alguns estatutos de substituição – como os de doméstica – que lhes fornecerão modelos de comportamento socialmente aceites, permitindo-lhes evitar os vazios criados pelos abalos dos ritmos quotidianos que o desemprego pode provocar (Pais, 1993, p. 267).

Nota-se que, no caso português, esse quadro revela-se sobretudo quando se trata de *raparigas de baixa ou elevada condição social*. O autor constatou que as jovens de camadas populares aceitam a vida doméstica como “ato de amor” ou de “dever” (Pais, 1993, p. 267). Guardadas as devidas proporções, vê-se que o depoimento de Letícia sugere essa particularidade, uma vez que tem a intenção de casar, ter filhos e se realizar formando sua própria família. Caberia questionar se esta aspiração da jovem afigura-se como projeto individual ou está sendo submetida a tensões decorrentes da condição de não-trabalho nos seus 19 anos (como se verá quando tratarmos das perspectivas futuras dos jovens), fato este que poderia indicar a precocidade no assumir um projeto de vida doméstica como atividade de substituição, nos moldes apresentado em Pais (1993).

Este questionamento encontra terreno fértil quando nos remetemos às características pessoais reveladas pela jovem. Verifica-se no seu depoimento a presença preeminente de sentimentos de medo, temor, timidez. Parece-nos que assumir a vida doméstica seria uma maneira de, por um lado, conviver com estes sentimentos, tendo em vista a possibilidade de trabalhá-los, e por outro, realizar-se pessoalmente.

— *Eu adoro cozinhar. Eu penso cozinhar pra família, filhos, marido. Eu sou muito família. Ele [o namorado] quer mais sair com os amigos e, eu sou mais de ficar em casa, curtindo a minha família* (Letícia).

Maíra revela que, apesar de expressar no âmbito pessoal a finalidade de *casar, ter filhos e um cachorro*, isto é, *uma vidinha mesmo de família*, este projeto passará a ser delineado após a conquista da realização profissional. O exame do depoimento de Maíra assemelha-se ao de Fernando e faz emergir o tema do trabalho como valor moral, sendo este indispensável à vida humana. No quadro internacional, Bajoit & Franssem (1993) examinam a ética da retribuição como aspecto central da cultura do trabalho consolidada na sociedade industrial, sob o paradigma do fordismo/taylorismo. Os autores analisam a valorização do trabalho e o reconhecimento da ética do esforço, como elementos centrais no desenvolvimento da sociedade capitalista. Para tanto, examinam a experiência de Enzo, jovem de 19 anos, desempregado, cujo relato reforça a primazia da ética do trabalho na construção da identidade social do sujeito.

Se você não trabalha, eu te digo, você é diferente dos outros. Você não é o mesmo, o trabalho é uma grande parte da tua vida. Você trabalha por oito horas, quando vai para casa, você e tua família ficam contentes. Você está contente de ter ido trabalhar, porque no final do mês você será recompensado (Bajoit & Franssem, 1993, p. 61).

O reconhecimento ao trabalho e a recompensa do esforço indicados pelo jovem belga são examinados por Bajoit & Franssem (1993) como expressão de uma ética de retribuição, que encontraria terreno fértil nas formulações de Weber (1974) sobre a relação entre trabalho e religiosidade. Segundo este autor,

o mais importante é que o trabalho constitui, antes de mais nada, a própria finalidade da vida. A expressão paulina: “Quem não trabalha não deve comer” é incondicionalmente válida para todos. A falta de vontade de trabalhar é um sintoma de ausência do estado de graça” (Weber, 1974, p. 212).

A afirmação clássica de Weber sobre a importância do esforço, parece condizer com os significados do trabalho expressos pelos jovens deste estudo. Tanto

o jovem belga quanto os filhos de metalúrgicos pesquisados, apesar dos quadros de referências muito diferenciados, sugerem a universalidade da ética do esforço como valor que se evidencia na cultura das famílias de operários. Este aspecto se apresentou como elemento central nas biografias de Maíra e Fernando. No caso da jovem, esta expressão se põe quando revela o projeto de chegar ao cargo de promotora pública, por meio de seu esforço e trabalho; e, no caso de Fernando, é percebido no desejo de inserção na empresa multinacional onde seu pai trabalha, o que propiciaria sua realização pessoal e profissional como temos analisado, pois o jovem tornar-se-ia peão do chão da fábrica(expressão da cultura metalúrgica).

A propósito, vale a pena refletir um pouco sobre as razões pelas quais o trabalho para Fernando e Maíra está mergulhado na ética da retribuição, ou seja a recompensa pela realização de uma atividade. Como já dito, os jovens deste estudo são considerados como de camadas médias. Entre eles, Maíra e Fernando são aqueles que mais poderiam se aproximar ao quadro de referências de jovens pobres, como se viu no Capítulo 1. Sarti (1996), em seu estudo sobre a moral dos pobres, enfatiza a importância de ser reconhecido como trabalhador neste segmento social. A autora sublinha o trabalho como obrigação moral para ricos e pobres, porém, para estes, sua dimensão é ainda maior, pois dá sentido a diversas esferas da vida:

Os pobres concebem não apenas o valor do trabalho, mas seu lugar de trabalhadores no mundo social. [Desse modo] podemos prosseguir analisando a articulação de elementos morais e religiosos aos econômicos, através da qual retraduzem em seus próprios termos as relações de trabalho sob o capital (Sarti, 1996, p. 82).

Diante disto, é pelo esforço pessoal materializado nas atividades de trabalho que os pobres incluem-se na sociedade. Este aspecto é muito visível no relato de Maíra. A jovem revela que se esforçou muito para conseguir o emprego atual em importante indústria da cidade, que a contratou por meio da intervenção do C. A. M. P. Quando estava com 15 anos, assistia onze aulas por dia e trabalhava como manicure nos fins de semana. Segundo os professores, seu desempenho era

satisfatório em todas as atividades.¹⁴ Após revelar que “lutou muito para conseguir cumprir tudo o que foi pedido”, já que “correu atrás” com afinco, demonstra que a conquista faz a diferença, pois

quanto mais fácil for pra gente, menos valor vai ter. Você pensa assim: isso não tem na escola, eu vou correr atrás pra ver onde tem. Se vem tudo de mão beijada, aqui na escola, o aluno não vai dar valor. O esforço é o que mais vale em tudo, quando você pensa em tudo o que você fez pra conseguir (Maíra).

Nessa mesma perspectiva, Fernando, em sua experiência circunscrita à condição de estudante de escola pública, reafirma o valor do esforço e do reconhecimento à retribuição, quando se refere à reorganização do ensino público de São Paulo.

— Eu acho que não deveria ter essa recuperação pra pessoa passar, devia no ano inteiro fazer: não tirou a nota fica para dezembro, faz a recuperação. Se não conseguiu recuperar, reprova de ano. Uma pessoa do segundo ano que tava no primeiro — eu por exemplo — me mato pra tirar minhas notas, nota boa o ano inteiro, e uma pessoa que não liga, que não faz nada, tira nota também. Eu encontro ela no mesmo ano, na mesma classe. Eu acho isso errado (Fernando).¹⁵

Além do valor moral do trabalho, expresso pela retribuição e pelo esforço, os depoimentos indicam também a primazia do trabalho, emprestando sentido à vida pessoal. A biografia de Ricardo reflete essa natureza do trabalho. Desde os 15 anos, o jovem realiza vários cursos extracurriculares voltados à comunicação e às artes, com o intuito de trabalhar sua timidez e tornar-se mais comunicativo, na perspectiva de

¹⁴ Maíra foi considerada excelente aluna pelos professores da rede pública de ensino, do curso de preparação do adolescente para o trabalho (P. E. A. T.) e também pelos professores do Clube de Amigos do Patrulheiro Mirim (C. A. M. P.).

¹⁵ Esta questão não é o tema desta pesquisa. Foi trazida à baila devido à reiterada menção dos jovens (sobretudo Fernando, Maíra e Letícia) à importância do reconhecimento ao esforço dedicado ao cumprimento das tarefas.

realizar seu projeto de vida adulta, isto é, sair de seu mundo fechado, adquirir independência familiar, construir uma relação mais equânime com sua mãe, tida pelo jovem como bastante dominadora.

Devido a estes cursos, o jovem tem conseguido realizar vários trabalhos como “free-lancer”, atuando como fotógrafo em festas e vendedor de pacotes de formaturas em escolas, faculdades, etc. Nesta singularidade, percebe-se que o maior significado do trabalho refere-se a poder sair desse mundo fechado, uma vez que o trabalho realizado, apesar de não expressar ganhos financeiros significativos, denota a realização pessoal.

— *Nossa, esse trabalho é muito legal porque quando você vai fazer aniversário, você conhece pessoas, você aprende a se empenhar mais no seu trabalho. Sempre que tem alguma filmagem, você tem que estar atento às informações que a pessoa quer na fita, se não tiver tudo no padrão a pessoa não vai gostar. Eu conheci muita gente, eu vou continuar. Por isso, eu não considero esse trabalho um bico, porque eu conheci tanta gente que deu pra fazer tanta coisa* (Ricardo).

No exame do depoimento de Ricardo, pode-se observar que o trabalho tem alargado seu círculo de amizades, colaborando na superação da timidez. Sua avaliação sugere que este trabalho tem por finalidade melhorar sua convivência social e dar passos afirmativos que lhe assegurem impor-se como ser social. Revela que, graças a este trabalho, obtém convites para discotecas da região e os distribui para os colegas de sala. Além disso, tem saído mais à noite, o que anteriormente não fazia. Observa-se na biografia de Ricardo que, neste momento de transição da primeira fase da juventude para a segunda, as expectativas do jovem estão voltadas para o desejo de superar o embate familiar, ou seja, “quebrar a redoma” graças ao trabalho desempenhado.

Diversos são os sentidos do trabalho presentes nesta pesquisa, como se verá no Capítulo 3. Apesar de o trabalho estar imbuído de sentidos para todos os jovens, dentre eles Ricardo é aquele que parece expressar de maneira mais veemente o sentido teleológico do trabalho, como vemos em Antunes (1999). O autor, ao discutir

os sentidos do trabalho, reafirma sua pertinência, uma vez que é impregnado de valores materiais e imateriais. Dentre os diversos sentidos que possui, Antunes (1999) examina o trabalho em sua dimensão teleológica como finalidade humana e projeção de liberdade, por meio da *ontologia da vida cotidiana* neste romper do milênio. Sob tal conjuntura, a materialidade do trabalho capitalista tem produzido fenômenos como precarização e intensificação. Em decorrência disso, os sentidos mais profundos do trabalho são postos em segundo plano, sobretudo pelo risco iminente de, a qualquer momento, o ser social perder a oportunidade de projetar para si,

a busca de uma vida cheia de sentido, dotada de autenticidade [que] encontra no trabalho seu locus primeiro de realização. A própria busca de uma vida cheia de sentido é socialmente empreendida pelos seres sociais para sua auto-realização individual e coletiva (Antunes, 1999, p. 143).

Como vemos, este aspecto é central em nosso trabalho. Além de amplamente materializada na biografia de Ricardo, a vivência do trabalho emprestando sentido à vida pessoal afirma-se em todas as biografias. Retomando os depoimentos, percebe-se nestes jovens a vivência do trabalho, tanto como expressão de sentidos para a vida pessoal, quanto por sua antítese, ou seja, o não-trabalho revelando a perda de sentidos, como se viu na biografia de José. Portanto, em que pese o trabalho inteligível (ver Capítulo 1), como se viu quando foram apresentadas as relações do jovem neste contexto de dilaceramento da condição operária, suas perspectivas futuras indicam que tais relações são fortemente afetadas pela transição em que se vive, delineada pelo entrelaçar de valores do passado e do presente, os quais convivem com a realização das novas formas de organizar o trabalho. Tal como examina Antunes (1999), o trabalho em sua condição moderna imprime a permanência de sentidos originários ao trabalho como se vê em seus valores teleológicos, mas também denota o acirramento da crise do trabalho assalariado, como expressão de “valor de troca”. Sob esta conjuntura, parece se consolidar a transição vivenciada pelos jovens pertencentes à *classe-que-vive-de-seu-trabalho*. Nessa condição, parecem indicar que a relação entre juventude e o trabalho, mediada pela escolaridade é predominantemente paradoxal, visto que, por um lado, é visível o

embate entre o trabalho desejado e o possível, e, por outro, a maior empregabilidade dos jovens não se configura como garantia de realização do trabalho almejado.

OS JOVENS E SUAS PERSPECTIVAS DIANTE DO DILACERAMENTO DA CONDIÇÃO OPERÁRIA

Os jovens e a crise da sociedade salarial

Os jovens sujeitos deste estudo, apresentados no Capítulo 1, vivenciam o momento de dilaceramento da condição operária. Pode-se dizer que as tensões produzidas por esta situação afetam suas perspectivas futuras em relação ao trabalho e à escolaridade. Percebe-se que a “fotografia” de cinco jovens revela este momento de transição pelo qual estão passando e indica o processo ainda em percurso. De um lado, os jovens estão na primeira fase da juventude, são considerados ainda *teenagers* (cf. Pochmann, 1998);¹ de outro, seus pais não romperam de forma drástica com a condição operária.

Além disso, no Brasil, o processo de incorporação de novas tecnologias e a reorganização do trabalho na sociedade capitalista têm ocorrido paulatinamente, como assinalam Leite & Rizek (1998). As autoras analisam aquele processo e o conceituam de *retaylorização da produção*. Este fato decorre da especificidade desta sociedade, sua história, cultura, seu quadro de referências político-econômicas e sociais. A condição operária, nos países periféricos, possui ritmos próprios, características que nos diferenciam da condição operária dos países centrais, haja vista a instauração e a consolidação da condição operária e do estado keynesiano naqueles países; observa-se que as relações sociais nestes países denota vivências que expressam cores fortes, linhas traçadas de forma nítida, remetendo-nos ao sentido clássico do termo.

¹ Segundo Pochmann (1998), esta definição denota o critério etário de faixa abaixo de 20 anos. O autor apresenta vários critérios utilizados pelas políticas públicas para juventude, critérios cuja diversidade decorre das próprias e multifacetadas características da condição juvenil.

Mas não se pode perder de vista o fato de que o capitalismo contemporâneo absorve as economias em escala planetária, produzindo fenômenos que se mesclam com as determinações presentes em cada canto do mundo. Embora não se reproduza de forma equânime, dadas as particularidades de cada país, estes fenômenos se afiguram como processos de uma mesma natureza. Assim, poder-se-ia dizer que a diversidade implícita à categoria “juventude” é atenuada quando se focaliza a vivência dos jovens, principalmente em relação ao trabalho e à educação no romper do milênio, uma vez que diversos problemas e soluções estão vinculados às questões universais. Pais (1993, p. 194) examina a juventude em sua particularidade e singularidade e sublinha que “os jovens de diferentes condições sociais vivem, certamente, problemas semelhantes no processo de transição para a vida adulta, mas vivem-nos de maneira muito diferente”.

Desse modo, guardadas as devidas proporções, entende-se que as pesquisas sobre jovens dos países centrais, que se enraízam nesses países, sobretudo a partir dos anos 80, fortaleceram o campo de pesquisa sobre juventude e têm propiciado análises interessantíssimas sobre o dilaceramento da condição operária naquelas nações. Destaca-se o fato de que, as implicações decorrentes da mudança do paradigma fordista/taylorista do trabalho já podem ser visualizadas, pois o processo de dilaceramento iniciou-se na década de 70 e já se assinalaram as implicações decorrentes da organização de trabalho sob o processo de acumulação flexível (cf. Harvey, 1999, Castells, 1999, Castel, 1999, e Senett, 1999). Estes estudos sustentam a reflexão sobre como os jovens têm pensado suas vidas para além desta condição, especialmente por terem sido formados sob o quadro de referências das gerações anteriores, onde o trabalho na condição de assalariamento materializava-se como o maior indutor das relações sociais, como expressa Castel (1999).

Sob a nova conjuntura, o trabalho flexível tem produzido o desmoronamento das referências anteriores. Neste contexto, assiste-se à maior segmentação do mercado de trabalho, o alargamento da competitividade no interior da classe operária, o esvaziamento das forças sociais de organização coletiva, a intensificação de valores individuais dos seres humanos: a *fenda*² que se abre com a crise dos “trinta

² Bajoit & Franssem (1993) utilizam o termo “fenda” no exame da crise da sociedade industrial belga.

anos gloriosos”³ produz em seu bojo o aprofundamento da modernidade, como assinala Touraine (1994).

Diante deste contexto, as pesquisas sobre juventude espalharam-se pelos países centrais. Os problemas sociais referentes à juventude ganharam envergadura na OCDE, sobretudo pela repercussão dos índices de desemprego juvenil, os quais tem pressionado as taxas de desemprego global da PEA daqueles países, incidindo negativamente sobre elas. Segundo Pochmann (1998, p. 6-7), “dos 35 milhões de desempregados existentes atualmente nos países da OCDE, mais de 16 milhões são constituídos de jovens”.

Assim, vale a pena debruçar-se um pouco mais sobre os dados e o contexto destes países, pois neles evidencia-se a raiz tanto da condição operária, quanto dos avanços da condição juvenil ocorridos no século XX, particularmente a melhor inserção profissional dos jovens. Alinhada a essa perspectiva, no presente estudo, parte-se do pressuposto de que não se pode pensar em condição operária sem analisar as conquistas de 1936, como se assinalou no Capítulo 1. Também não seria desejável examinar as relações que se estabelecem entre jovens e trabalho mediadas pela escolaridade, tendo em vista as exigências do mercado de trabalho, sem se reportar à “crise dos trinta anos gloriosos” e aos estudos sobre jovens dos países que têm vivenciado a crise da sociedade industrial.

Esse percurso foi traçado por Pochmann (1998). O autor examina densamente o quadro de referência sobre trabalho, emprego e desemprego de jovens dos países de economias avançadas, tendo em vista a consolidação de sua inserção profissional durante as três décadas após a II Guerra Mundial, momento no qual também se efetiva a condição operária. Nota-se que a análise deste período deve ser vista em consonância com sua crise a partir de 1973. Apesar do retrocesso ocorrido a partir da década de 70, é preciso sublinhar que

³ Segundo Hobsbawm (1995, p. 259), nos anos 70 diversos economistas passaram a utilizar esta expressão na intenção de denotar o período que se estendeu do pós-guerra até aproximadamente o ano de 1973, indicando-o, talvez como a única fase da economia mundial em que se verificou forte crescimento econômico, que possibilitou a realização do ideário social de ascensão social por meio da mobilidade social ascendente.

o padrão de inserção profissional do jovem nas economias avançadas foi sendo estruturado ao longo dos trinta anos gloriosos, com expansão do emprego regular e presença de apenas o desemprego funcional (quando menos de 3% do total da população ativa encontra-se na situação de desemprego). Diante de um componente relativamente residual de desempregados, mesmo com diferenciais de taxas de desemprego por faixa etária, sexo e raça, as economias avançadas constituíram um padrão de inserção ocupacional dos jovens sem paralelo na história do capitalismo (Pochmann, 1998, p. 11).⁴

A convergência do *boom* econômico que anunciava o período áureo do capitalismo com a consolidação da condição operária propiciou essa simetria, conferindo aos jovens a realização da inserção ocupacional e a crença nos preceitos de mobilidade social ascendente e fortalecendo as perspectivas de projetos futuros, uma vez que

a força de trabalho juvenil das economias avançadas alcançou indicadores de elevada homogeneidade e de alta estruturação do mercado de trabalho. Em outras palavras, a presença de elevada taxa de emprego possibilitou a difusão de menor heterogeneidade entre os distintos modos de uso e remuneração da força de trabalho jovem (Pochmann, 1998, p. 11).

A crise dos “trinta anos gloriosos” traz em seu bojo profunda alternância no padrão de inserção profissional (Pochmann, 1998), produzindo no segmento juvenil da geração dos anos 90 marcas caras, como a de supranumerários, isto é, “inúteis para o mundo”, como assinala Castel (1999). Segundo este autor, esta juventude é marcada por sociabilidades flutuantes, visto que a vida se apresenta como um fio frágil, fácil de se perder. Os jovens que estão inscritos em programas de ajuda do governo francês, na condição de supranumerários, são vistos como “inúteis para o mundo [e] podem escolher entre a resignação e a violência esporádica, [ou seja] ‘a raiva’ que na maioria das vezes se autodestrói” (Castel, 1999, p. 531).

⁴ Pochmann (2000, p. 45) define o padrão de inserção profissional ou ocupacional como “processo pelo qual as pessoas nas faixas etárias inferiores, e sem participação anterior na população ativa, passam a dispor de uma posição estável no sistema ocupacional”.

Entretanto, a análise de Castel (1999) sobre os supranumerários não está mergulhada num pessimismo paralisante. Ao contrário, o autor examina as estratégias cumulativas da juventude para além da crise da sociedade salarial, sublinhando que a juventude busca desenvolver essas estratégias na perspectiva de que o “amanhã seja melhor que o hoje”. Apesar de sua crítica fundamentar-se no resgate do estado de bem-estar social e da condição de assalariamento, como alicerces de futuro para os jovens, o autor não se furta de examinar as estratégias que estes desenvolveram diante de uma sociedade que tem retrocedido às conquistas do trabalho realizadas durante os “trinta anos gloriosos”. Para tanto, destaca as diversas *conexões e zonas de densidades* de relações sociais. Por meio delas, os sujeitos buscam compensar os desgastes provocado pela crise do trabalho assalariado, não se deixando engolfar por expectativas fundamentalmente negativas (cf. Castel, 1999, p. 532).

Observa-se que o autor concebe o dilaceramento deste quadro por meio de um paradoxo. De um lado, a vida parece se apresentar de forma fugaz neste quadro de valores e finalidades que se põe com a crise do trabalho assalariado; do outro, sua materialidade imprime-se de forma densa pois os indivíduos se vêem na condição de eternos equilibristas diante de tamanhos desafios e incertezas.

É sob este prisma que se estabelecem escolhas, projetos, perspectivas futuras. Numa outra abordagem, Forrester (1997) radicaliza a crítica às políticas econômicas de caráter neoliberal, trazendo à baila elementos pertinentes à juventude francesa. A ensaísta ressalta a dualidade presente no mundo contemporâneo, exemplificando com a situação de jovens pobres franceses dos subúrbios parisienses e demonstrando que, para significativa parcela destes, o futuro não vai além do agora. Forrester (1997, p. 60) cita um jovem que, ao ser questionado sobre seus projetos futuros, respondeu: “Futuro, não me vejo nem até o fim da semana”.

A situação de desemprego afigura-se como determinação explicativa na vida de jovens imigrantes ou simplesmente jovens “pobres” franceses. Forrester (1997), de certa forma, parece estar mergulhada num imobilismo paralisante, pois em sua análise é dada primazia à economia, de modo que, ao privilegiar a crítica as políticas macroeconômicas, a autora correria o risco de perder importantes mediações que explicariam as perspectivas dos jovens frente ao *horror econômico*. Sem dúvida, as

determinações implícitas à condição de classe social e ao quadro econômico são centrais na explicação dos projetos futuros dos jovens, porém não são as únicas a determinar a positividade ou a negatividade destas expectativas.

Mas a referência ao ensaio de Forrester (1997) cabe por sua análise sobre o desempenho destes jovens na escola francesa. A autora elucida a situação de muitos jovens escolarizados que estão desempregados, defrontando-se com as demandas do mercado de trabalho, particularmente as exigências de elevação da escolaridade e da qualificação do trabalhador. Nesse sentido, sua reflexão sobre a situação de jovens pobres na escola francesa colabora para desmistificar a empregabilidade, como se observa em Castel (1999), Letelier (1999), Frigotto (1998) e Gentili (1998), entre outros. Este ponto será examinado posteriormente. Por ora, vale destacar alguns indícios presentes nos estudos sobre jovens dos países centrais que explicitam as diversas maneiras como eles têm lidado com a crise imposta a partir das *fendas* da sociedade industrial, como assinalam Bajoit & Franssem (1992), e do dilaceramento da condição operária, como se vê em Castel (1999), com a crise da sociedade salarial.⁵

Nota-se que os jovens da cidade belga de Seraing estudados por Dubet (1985), os da região da Valônia na Bélgica pesquisados por Bajoit & Franssem (1993), os italianos de Martinelli & Chiesi (1997), a narrativa norte-americana sobre o jovem Rico delineada por Senett (1999) exprimem, cada qual em sua especificidade, tanto os valores subjetivos dos indivíduos, quanto as particularidades do quadro de referência de cada país, imprimindo cada qual as cores deste dilaceramento, na perspectiva de descortinar o que se vislumbra no horizonte. Subentende-se que os autores concordam com a preocupação quanto ao futuro para a

⁵ A intenção aqui é a de citar alguns estudos que também focalizam as perspectivas futuras dos jovens, tendo em vista o contexto de “crise dos trinta gloriosos”. Com isso, busca-se contextualizar o caminho trilhado por alguns autores, no que estes estudos podem nos auxiliar. Não nos deteremos na exposição destes estudos. Também deve-se esclarecer que não se pretende estabelecer comparações entre o quadro dos países centrais e o ABC paulista. O objetivo é sinalizar algumas categorias originárias destes estudos, particularmente trabalho fixo e autônomo, o sentido do trabalho em suas dimensões expressiva e instrumental, o desemprego quantitativo e qualitativo, as escolhas e estratégias que dão luz ao debate travado neste capítulo.

juventude que rompe o milênio, da qual o que se vê no tempo presente é a realização de uma dolorosa travessia.

Segundo Pais (1993), a transição para a vida adulta tem sido polarizada por dupla orientação axiológica. Há jovens que se preocupam com o futuro e geralmente estão integrados à família ou à profissão; apesar da mudança do paradigma do fordismo/taylorismo, os jovens *realizam estratégias de mobilidade social ascendente*, visto que em seu trajeto ainda há espaço para arquitetar uma carreira profissional. Há também aqueles que expressam um *trajeto sem projetos*, uma vez que valorizam o *futuro instantâneo*, não fixam metas para o amanhã, buscam desfrutar o cotidiano (cf. Pais, 1993, p. 194).

Diante disso, Pais(1993) destaca que os jovens buscam alimentar *carreiras subjetivas*, mas sempre considerando sua *exeqüibilidade*. Além disso, há jovens céticos que desacreditam no futuro, já que o avaliam como efêmero, e há, também, aqueles que afirmam que o futuro “a Deus pertence”. Aqui, o que se verifica é o *não sei* como temática dos projetos no presente. Pais (1993) avalia que, sob as tensões exacerbadas nas últimas décadas do século XX, jovens portugueses têm dialogado sobre as perspectivas futuras, parecendo estar *submersos num “mar de dúvidas”*, uma vez que estas se impõem

como flutuações, como vaivém de hesitações e de certezas, de ondas – as dúvidas revelam como, em relação ao futuro, estes jovens vivem uma posição de vida dual, bem expressa no du(dois) da dú... vida. Duas vidas ou mais vidas em perspectiva (Pais, 1993, p. 195).

Vários estudos sobre juventude têm apontado esta perspectiva dual que submete a tensões as expectativas dos jovens, particularmente em relação à sua inserção no mercado de trabalho. Nota-se que a análise mais aguçada sobre essa dualidade implica perceber as mediações neste mundo dual. Esta orientação é fortemente expressa nestes estudos. Pais (1993) aponta a decisão dos jovens em relação a suas atitudes futuras, considerando o contexto no qual estão inseridos, e destaca a variável tempo social como aquela que impulsiona os projetos dos jovens, analisados pelo autor como modelos construídos a partir da tipologia weberiana.

Partilhando desta metodologia, Bajoit & Franssem (1992) partem da crise da sociedade industrial e buscam verificar os diversos diálogos dos jovens em relação a ela, amparando-se também nos tipos ideais weberianos. A proposta dos autores é a de examinar como os jovens estão administrando o momento de crise social, na perspectiva de captar este movimento como procedimento que lhes permita não reproduzir a dualidade que marca o fim do século, focalizada na maioria das vezes em seus aspectos macrossociais. Para tanto, os autores enveredam pelos caminhos das biografias dos jovens, sem perder de vista as determinações sociais presentes no quadro de referência da contemporaneidade.

No estudo de Pais (1993) sobre os projetos futuros de jovens portugueses, a variável temporalidade é aquela que condiciona os dados e impõe a diversidade de projetos. Em Bajoit & Franssem (1992), a tensão é dada pela variável condicionamento social.⁶ Por meio da relação entre jovens e o quadro de referências sociais, os autores examinam como estes percebem a crise da sociedade industrial, qual o nível de diálogo que se estabelece, como têm administrado esse momento de crise social, visto que os jovens são analisados como ator e sujeito social.

Na Itália, Martinelli & Chiesi (1997), ao examinar as maneiras como jovens italianos defrontavam-se com o mercado de trabalho no ano de 1992, retratam um dado interessante. Observam que os jovens italianos presentes naquele estudo

⁶ Essa variável expressa a introjeção e o distanciamento de valores contidos no quadro de referência da modernidade; ou seja, a valorização ou não da sociedade industrial, a crença ou não nas finalidades educativas e políticas das sociedades modernas. Os autores destacam a atitude do jovem em aceitar, negar, incorporar com reservas este quadro de referências, ou ainda reter para si, trazendo para a própria biografia, os valores impressos nele. Para tanto, construíram seis lógicas dos sujeitos, baseando-se na tipologia weberiana, que evidenciam sob quais circunstâncias e quais jovens estariam mais propensos a se aproximar do quadro de referências da sociedade industrial em crise e, também, quais os jovens e em que situação social revelam o distanciamento a este quadro de referências. Os autores apresentam as lógicas “arrivista” e “nostálgica” como modelo de forte expressão de introjeção do quadro de referências da sociedade industrial e sua crise. As lógicas “autotélica” e “hedonista” remetem às escolhas dos jovens fundamentadas nos seus projetos pessoais, de modo que se vê o distanciamento das coerções sociais impostas aos indivíduos. Além desses modelos, Bajoit & Franssem (1992) apresentam as lógicas “pragmática” e “anômica”. Aqui são enfatizadas as atitudes e comportamentos dos jovens que expressam tanto a introjeção dos valores presentes no condicionamento social, quanto seu distanciamento.

indicavam forte aceitação do trabalho autônomo e revelavam perspicácia ao desenvolver estratégias que lhes proporcionem a melhor inserção no mercado de trabalho. Em relação ao primeiro emprego, mostravam-se dispostos a assumir atividades marcadas por seu caráter instrumental, uma vez que para eles estas se configuravam como um *continuum* que lhe propiciaria melhor trabalho no futuro (cf. Martinelli & Chiesi, p. 110-119).

Entretanto, os próprios autores chamam a atenção para o fato de que, naquele ano, o mercado de trabalho italiano sinalizara melhora, podendo estar incidindo positivamente nas expectativas dos jovens.⁷ Além disso, as diferenças culturais, econômicas e territoriais entre o norte e o sul da Itália devem ser sublinhadas, pois a valorização do trabalho autônomo é mais difundida entre jovens de famílias burguesas e de trabalhadores autônomos, principalmente do norte. Outro aspecto que deve ser enfatizado é a incidência da variável escolaridade a interferir nas escolhas. Os jovens que expressam o desejo de realizar o trabalho autônomo apresentam a vivência de maior escolaridade que aqueles que buscam o trabalho fixo, denominado pelos autores de “dependente”. A escolha do trabalho dependente é bem difundida entre os jovens, particularmente do sul e também entre aqueles que estão em situação de desemprego no norte do país (cf. Martinelli & Chiesi, p. 116 e 117).

No caso italiano, a pesquisa analisada por Martinelli e Chiesi (1997) é um estudo quantitativo, abrangendo norte e sul daquele país. Já os estudos de Bajoit & Franssem (1992) e de Pais (1993) revelam a pertinência de metodologias que aprofundam as biografias e as analisam por meio de tipologias que permitam, a partir de modelos, apreender o jovem em sua singularidade, por meio da ação do sujeito, sem desconsiderar o quadro social contemporâneo.

Este breve apanhado sobre estes estudos nos remete à juventude e ao trabalho num contexto de mudanças. Destaca-se a importância dos jovens nesse quadro e sua interação com os vários aspectos típicos de fenômenos de transição, fato que tem colaborado no sentido de dar importantes passos para a consolidação das pesquisas

⁷ Nota-se que os autores, no artigo de 1997, no qual citam as pesquisas italianas de 1983, 1987 e 1992, chamam atenção para a piora da situação de emprego na Itália. Este fato poderia implicar valorização do trabalho fixo, já que os desempregados, particularmente os crônicos, já submetidos ao desalento, manifestam o desejo de encontrar o trabalho dependente, como assinalam os autores.

sobre jovens. Nota-se que a mudança do paradigma fordista/taylorista do trabalho e suas implicações produzidas pelo novo quadro de referências processado a partir da crise dos “trinta anos gloriosos” produzem nos jovens reações diversas. Observa-se, em alguns, o desejo de uma condição operária, como se viu em seus pais; em outros, vê-se a negação desta condição; outros ainda assimilam essa mudança, parecendo estar realizando uma transição para a vida adulta de forma pacífica, apesar de denotarem certa resignação por não conseguir pegar as rédeas de seu destino pessoal e social nas mãos; outros enfim, introjetam os valores contidos no quadro de mudança social contemporânea com tranqüilidade, apresentando-se dispostos a garantir seu espaço numa sociedade sem empregos.

Graças a estes estudos, pudemos alargar nosso horizonte e, apesar das diferenças entre os países centrais e periféricos, pudemos apreender algumas categorias importantes — até para os estudos referentes à sociedade brasileira —, que permearam o processo de análise sobre as expectativas dos jovens, nesse contexto de transição, tendo em vista os sentidos do trabalho e da escolaridade para os sujeitos deste estudo.

Os significados do trabalho para os jovens no contexto de dilaceramento da condição operária

No presente estudo, constatou-se que, com a exceção de Ricardo e de José, os jovens aspiram ao trabalho fixo, no qual seja possível “crescer” na empresa e construir carreira profissional, podendo assim reproduzir o quadro de referências apresentado em suas famílias. Percebe-se que essa escolha é balizada por vários elementos que se entrelaçam. De um lado, como se viu no Capítulo 1, há a influência da família, tanto pela vivência de um trabalho que se afigurou ao longo dos anos com a conquista de direitos assegurados na condição operária, quanto pela interiorização da cultura do trabalho processada no seu interior. Por outro, os jovens percebem que este trabalho é, cada vez mais, para poucos; assim, é preciso ser o melhor, o mais competitivo para realizá-lo. Esta afirmativa aparece de forma diferenciada nas biografias. Observa-se que enquanto alguns têm-se preparado para ser os melhores,

outros desacreditam nessa premissa, passando a cogitar da realização de outros trabalhos que não possuem as mesmas delimitações da época de seus pais.

Circunscrito a este grupo de jovens, observa-se que o trabalho possui diversos significados, dentre os quais os mais importantes se afirmam nas mediações entre o trabalho como dimensão expressiva e o trabalho de caráter instrumental.⁸ Os jovens reiteram o desejo de serem vistos como seres responsáveis, e este reconhecimento envolve tanto obter seus próprios recursos financeiros, quanto realizar o trabalho que lhes confira maior autonomia, assegurando-lhes o reconhecimento de ser adulto.

Madeira (1986), nos anos 80, destacou essa especificidade do trabalho juvenil. Segundo a autora, os jovens ocupam na sociedade um lugar de *apenas relativa responsabilidade*.⁹ Um dos fatores que colaboram para que isso ocorra é a intermitência nas atividades de trabalho, haja vista as obrigações presentes nos espaços da escola e do trabalho. Diante disto, é comum o abandono de uma das atividades, ora crianças e adolescentes estão na escola, ora no trabalho. Parece-nos que esta condição tem produzido implicações negativas para os jovens quando se pensa no exercício de atividades laborais, pois, segundo a autora,

a alta rotatividade dos jovens pelas diferentes categorias não significa necessariamente que a natureza de trabalho do jovem fosse instável. Ao contrário, freqüentemente a atividade em si era bastante formalizada, só que encarada como algo transitório, às vezes com a finalidade única de adquirir uma determinada mercadoria – bicicleta, aparelho de som, etc.. Alguns jovens, perpassavam tanto e

⁸ Guy Bajoit e Abraham Franssem (1992), no estudo já citado, analisam o sentido do trabalho para jovens belgas que estão na situação de busca por emprego. No estudo *Os jovens na competição e mudança cultural*, os autores destacam o trabalho em sua dimensão expressiva, isto é, a possibilidade de maior realização pessoal e o trabalho instrumental que se observa em grande parte em, jovens desempregados, desalentados ou aqueles que superestimam a obtenção de recursos econômicos no trabalho sem considerar outros reconhecimentos advindos de sua realização.

⁹ Segundo Madeira (1986), um dos importantes sentidos do trabalho para o jovem é justamente alargar seu poder de autonomia. O jovem, nesta fase da vida, possui “uma margem de autonomia maior do que as crianças e menor do que os adultos (Madeira, 1986, p. 17). Por esse motivo, principalmente jovens de camadas médias urbanas revelam o desejo de trabalhar com o objetivo de comprar suas coisas. Este fato sobressai ainda mais numa sociedade de consumo, pois, ao não precisar pedir dinheiro para os pais, os jovens teriam a impressão de ser mais autônomos.

tão rapidamente de uma para outra situação, que a impressão que deixavam é que qualquer categoria – a dupla ocupação, estudante ou trabalhador, inativo – se adaptaria a ele, sendo apenas uma questão de tempo (Madeira, 1986, p. 25).

Este quadro tem colaborado para a permanência da intensificação do caráter exploratório do trabalho nesse segmento. Ao longo dos anos, essa concepção tem-se consolidado, e poder-se-ia dizer que já faz parte do quadro cultural de nossa sociedade. Diferentemente do que se viu em Pochmann (1998), quando o autor examinava a melhora do padrão de inserção do jovem no mercado de trabalho dos países centrais durante os “trinta anos gloriosos”, no Brasil, a expansão da economia industrial nos anos 70 colaborou para que o mercado de trabalho incorporasse *jovens de ambos sexos* (Madeira, 1986, p. 20). Entretanto, o que prevaleceu foi a permanência do estereótipo de que o trabalho juvenil é inferiorizado, uma vez que não é realizado por trabalhadores adultos.

Este dado tão presente nos estudos sobre jovens e trabalho também se constitui como um dos poucos consensos deste estudo. A afirmação dos jovens pertencentes à *classe-que-vive-de-seu-trabalho* sobre o caráter exploratório do trabalho oferecido a eles chamou nossa atenção. Observa-se que vários estudos apontam o elevado índice de desemprego juvenil e a expansão da precarização do trabalho nos anos 90. Assim, resta saber: o consenso apresentado pelos jovens é decorrência deste aspecto, ou encontraria terreno fértil na situação estrutural do jovem num mercado de trabalho pouco estruturado?¹⁰

¹⁰ Segundo Pochmann (2000), na década de 90 o emprego assalariado para jovens foi reduzido em 22,8%. Esse fato ocorreu em sintonia com a mudança do mercado de trabalho. Segundo o autor, dos anos 40 aos 80, o mercado de trabalho brasileiro procurou se estruturar. Apesar de ainda ser “pouco estruturado”, nesse período ocorreram seus maiores avanços. Preocupado com a situação do jovem diante do mercado de trabalho, Pochmann (2000, p. 34) analisa sua situação e demonstra que, na década de 90 “apesar do forte desemprego, a cada dez vagas abertas na economia, oito são [de postos de trabalho] não assalariados e dois assalariados, ambos os casos sem carteira assinada. Isso não significa que não sejam abertos postos de trabalho assalariado formais, mas, o saldo tem permanecido negativo entre a criação e a destruição de empregos com carteira assinada neste fim de século no Brasil. Em 90, do total de jovens ocupados com registro formal, 24% estavam na faixa etária de 15 a 17 anos e 39% entre os 20 e 24 anos”.

Nota-se que, no Brasil, o período de crescimento econômico não significou para o jovem melhor padrão de inserção no mercado de trabalho. Poder-se-ia dizer que o trabalho juvenil aqui se configurou como altamente explorado, sendo essa uma referência das relações sociais entre trabalho e capital. Considerando este fato, a análise remete-nos a um paradoxo: ao mesmo tempo em que os jovens vêem o trabalho juvenil como altamente exploratório, para estes jovens, em particular, tal situação de precarização do trabalho não se apresenta de forma dramática. Como se verá adiante, os jovens estudados na pesquisa têm construído estratégias com o objetivo de não se deixar engolfar por esta condição. Por ora, apesar de trazermos uma citação maior, vale a pena destacar suas afirmações em conjunto, visto que denotam o consenso sobre a precarização do trabalho juvenil:

— *Hoje em dia eles estão abrindo espaço pra uma pessoa mais jovem, mesmo porque eles podem explorar um pouquinho. O estagiário, ele não é um só. A estagiária não será apenas recepcionista, ela vai abrir a porta, vai servir café, ela vai fazer banco, ela vai fazer um pouco de tudo. Isso acaba tirando o lugar de outro na empresa* (Maíra, 16 anos, está trabalhando).

— *A maioria dos jovens que eu conheço ou é office-boy ou trabalha em lava-rápidos ou trabalha com a família. Porque emprego assim não está fácil. Porque, se é para ficar parado o dia inteiro, eu conheço um monte de jovens que, se arrumar um serviço pra ganhar R\$ 100,00, eles vão; carregador na Nestlé, eu conheço um monte de gente que trabalha, são tudo de menor. Não tá fácil, mas a gente, como não tem obrigação dentro de casa, pode ganhar menos do que um rapaz já grande, que tem obrigação, que tem filho pra cuidar. O patrão pensa: “eu vou pegar esse pra pagar menos e posso até explorar mais ele do que o outro”* (José, 17 anos, estava trabalhando).

— *Eu vejo na escola que já tem bastante adolescentes trabalhando, só que é em lojas, mercadinhos. Nessas coisas, não é um futuro. Eu acho legal, que é uma responsabilidade, é um trabalho que vai dar experiência, mas*

futuro, não. É um trabalho que tem que ficar Natal, Ano Novo, feriado, até às 22:00hs, não é legal. Para o adolescente que só quer dinheiro pra comprar uma roupa, ser metido, eu acho legal. Porque para os jovens tem bastante oportunidade de trabalho, mas não são boas oportunidades (Letícia, 19 anos, não está trabalhando).

— Eu não sei te dizer direito, eu sei que tem sempre alguém que tá procurando que não consegue. Muitas vezes consegue aqueles empregos temporários, que é uma coisa que você tem certeza que não vai continuar. Sempre tem que estar com um pé atrás. Os empregos pra jovens que aparecem não têm carteira registrada, não têm benefício quase nenhum (Otávio, 16 anos, estudante do Senai).

— Há muitas oportunidades, porém são trabalhos precários, com salários muito baixos. Aí, eles pegam a mão- de- obra de uma pessoa jovem, que não está precisando de tanto dinheiro. Por exemplo, perfil de idade como eu, 17 anos, eles estão pegando... Mesmo não tendo experiência. Não precisa tanta experiência, mas pegam porque sai mais barato do que uma pessoa que tem experiência, que precisa de um salário maior (Ricardo, 17 anos, freelancer).

— Eu acho que não tem muitas oportunidades de trabalho. Tem gente que pega o adolescente pra trabalhar, mas tem uns que não. Praticamente quem pega é geralmente mercadinhos, mas firmas não tá dando oportunidades pra nós. Eu, se arrumasse um trabalho num mercadinho, eu entrava lá, mas ia tentando arrumar uma coisa melhor, porque mercadinho não paga muito não (Fernando, 15 anos, não está trabalhando).

Como se vê, a percepção dos jovens sobre o trabalho no segmento juvenil está pautada numa situação marcada por baixos salários, cuja retribuição é ínfima. Arias (1998) e Pochmann (2000) indicam essa condição. O primeiro, ao analisar a situação da PEA no triênio de 1992-1995, observa que esta, em 1995, na faixa etária

de 15 a 24 anos, girava em torno de 16,6 milhões de jovens, sendo que destes 26,4% trabalhavam menos que 40 horas semanais e 49,6% ganhavam até um salário mínimo (cf. Arias, 1998, p. 527). Já Pochmann (2000) destaca:

Do total de jovens ocupados no Brasil, 86% encontram-se abaixo dos três salários mínimos mensais (SMM). Por isso, o rendimento médio do jovem ocupado é de apenas 1,7 SMM, sendo de 1,9 SMM para o sexo masculino e de 1,4 SMM para o feminino. Quase 40 % dos brasileiros ocupados com idade entre 15 e 24 anos encontram-se submetidos a jornadas de trabalho superiores a 44 horas semanais, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar, da Fundação IBGE (Pochmann, 2000, p. 31).

Diante disso, poder-se-ia questionar: como os jovens poderiam desenvolver suas habilidades, crescer como pessoa na realização de uma atividade, interessar-se pelo trabalho e assumir o papel de cidadão ativo no mercado de trabalho, como indicavam, quando se tem claro que no horizonte o que se vê é a precarização social? De certa forma, Otávio, Letícia, Ricardo e sobretudo José sublinham essa visão, pois a referência concreta do trabalho nesse fim de século, não apenas no Brasil, nem tampouco somente para o segmento juvenil, é a de intensificação da exploração. Nos depoimentos, evidenciava-se o cuidado em estar atento para não ser demasiadamente lesado.

Sob essa condição, vê-se que o consenso sobre o caráter de exploração que o trabalho vem assumindo produz nos jovens diferentes atitudes em relação a como portarem-se diante desse evento. Duas atitudes são destacadas neste grupo. De um lado a que assimila a exploração e aceita o trabalho precário e; de outro, a recusa ao trabalho. Deve-se enfatizar que, no presente estudo, a recusa ocorre particularmente em duas situações: quando o trabalho não empresta sentido à vida pessoal do jovem e quando sua instrumentalidade não lhe garante a recompensa necessária, como afirmava Letícia, ao relatar os motivos que levaram seu pai a lhe impedir de trabalhar na academia de ginástica. A argumentação de seu pai era que o dono da academia parecia ser muito jovem e ele poderia não lhe pagar corretamente; assim, a jovem poderia vir a *trabalhar de graça*.

Por outro lado, Maíra e Fernando são os dois jovens mais tendentes a aceitar este tipo de trabalho. Tal aceitação ancora-se na valorização dos aspectos morais de um trabalho que mantenha a cultura adquirida na família, particularmente o reconhecimento ao esforço pessoal e o desejo de conseguir manter seu estilo de vida com seus próprios recursos financeiros:

— *Nesse final de ano, eu lucrei muito, muito mesmo, eu ganhei uma grana que me ajudou muito. Eu fui no CAMP, fiz a unha de todas as minhas professoras, peguei uma superamizade, eu cheguei a ir na casa de todas. A minha diretora do CAMP, eu nunca imaginava ir na casa dela... E foi toda semana. Eu ganhei muito dinheiro com isso, tudo foi um conhecimento bom pra mim* (Maíra).

Embora o elemento lucrar seja o motivador do relato, percebe-se em sua fala a valorização da proximidade com seus professores, de penetrar no universo particular deles e ser reconhecida como jovem esforçada. Já Fernando, apesar de não estar trabalhando, afirma que, se conseguisse um trabalho, mesmo ganhando pouco, aceitaria, pois teria dinheiro não para aumentar seu poder de consumo, mas para economizar, para futuramente fazer cursos, continuar seus estudos:

— *Eu acho que é melhor ganhar pouco do que não ganhar nada. É melhor fazer alguma coisa que não fazer nada. Se eu trabalhasse, eu iria guardar R\$ 100,00 por mês pra pôr na poupança, porque eu não ia gastar mais que R\$ 50,00 por mês. Sempre colocava na poupança: tem que pensar no futuro porque se eu quisesse fazer alguma coisa teria dinheiro pra fazer* (Fernando).

Esta premissa elucidada o emaranhado de significados do trabalho para os jovens, pois este, como possibilidade de crescimento pessoal e de alargamento das responsabilidades, é tão importante quanto sua instrumentalidade. A articulação destas dimensões colabora na realização da vida adulta, como indicam vários estudos sobre jovens e trabalho. Nesse sentido, Madeira (1986) aponta outra referência muito

citada nos trabalhos sobre jovens. A autora, na década de 80, esclarecia que a pobreza não seria a única causa responsável pelo interesse do jovem de inserir-se no mercado de trabalho. Este traço é muito visível neste estudo: como vemos, os jovens desejam trabalhar com o objetivo de pagar suas próprias contas e manter seu estilo de vida.

— *Que nem eu, sou louca pra fazer academia... Até estava falando pro meu pai pra ele deixar eu entrar numa academia nesse ano. A minha mãe já não quer, ela diz que é um gasto supérfluo. As vezes, eu paro pra pensar e vejo: lógico que é; se eu tivesse trabalhando, ia ser mais fácil. Eu ia ter meu dinheiro mesmo, porque não é tão caro (Letícia).*

— *Eu poderia ter arrumado um emprego, nem que seja num supermercado. Você ganha uma pequena quantia, mas, como seus pais estão bem, aquele dinheiro ficaria pra você. Sei lá, eu podia fazer um curso, comprar uma roupa, ter meu dinheiro pra sair (Ricardo).*

A instrumentalidade do trabalho, nestes casos, está alicerçada no desejo de independência familiar, uma vez que, por meio das atividades realizadas, torna-se possível pagar as aulas da academia, comprar roupas, ir ao cinema com seus próprios recursos. Por outro lado, vê-se que os rendimentos provenientes deste trabalho não permite aos jovens ajudar em casa ou assumir sua própria casa, estabelecendo a vida adulta. Assim, Madeira (1986), ao examinar dados demográficos sobre os jovens no contexto dos anos 70, sublinha a categoria “conflitos geracionais” como explicativa da temática “juventude”. Naquele contexto, os jovens revelavam fortemente o desejo de saírem de casa; contudo, muitos não o faziam pois tinham claro que os ganhos salariais não os retirariam da condição de dependência econômica, visto que neste trabalho “ em geral prevalece a permanência baseada na consciência de que somente somando rendas, acoplando o trabalho doméstico ao remunerado, será possível manter um determinado nível de consumo e qualidade de vida” (Madeira, 1986, p. 29).

Este aspecto é considerado estrutural. Nota-se que, nos anos 90, as características de exploração do trabalho juvenil se expressam de forma veemente,

tanto nos países centrais como nos periféricos. Nesse sentido, percebe-se que a aceitação ao trabalho com essas características é motivada pelo desejo de alcançar maior autonomia, custeando o supérfluo. Mas, vê-se também a recusa ao trabalho juvenil.

— *Eu recuso, recuso mesmo, não tenho pena. Eu não fico depois pensando “ eu recusei”. Uma, porque tá cheio de trabalho e serviço aí. As vagas, as oportunidades são infinitas, você pode conseguir uma coisa melhor ou pior. A pessoa que fica com medo de recusar é a que está dependendo, que tá escrava daquele trabalho. Ela tá presa, porque tem uma família, tem necessidades. Eu tô vivendo, tô estudando, vivo com meus pais, eu não tenho necessidade desse trabalho que tem um salário que é quase nada. Você pode trabalhar de graça que é pior ainda* (Ricardo).

Dentre os seis jovens, Ricardo indica estar mais propenso a optar por um trabalho que lhe permita realizar sua dimensão expressiva, como assinalado no Capítulo 2. Apesar de mencionar os critérios do mercado de trabalho e principalmente, buscar estar atento às suas demandas, prevalece no jovem o sentimento de descrédito em relação a uma inserção de qualidade no mercado. Apesar da reestruturação produtiva no Brasil estar pautada por processos de retaylorização, Pamplona (2000) adverte que não se pode menosprezar *os esforços e avanços* no sentido de *modernizar a produção*. Além de passar por esse processo, nos anos 90 o mercado de trabalho se reorganizou de forma veloz, produzindo fenômenos como os de

crescimento do desemprego aberto; aumento do desemprego de longa duração; crescimento do desemprego oculto; aumento da proporção de desempregados chefes de família; queda no emprego industrial; crescimento do emprego no setor de serviços, com muitas ocupações em atividades de baixa produtividade; aumento da proporção de ocupados em micro e pequenas empresas; aumento da participação nos ocupados de trabalhadores sem carteira assinada; aumento do trabalho por conta própria; mudança na atuação do movimento sindical. [Sendo este] um quadro que pode ser resumido em aumento do desemprego e precarização do trabalho (Pamplona, 2000, p. 201-202).

Entretanto, o próprio autor conclui seu estudo sobre a expansão do quadro de trabalhadores na condição de auto-emprego na Região Metropolitana do Estado de São Paulo (RMSP), advertindo que esse fenômeno, mais que alargar a situação de precarização, tem *alimentado a polarização social*. Este registro exprime a profunda diferença entre, de um lado, a condição precária dos auto-empregados da RMSP e, de outro, a de empregadores que projetam carreiras de empreendedores, aspecto bastante difundido sobretudo quando se trata de profissionais mais escolarizados.

Pamplona (2000) observa a difusão recente do auto-emprego nos segmentos mais escolarizados, considerando o exame de Prandi sobre o trabalho informal nos anos 70 e afirmando que, naquele contexto, “o trabalho por conta própria já era componente de uma ideologia de ascensão social”. Também nessa perspectiva, Ferretti (1988) observa as considerações de Durham e Pereira sobre o trabalho por conta própria, os quais destacam a autonomia como elemento motivador para a realização desse tipo de trabalho e como critério que permitiria aos trabalhadores chegarem ao topo da hierarquia das ocupações que poderiam exercer (cf. Ferretti, 1988, p. 86-87), realizando o preceito liberal.

A ênfase dada por Ricardo a esse tipo de trabalho aparece no depoimento em vários momentos. O jovem não considera a possibilidade de trabalhar numa fábrica; seu desejo é ter um trabalho flexível, em que possa fazer seu horário, conviver com pessoas diferentes. Principalmente, destaca-se a relação que estabelece entre trabalho flexível e ser dono de seu próprio trabalho. O jovem expressa entusiasmo ao falar da condição dos trabalhadores autônomos, como se vê: — *Nossa... eu adoro. Eu sei que lá, [na discoteca] eu também vou ser muito flexível, porque tô maior amigo dos donos de lá. Eles também são flexíveis* (Ricardo).

Ricardo é enfático ao considerar a flexibilidade como possibilidade de ser seu próprio patrão. Nisto parece expressar valores muito presentes na cultura pequeno-burguesa, como destaca Pamplona (2000). Além disso, há que se considerar também que o trabalho artístico que realiza é amplamente encontrado sob os moldes do trabalho autônomo. Neste trabalho, tem a oportunidade de alargar seu espaço de independência familiar, diminuir sua timidez e realizar-se, uma vez que demonstra conseguir fazer o que gosta. Por esse motivo, optou por trabalhar com pessoas e não com máquinas. Entretanto, ao mesmo tempo em que sobressaem aspectos como não

ter padrão e a possibilidade de sublimação como determinações de sua escolha pelo trabalho autônomo, Ricardo é muito crítico em relação à competição do mercado de trabalho, indicando que sua escolha pode estar balizada pela impossibilidade de obter o trabalho fixo.

Vale ressaltar sua percepção sobre a (re)leitura do conteúdo da cidadania. O jovem parece estar a par de que a cidadania, como espaço para o exercício da equidade e direitos sociais para todos, passa a ser questionada nos anos 90. Spink (1997, p. 52), ao discorrer sobre as relações sociais em torno da empregabilidade, demonstra o novo conteúdo dado à cidadania, que tem sido reconstruída “em termos de utilidade individual”. Neste contexto transitório, Ricardo, ao mesmo tempo em que assimila os valores da empregabilidade, revela-se cético diante do esvaziamento do conteúdo clássico de cidadania e questiona:

— *Porque nessa competição algumas pessoas vão ficar sem, vão ficar de fora, e o que elas têm... Elas são diferentes, são inferiores: não, não teve como... Mas a competição é positiva para o aperfeiçoamento. A pessoa pode querer ficar cada vez melhor, porque o mercado é difícil mesmo. Ela vai lutar por aquilo que ela está acreditando. Isso sobre competição é muito relativo, porque todo mundo tem direito a um emprego, ao estudo, ainda são coisas que estão na Constituição (Ricardo).*

Desse modo, a interferência da mudança do paradigma de trabalho e, conseqüentemente, do mercado está afetando suas escolhas. Paralelamente, ao sublinhar a pretensão de ser empreendedor, é incisivo ao afirmar os empecilhos para se conseguir o trabalho estável. Ricardo arrola várias questões que revelam seu ceticismo quanto à inserção no mercado de trabalho formal e à realização de um trabalho estável. Segundo o jovem, o paradigma do emprego sofreu grandes mudanças, muitos direitos não existem mais, a estabilidade “para todos” é elemento de uma outra época, pois somente os melhores terão acesso a este trabalho. Sua fala remete-nos à polarização social, porque o trabalho estável ainda se encontra, com ressalvas:

— *A pessoa vai ter que ter instrução. Ela vai ter que ter os conhecimentos certos, ela vai ter que estar equipada para enfrentar isso. Se ela quiser um trabalho fixo em que ganhe muito, ela vai ter que fazer por onde conseguir* (Ricardo).

Sob tal conjuntura, parece-nos que Ricardo não tem expectativa de construir carreira sólida e de se inserir no mercado de trabalho formal numa grande empresa. Não obstante, já fez cursos rápidos de recursos humanos para aprender a se portar numa entrevista e a compreender a objetividade e subjetividade que norteia as dinâmicas de grupo. Diante disso, revela:

— *O mercado de trabalho está muito complicado. Hoje em dia não se pegam muitas pessoas registradas, a tendência é não registrar. Todo mundo quer experiência, mas muitas firmas sabem desse conhecimento, pegam muito[s] funcionário[s] sem registrar, entendeu? Já é necessidade, o mercado está se ajustando* (Ricardo).

Esse aspecto tem pressionado os jovens, fazendo com que vejam não apenas a dimensão expressiva do trabalho, mas também sua instrumentalidade. Destaca-se que, dentre os seis jovens, Maíra é aquela que indica com maior precisão as informações sobre a carreira profissional que pretende seguir. Além de conversar com advogados, particularmente sua professora de Educação Moral e Cívica do C.A.M.P., a jovem procura ler artigos de juristas, ter informações sobre as faculdades de direito da região do ABC. Nota-se que, apesar da crise pelo qual vem passando o paradigma do emprego, o desejo de realização da carreira profissional em Direito não se enfraquece; ao contrário, parece solidificar-se.

— *Eu procuro ler livros, eu não sei muito, mas alguma coisa eu consigo entender. Eu leio muito livro, tô sempre bem informada, sempre converso com as minhas professoras. No P.E.A.T. eu já estudei o ECA [Estatuto da Criança e do Adolescente] quase inteiro. Eu conheço os meus direitos e deveres* (Maíra).

Acrescente-se a isso o fato de que,

no meio do ano, eu vou começar a fazer o cursinho pré-vestibular, porque no meio do ano que vem, eu já quero sair da escola direto para faculdade, sem perder tempo mesmo (Maíra).

Em seu depoimento, ela expressa o desejo de não abrir mão do curso de Direito, mesmo não lhe conferindo carreira na indústria. Demonstra o interesse em articular a permanência no trabalho industrial com a faculdade de Direito, para beneficiar-se do recurso oferecido pela empresa aos funcionários que estão no ensino superior.

— Na empresa em que estou trabalhando, eles pagam 70% do curso universitário, se for da área que você está trabalhando. Então, eu estou em controle de qualidade, eu não vou poder fazer Direito, mas eu posso trocar de setor, ir para o Jurídico. Quem sabe se mudar para outro departamento, eles pagam 70% da faculdade, e aí eu vou poder pagar o restante (Maíra).

A determinação de Maíra em relação à carreira jurídica parece estar ancorada em três aspectos. Primeiramente, a jovem indica o desejo de dar continuidade ao projeto profissional de sua mãe (como se viu no Capítulo 1). Além disso, de maneira um tanto pragmática, revela conciliar a dimensão expressiva deste trabalho, isto é, *poder decidir a vida do outro* (expressão muito idealizada), com o caráter instrumental, obter recursos financeiros e ascender socialmente.

— Eu não vejo a hora de terminar minha faculdade de Direito e entrar na área do governo. Eu acho que as pessoas se dão muito bem nessa área. Eu penso muito em ser promotora (Maíra).

Diferentemente de Ricardo, Maíra não demonstra preocupação com a mudança do paradigma do emprego. No grupo, é a única que não se deixa esmorecer diante da intensificação e da precarização do trabalho. Denota o desejo de participar

da luta individual travada no mercado de trabalho com afinco, uma vez que demonstra forte assimilação do conceito de mérito da sociedade contemporânea. Em Otávio, por sua vez, vê-se outro processo, apesar de parecer outra faceta de um mesmo fenômeno social. Otávio e Maíra denotam estarem dialogando sobre os desafios que se apresentam quando se busca a inserção de qualidade no mercado de trabalho.

Percebe-se no depoimento de Otávio o caráter instrumental do trabalho no setor metalúrgico. Como se tem assinalado, a dimensão expressiva do trabalho para o jovem estaria na realização da carreira de médico. Contudo, considera as oportunidades de trabalho no setor metalúrgico, apesar de não lhe emprestar sentido profundo no tocante à vida pessoal como supõe que ocorreria na carreira de médico. Não obstante, o jovem não menospreza a oportunidade de trabalhar numa montadora, sobretudo por se identificar com o curso do Senai. E, no seu imaginário, este curso se apresenta como “ uma garantia de emprego. Por isso todo mundo que tá lá procura aproveitar, não é todo mundo que tem essa oportunidade” (Otávio).

A possibilidade do trabalho na montadora, apesar de seu caráter predominantemente instrumental, contribui para que Otávio altere suas expectativas, indicando o que Ferretti (1988) localizou na trajetória de trabalhadores de classes subalternas, quando definiam suas escolhas profissionais. Otávio revela a tendência de modificar seus planos profissionais e passa a cogitar da possibilidade de formar-se na área de tecnologia ambiental (curso oferecido pelo Senai). Nesta medida, o jovem estaria buscando conciliar seu interesse pessoal pelas questões voltadas às biomédicas com um trabalho possível, para o qual já está encaminhado. Na atual conjuntura do mercado de trabalho, os jovens tendem a indicar que não se pode menosprezar o caráter instrumental do trabalho, principalmente por fazer parte do fenômeno da transição a perspectiva de uma sociedade sem empregos. Destaca-se que José foi o único a sobrelevar a dimensão expressiva do trabalho frente ao mercado, tendo em vista que, “ se eu puder ficar a vida inteira no meu trabalho, eu fico, porque eu gosto do que eu faço” (José).

Contudo, neste grupo José é uma exceção. A vivência numa sociedade que vem se afigurando como sem empregos, o que por seu turno, denotaria a amplitude da precarização e da intensificação do trabalho, faz com que jovens como Otávio e

Maíra ponderem em suas expectativas não somente a dimensão expressiva do trabalho, mas também sua instrumentalidade. Chama nossa atenção o fato de que estes jovens, cada qual no seu caminho, com suas opções, não deixam de vislumbrar projetos futuros. Em Maíra, a jovem, apesar de ter traçado o caminho da advocacia e de estar no setor administrativo, nas horas vagas trabalha como manicure e se mostra disposta a desenvolver essa função nos fins de semana, a fim de ajudar a pagar sua faculdade. Já Otávio, mesmo desconsiderando o sonho acalentado desde a infância de ser médico, indica estar comprometido em inserir-se na montadora e galgar posições que lhe permitam fazer parte do “núcleo duro” de alguma empresa de porte.

As expectativas, tanto de Maíra, quanto de Otávio, denotariam processos permeados de estratégias de mobilidade social ascensional, como assinala Pais (1993, p. 194). Com a exceção de José, esta premissa é predominante neste grupo de jovens. Contudo, não se apresenta de forma homogênea, pois Fernando, Ricardo e Letícia, apesar de indicarem expectativas positivas em relação ao futuro, demonstram-se mais suscetíveis à situação do mercado de trabalho, como vimos em Pamplona (2000). É importante destacar que este fato repercute diretamente sobre os sentidos do trabalho para estes jovens. A propósito, Pochmann (2000) indica a expansão do trabalho autônomo como evento que tem como uma de suas razões a precarização do trabalho. Este fato também se apresenta no estudo. Ricardo e Letícia mostraram-se decididos a, se não conseguirem se inserir no mercado de trabalho formal, tornar-se autônomos.

No caso de Letícia, essa premissa se apresenta de forma incondicional, pois vê-se claramente em seu depoimento a baixa expectativa quanto à inserção no mercado de trabalho formal. Apesar de no discurso indicar o desejo de cursar o ensino superior, o conjunto de seu depoimento, remete-nos ao trabalho doméstico ou à inserção no mercado informal, seja trabalhando com artesanato em casa, seja abrindo negócio próprio com a ajuda financeira de seu pai, em que confeccionaria próteses para dentistas da região.

O trabalho, para Letícia, sugere a articulação entre as dimensões expressiva e instrumental. De um lado, privilegia fazer o que gosta. Além do projeto de trabalhar com próteses, pensa também em trabalhar com congelados. De outro, por meio da

instrumentalidade do trabalho, a jovem poderia dar passos significativos em direção à realização da vida adulta:

— *Chega uma hora em que meus pais vão morrer, e aí? Então vamos pro trabalho, pra uma vida nova. Porque um dia eu vou montar minha família. Eu vou ter a minha família, porque chega uma hora que você tem que desligar um pouquinho. Não desligar, mas procurar um outro rumo, porque eu não vou ter meu pai e minha mãe pra sempre* (Leticia).

Como se viu no primeiro capítulo deste estudo, a família para estes jovens está fortemente presente nos projetos e sentidos do trabalho e da escolaridade. É interessante ressaltar as intenções de Fernando em relação à escolha do trabalho metalúrgico. Apesar de ter-nos dito que, desde pequeno, gosta de “mexer muito com carro, mecânica, essas coisas...”, particularmente devido à influência de seu pai, seu relato sugere que, a questão salarial numa montadora, os benefícios em relação a fazer *faculdade lá dentro* e sobretudo o convênio médico da empresa, já que seu irmão depende dele, parecem ser determinações substanciais na definição de sua opção de trabalhar na empresa em que seu pai é operador de máquinas. Nesse sentido, a instrumentalidade do trabalho ocupa espaço maior que o trabalho em sua dimensão expressiva.

De seu lado, Maíra e Fernando expressam a interiorização da cultura do trabalho assalariado. Segundo Fernando, esse trabalho é melhor que o autônomo, pois “quem trabalha assim, tem mais responsabilidade, tem a ordem pra cumprir. Agora, quem trabalha livre, fala — ah, hoje eu não vou. O fixo não, você tem que ir, cumprir seu horário”.

Como foi apresentado no Capítulo 1, os jovens deste estudo não possuem o perfil de jovens pobres. Nota-se que são muito bem informados, compreendem os processos de mudança do trabalho, discursam sobre as causas e conseqüências dessas mudanças, sugerem a necessidade de educação continuada para alargar a empregabilidade do trabalhador nesse romper do milênio. Estas informações, além de serem adquiridas pela inteligibilidade do trabalho, haja vista o mundo de seus pais, são conferidas também nos cursos que realizam na perspectiva de se inserir no

mundo do trabalho e na formulação de uma nova inteligibilidade que marca os anos 90, ou seja, *o convívio com a sociedade do conhecimento*.

Embora este dado se apresente no relato de cinco jovens (Maíra, Fernando, Otávio, Ricardo e Letícia), Maíra expressa com exatidão a influência desta nova inteligibilidade, isto é, a importância da comunicação, da tecnologia, de um novo formato de relações sociais que se difundem sobretudo a partir dos anos 90.

— *É aquela coisa que eu vi uma vez num comercial. Você já se imaginou vivendo num mundo que começa pela internet? Eu nasci num mundo assim. Na minha época, não se conversava pela internet como é agora, mas já se falava de computador. E na época de meu pai, que não tinha nem cartinha direito?*(Maíra).

Frigotto (1995, p. 102) atenta para o fato de que a assimilação deste processo tem sobrevalorizado “os conceitos de ‘sociedade do conhecimento’, qualidade total, flexibilidade e participação[que, por sua vez, de forma dissimulada] elidem as relações de classe e de poder”. Sob estes contornos, percebe-se que os jovens deste estudo realizam estratégias para a inserção nessa sociedade sem empregos. Apesar da influência da sociedade do conhecimento, entende-se que este fato é primordialmente uma decorrência da origem destes jovens. Cortella (1997, p. 60) ao se posicionar frente à retomada da teoria do capital humano, observa que jovens que “têm vivido a crise por intermédio da experiência dos pais, [revelam estarem] alerta, [sendo] mais permeáveis[is] à aceitação de variações”, em especial a assimilação da empregabilidade.

As estratégias de inserção dos jovens diante de um mercado de trabalho seletivo e da crise da sociedade salarial

Os jovens do grupo circunscrito neste estudo realizam ou já realizaram os mais diferenciados cursos extracurriculares. Diante da excessiva expectativa do mercado em relação à educação e dos poucos recursos oferecidos ao ensino público,

outro consenso permeia a pesquisa. Os jovens e seus professores foram incisivos ao se reportar ao descrédito do ensino público nesse contexto em que se observam várias conjecturações sobre a sociedade do conhecimento. Percebe-se que parte significativa da população revela o desejo de ter acesso a uma escola em que a formação propicie o desenvolvimento das inteligências e a capacitação para o trabalho. Essa expectativa tem sido construída ao longo dos anos, mas é nos anos 90 que se intensifica. Ferretti (1997) adverte que a retomada da teoria do capital humano tem-se dado em simetria à nova legislação educacional (reformas do ensino médio e profissional), cujo processo evidencia a proximidade do Ministério do Trabalho ao da Educação.¹¹ O autor sublinha que esse processo tem produzido a reafirmação da educação pela negatividade,

mediante diagnósticos sobre a qualidade da educação básica oferecida à população brasileira que, das páginas dos textos e das revistas especializadas, saltaram, com um vigor não observado anteriormente, para os diversos canais da mídia. Esta serviu de caixa de ressonância para as afirmações reiteradas de que nossa educação não consegue se igualar, sequer, à de países africanos (Ferretti, 1997, p. 245).

Este dado também é destacado por Almeida (2001), quando apresenta o crescimento das matrículas no ensino público da região do ABC. Mas, este autor observa que

a grande maioria dos jovens avalia que a qualidade do ensino oferecido pela escola pública, a única que freqüentam ou freqüentaram, é insatisfatória; muito aquém das suas necessidades ou daquilo que entendem ser necessário para concretizar suas

¹¹ Alves (1997) examina a educação tendo em vista as demandas do mundo do trabalho e focaliza o papel do Ministério do Trabalho neste momento de mudanças do mundo do trabalho e da educação. O autor analisa diversos documentos do governo, empresários e trabalhadores, buscando localizar os pontos comuns e divergentes. Observa também que a educação se apresenta como uma necessidade consensual entre os diversos atores. Além disso, destaca as experiências internacionais de negociação coletiva, essencialmente a norte-americana. Sua argumentação é construída a partir da necessidade de democratizar as relações entre os atores governo, empresários e trabalhadores, na perspectiva de avançar nas políticas públicas de emprego. Nota-se que permeia o estudo a preocupação do autor em enfatizar que a modernização produtiva não está gerando empregos. Para tanto, analisa as perspectivas do mercado de trabalho no contexto de globalização.

expectativas de continuidade do processo de escolarização no ensino superior ou inserção no mundo da produção (Almeida, 2001, p. 75).

Outros estudos, como o de Souto (2000), reforçam as considerações acima. No presente estudo, chama nossa atenção o fato de que, os jovens ao considerarem o ensino oferecido pela escola pública como de pouca qualidade, estão buscando outras alternativas na perspectiva de suprir o que acreditam que a escola pública deveria lhes oferecer. Sob tais circunstâncias, os jovens encaram sua trajetória escolar considerando os dois níveis de ensino, o de educação básica e o profissionalizante. Segundo Maíra, estes cursos devem ser feitos em concomitância com o ensino médio, porque, “antes mesmo de terminar, você deve estar fazendo alguma coisa, já pensando nisso”. Além dos cursos oferecidos pela Prefeitura de São Bernardo do Campo e o oferecido pelo Rotary Club, logo após sua contratação pelo C.A.M.P., a jovem iniciou um curso de inglês e já se prepara para o cursinho pré-vestibular.

Poder-se-ia dizer que este grupo é uma particularidade, visto que parece estar antecipando a reforma.¹² Esposito, Davi & Nunes (2000) em artigo sobre o diagnóstico de alunos da primeira série do ensino médio da rede pública do estado de São Paulo do ano de 1998, mostram-nos que 34% dos alunos entrevistados afirmaram não ter realizado nenhum curso extracurricular durante a realização do ensino fundamental e primeira série do nível médio.¹³ Daqueles que já realizaram cursos, sobressai a ênfase nos de computação, abrangendo cerca de 33% dos entrevistados. Se formos examinar estes dados à luz do projeto educacional que se afigura com a reforma do ensino médio e profissionalizante, poder-se-ia dizer que

¹² O novo ensino profissionalizante considera três níveis de educação profissional. O nível básico é destinado a trabalhadores jovens e adultos, independentemente de escolaridade preestabelecida, objetiva a requalificação profissional. Por se tratar de cursos livres não requer regulamentação curricular. O nível técnico prevê a conclusão da educação básica em 11 anos e o tecnológico refere-se à formação superior, tanto de graduação como pós-graduação.

¹³ Foram entrevistados cerca de 378.383 alunos, sendo 160.543 alunos do período diurno e 217.840 do noturno. Junto à prova de conhecimentos, em que cada aluno respondia apenas o conteúdo curricular de uma disciplina referente ao ano anterior, foi aplicado questionário sobre dados pessoais, com a finalidade de acumular informações sobre o aluno, objetivando estabelecer seu perfil. Essa medida vem se efetivando desde o ano de 1996, quando se implementou o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp).

ainda é inexpressivo o número de alunos que têm tomado para si a orientação de realizar a trajetória escolar, considerando os cursos extracurriculares.

No grupo estudado, observa-se que Letícia fez curso de modelo, dos 14 aos 16 anos. Fernando e Ricardo têm o hábito de se inscrever nos mais diversos cursos oferecidos pelo Sesi e pelo Senac. Fizeram juntos os cursos de computação e montagem de computador. Fernando também fez o curso de desenho de mecânica e de peças oferecido pelo Senai. Já Ricardo, além dos citados, fez vários cursos livres oferecidos por instituições particulares de ensino, geralmente com duração de dois a quatro meses; dentre eles, Ricardo refere-se a cursos de fotografia, telemarketing, produção de vídeo, orientação de estudos. No caso de José, os cursos de eletricista, pintura-textura de parede e computação têm por maior finalidade retirá-lo da rua, como já ficou dito.

A proximidade destes cursos tem contribuído explicitamente para a vasta gama de informações sobre qualificação profissional, habilidades requeridas pelo mercado de trabalho e assimilação da empregabilidade.

Segundo Maíra, todas as informações sobre qualificação do trabalhador e as novas exigências apontadas no processo de trabalho foram adquiridas nos cursos de preparação para o trabalho do C.A.M.P. e do P.E.A.T. Nestes cursos, tem aprendido a lidar com as novas demandas do trabalho, sobretudo a de desenvolver as habilidades próprias do “trabalhador bombril”, isto é, o polivalente. Para tanto, são ressaltadas as características pessoais de pontualidade, assiduidade, responsabilidade e em particular a de conviver em grupo num ambiente competitivo.

— Você tem que saber dividir um micro, uma sala, uma empresa, um cargo. Você tem que saber dividir tudo, você tem que saber ser amiga da pessoa. Você pode não gostar dela, mas você tá ali, você tem que saber conviver com ela (Maíra).

Segundo a jovem, essas informações foram trabalhadas no C.A.M.P. desde o primeiro dia de aula. Ali Maíra formulou a concepção de trabalhador qualificado e de assimilação da empregabilidade.

— *Eu acho que uma pessoa qualificada é a que tem vontade de aprender. Porque ela pode entrar num lugar sem saber nada, mas ela pode aprender ali. Só de ter um superior ensinando a ela, amanhã ela pode ser o superior. Um trabalhador dinâmico, ele tem que se relacionar bem com o público, tem que se relacionar bem com o grupo. Tem que ser aberto, ser claro, saber se comunicar, ser ágil* (Maíra).

Além de Maíra, Otávio indica muita intimidade com essas questões. No curso do Senai, o jovem tem conhecido a primazia dada às habilidades pessoais, o enfoque à educação continuada, como assinalava no Capítulo 1, quando se referia aos estudos como investimento pessoal. Neste curso em específico, tem concebido o trabalhador qualificado como aquele que

está apto pra atender às necessidades da empresa, tudo o que a empresa precisa de você. Entram muito os conhecimentos e saber lidar com as pessoas, pontualidade. Todas as qualidades pessoais. Ética se cobra muito. A empresa hoje exige bastante responsabilidade, tem que ter pontualidade, responsabilidade pra aceitar trabalhos. Eu acho que pra empresa um trabalhador qualificado é um trabalhador responsável (Otávio).

Percebe-se que Ricardo, Fernando e Letícia, apesar de realizarem cursos livres, que necessariamente não seriam de preparação para o trabalho e profissionalizantes, pois são básicos, indicam um quadro de referências muito próximo ao de Otávio e Maíra em relação à visão de trabalhador qualificado. Além destes cursos rápidos, os jovens citam as influências da mídia falada e escrita sobre a inserção profissional dos trabalhadores, destacando a educação continuada e o enfoque dado às habilidades pessoais dos indivíduos, principalmente nos jornais televisivos e nas revistas assinadas nas casas de Otávio e Ricardo. Assim, embora Fernando e Ricardo tenham reiterado a importância do trabalhador ter domínio sobre o conhecimento tácito, específico da profissão, este somente tem significado quando aliado à educação contínua e ao desenvolvimento das habilidades pessoais, particularmente a comunicação. Desse modo, tal como afirma Ricardo, o trabalhador

qualificado dos anos 90, mais que dominar o processo tecnológico, deve ter habilidades como as de

saber escutar muito bem, saber expor suas idéias. Ele tem que ter um certo conhecimento sobre o assunto, sabe o que fazer em determinadas ocasiões, ele pensa rápido. Se acontecer alguma coisa, ele toma decisões rapidamente (Ricardo).

Para tanto, é preciso assimilar a atitude de dar continuidade aos estudos, como se vê em Fernando, quando afirma que “tem que começar com o básico, mas ir aumentando, se aperfeiçoando”. Este aperfeiçoamento remete-nos aos cursos em que se privilegiam as habilidades pessoais. Percebe-se que estes jovens vêm a qualificação profissional como sinônimo de domínio de habilidades pessoais, orientação presente no modelo de competências, particularmente quando se trata da resolução de problemas a fim de aumentar a produtividade com qualidade (cf. Ferretti, 1997, p. 229). Desse modo, os jovens vêm construindo estratégias que parecem diferenciá-los daqueles que não possuem quadro de referências como apresentado no Capítulo 1, em que pese a cultura do trabalho na indústria moderna, que, por sua vez, tem produzido (re)leituras que nos remetem à empregabilidade como aspecto predominante dos anos 90.

Este anglicismo (“empregabilidade”) teria surgido num contexto em que *fenece o emprego e renasce o trabalho*. Assim,

a palavra foi lançada por especialistas em “outplacement” — expressão elegante para designar dispensa e recolocação de executivos e profissionais de nível superior. Significando, nesse contexto, o conjunto de conhecimentos, habilidades, comportamentos e relações que tornam o profissional necessário não apenas para uma, mas para toda e qualquer organização. O que, sem dúvida, é válido para o trabalhador em qualquer nível. Agora, mais importante que apenas obter um emprego, é tornar-se empregável, manter-se competitivo em um mercado em constante mutação. Preparar-se, inclusive, para várias carreiras e diferentes trabalhos - às vezes simultâneos (Brasil, Planfor, 1999).

Embora este termo tenha se originado no âmbito de profissionais de nível superior, sua propagação para todos os segmentos de trabalhadores foi muito rápida. Esta apropriação do termo pelo mercado de trabalho colaborou para o sucateamento de parte significativa da PEA, conforme o documento *Proler: A PEA pode virar sucata?* (disponível em www.mtb.gov.br). Diante da vinculação linear entre empregabilidade e educação contínua, sobressaem as críticas à empregabilidade do trabalhador, uma vez que esta, além de sedimentar-se sobre o desmoronamento da sociedade do pleno emprego, tem conotação fortemente vinculada às características individuais dos trabalhadores. Deste processo emerge a assunção das lutas individuais por emprego, não mais coletivas, como se viu na organização dos trabalhadores na época do fordismo/taylorismo. Assim, o trabalhador empregável é alguém competente, integrável ao mercado (cf. Ferretti, 1997), e, ainda, aquele que consegue permanecer, manter-se competitivo numa sociedade sem empregos.

Com tantos aspectos negativos, esta formulação apresenta um positivo: os saberes tácitos aprendidos no trabalho e a vivência humana para além dele, isto é, as habilidades pessoais adquiridas nas relações sociais em diversas esferas da vida pessoal, são levados em consideração no momento de contratação do trabalhador. Talvez por este motivo os jovens falaram sobre a habilidade da comunicação com tamanho entusiasmo. Segundo Ricardo, seu interesse em aprender a se comunicar melhor está fortemente vinculado ao desejo de saber conquistar *menininhas* (em suas palavras), porque

eu já fui muito enrolado. Sabe aquelas meninas que pedem com jeitinho e você acaba dando e fala — que droga o que que eu fiz! Eu fico pensando: caramba, eu vou ver se funciona! São várias coisas, você pode pedir uma coisa de um jeito e não conseguir, e do outro jeito conseguir (Ricardo).

Pelo depoimento, vê-se que as impressões de Ricardo sobre as novas formas de organizar o trabalho têm alcançado sua subjetividade. Vale ressaltar que, apesar da importância do trabalho para o jovem, este parece estar num segundo plano.

Como se viu no Capítulo 2, sua motivação em relação à inserção no mundo do trabalho é fundamentada por outras razões, que não propriamente as da esfera do trabalho. Para ele, a comunicação irá *ajudar [sua] vida, porque ele vai poder usar na família, vai ajudar até no passatempo*. Na mesma perspectiva, José enfatiza que a comunicação no trabalho o ajudou a aprender a falar corretamente, fato que não conseguiu desenvolver na escola. Por outro lado, Maíra observa que esta habilidade é fundamentalmente subjetiva: dificilmente cursos de comunicação irão desenvolvê-la, pois este aspecto da personalidade depende muito “da criação, do mundo [em] que você viveu”.

Além da valorização dos aspectos pessoais voltados à comunicação, os jovens concebem-na como forte determinação para inserção no mercado. Como reitera Ricardo, “se você tiver que pedir qualquer coisa, você vai saber fazer, vai conseguir passar a idéia pra pessoa?” Poder-se-ia dizer que estes jovens estão fortemente marcados não somente pelos preceitos da empregabilidade, de educação continuada, mas principalmente pelos dizeres da sociedade do conhecimento, impressões claras dos anos 90. Nota-se que, com a exceção de Otávio e José, os demais sublinharam esta habilidade como determinante no momento de contratação.

— *Tem muitas pessoas que fazem faculdade e são, nossa... Ótimos profissionais. Mas, por falta de comunicação, não conseguem... Por falta de comunicação. Um sabe se comunicar muito bem, ele tem facilidade de expor suas idéias, consegue convencer que ele está disponível para o trabalho e o outro tem muito conhecimento, é super bem estudado, mas ele não consegue expor suas idéias. Ele não consegue colocar o conhecimento dele, como ele será avaliado (Ricardo).*

— *Eu acho que falta aquela parte de trabalhar em grupo, da pessoa ser comunicativa. Porque eu posso não ter um curso superior, me comunicar, me relacionar com o público, saber viver em grupo. E o outro, que tem um curso superior, pode não saber isso (Maíra).*

— *Com certeza, a gente vê nos jornais, tá lá emprego, eles pedem experiência, pedem cursos técnicos, superior. Mas, chega na hora da entrevista, se você tiver um curso superior e não souber se comunicar, você nunca vai conseguir aquela vaga* (Letícia).

Desse modo, para os jovens, quanto maior for sua comunicabilidade, maior será sua possibilidade de competir no mercado de trabalho. Além de possuir esta habilidade e de realizar cursos profissionalizantes, os jovens reiteraram o requisito experiência profissional como elemento chave na relação trabalho e condição juvenil. No contexto italiano, Martinelli & Chiesi (1997) arrolaram a falta de experiência profissional como “referência significativa da condição juvenil”, quando se trata da esfera trabalho. No Brasil, Pochmann (2000) organizou o estudo denominado “A batalha pelo primeiro emprego”, em que, este aspecto também sobressai, sobretudo quando se trata do desemprego de inserção, isto é, *a existência de uma nova condição de jovem que se encontra à procura de postos de trabalho* (cf. Pochmann, 2000, p. 41). Nesta situação, a experiência profissional faz a diferença, uma vez que, “por não [possuí-la], ainda que possa dispor de escolaridade elevada, o jovem tem dificuldade para ingressar no mercado de trabalho” (Pochmann, 2000, p. 41).

Por outro lado, a característica de trabalho juvenil, já apresentada neste estudo, reitera a importância desse elemento, uma vez que pesquisas mostram a dificuldade dos jovens para acumular experiência profissional, dada a alta rotatividade do posto de trabalho e o crescimento do percentual de assalariados sem registro em carteira (cf. Watanabe & Rosandiski, 1998, p. 204-205). A propósito, nota-se que José, Otávio, Fernando e Letícia enfatizam a importância da experiência profissional na condição juvenil.

As razões pelas quais os jovens avaliam a experiência profissional como elemento central para inserção no mercado de trabalho são várias. Neste grupo, José é o único que estava trabalhando com registro em carteira no momento da pesquisa e que, como vimos, estava construindo sua identidade de trabalhador, não por referência aos pais, mas pela afirmação do trabalho que se delineava em sua biografia. Talvez por este motivo o jovem fosse enfático ao dizer:

— *No meu serviço, eu não fiz curso pra ser fresador, eu aprendi na prática. Agora, eu conheço gente que faz Senai, faz mil coisas, e tá em casa, e eu tô trabalhando. Eu vejo assim. Que nem eu — eu não sou estudado, eu não fiz faculdade, não fiz nada e, às vezes, acho que eu sou mais esperto* (José).

Neste caso, a afirmação da experiência como condição *sine qua non* dá-se pela valorização dos conhecimentos tácitos, do saber-fazer, que, por sua vez, também se impõe como variável importante na definição da empregabilidade do trabalhador. Diante disto, o jovem questiona o conteúdo dos cursos livres, apesar de frequentá-los, pois, num momento de contratação, observa:

— *Eu não sei se vai contar. [Porque] eu fiz computação, mas eu não sei nada, porque eu não tenho computador em casa. Então, eu tenho certificado, mas não treinava. Entre eu com o certificado e ele, que sabe mexer, acho que o cara vai e pega ele* (José).

Nos demais, os saberes tácitos não são tão destacados, mas impõe-se a necessidade de realizar cursos que estejam articulados à experiência profissional. Diferentemente de José, aqui se consideram os postulados da educação continuada.

— *Eu acho que a experiência é tão importante quanto as qualidades pessoais, conhecimento do trabalhador. Se bem que, às vezes, eles pedem pra você estar lá, às vezes eles pedem “x” anos de experiência. Mas você nunca trabalhou, como você terá experiência? Então, ela se torna mais importante, né, ou igualmente, não sei* (Otávio).

— *O curso vai te acrescentar alguma coisa a mais, mas o trabalho é que vai estar te ensinando. Não adianta eu entrar no Senai e só ficar fazendo curso e não ter experiência. É outra coisa que não adianta. Meu pai fala pra eu fazer um curso bom do Senai de mecânica e [ele] já me encaminha pra umas oficinas, pra ter experiência. Ele também não quer que eu faça Senai e*

acabou, e pronto, fico em casa. Pra quê? Pra esquecer? Ele quer primeiro o curso, já vai pra uma oficina. Arrumo uma experiência, ele conhece uns amigos que têm oficinas e ele pode estar me encaminhando. Aí eu tenho experiência e os cursos (Fernando).

Neste estudo, o diploma adquiriu relevância quando articulado à experiência profissional. Com a exceção de Letícia, que parece indicar o que Descomps revelou sobre o diploma, ao considerá-lo como “uma bela ferramenta sem instruções de uso” (Tanguy, 1997, p. 50). Assim, a jovem afirma que “*gostaria muito de tirar o diploma e por mais ruim que ele seja, iria sentir-se importante com ele*”. Fernando, embora valorize os cursos extracurriculares, questiona a perda de significados do diploma, uma vez que, para o jovem — “*tá errado, pois se a pessoa estudou tanto, deveria ser valorizada*”. Ainda nesta direção, Letícia sente-se impotente diante de um diploma esvaziado de sentido pelo mercado.

— Dá dó da pessoa, a pessoa deve ficar até chateada. Você estuda cinco, seis anos numa faculdade, luta pra estudar pra passar, gasta um dinheirão porque é caro, e chega lá fora e não tem um campo de trabalho pra você exercer a profissão. Eu tenho medo de passar por isso (Letícia).

Em relação à certificação da educação básica, esta se apresenta como necessidade, uma vez que, quanto maior for a escolaridade obtida e os certificados adquiridos, maior será a chance de sair do segmento *geral* do mercado de trabalho, tendo em vista a inserção nos segmentos *interno à grande empresa e profissional* (cf. Pochmann, 2000, p. 48).¹⁴ Acrescente-se a isso a indicação de que o diploma por si

¹⁴ Márcio Pochmann, neste trabalho, descreve a segmentação do mercado de trabalho brasileiro. O segmento não-organizado refere-se a uma inserção abaixo dos parâmetros mínimos de contratação nos setores de baixa produtividade. Neste segmento, não é exigida experiência profissional e escolaridade. No segmento geral, vê-se a contratação em emprego instável, sem critérios rígidos, geralmente em micro, pequenas e médias empresas. Neste segmento, há alguma exigência de experiência profissional, porém é possível inserir-se mesmo sem tê-la. No segmento interno à grande empresa, há critérios rígidos de contratação. No segmento profissional, a contratação do jovem ocorre apenas com certificados específicos (cf. Pochmann, 2000, p. 48).

mesmo não é uma garantia de futuro, como aponta Otávio: “Eu acho que as pessoas estão percebendo que nada adianta um pedaço de papel na hora de você conseguir um emprego”. Para o jovem, obter escolaridade básica significa credenciar-se para disputar uma vaga melhor no mercado de trabalho e, por esse motivo, afirma: “Adianta, mas não é tudo”.

Os depoimentos indicam que o diploma somente possui valor quando é possível traduzir os saberes em ações. Esta premissa é examinada por Tanguy (1997) no contexto francês. Desde os anos 70, as mudanças na educação têm ocorrido em sintonia com as mudanças no campo de trabalho, atingindo fortemente o sistema de certificações. Pesquisas nos anos 90 têm demonstrado a (re)significação do diploma, principalmente pela ênfase dada aos *savoir-faire*, isto é, *ser capaz de*. A partir desta competência global, jovens franceses devem desenvolver as capacidades de informação, organização, realização e comunicação (cf. Tanguy, 1997, p. 49).

Nota-se que Fernando, Letícia e Ricardo mostraram expectativas de obter uma aprendizagem na escola que vise ao conhecimento instrumental e propicie sua inserção no mercado de trabalho. De certa forma, pode-se dizer que a retomada da teoria do capital humano, de um lado e, de outro, o crescimento do desemprego juvenil num mercado de trabalho altamente seletivo estariam colaborando para que suas expectativas em relação à escola tivessem tais contornos. Cabe ressaltar o perigo que se corre quando no horizonte somente se vê esta perspectiva.

Nesse sentido, Letelier (1999) demonstra que as exigências de maior escolaridade provêm da demanda de maior escolaridade da sociedade, não se configurando, necessariamente, como uma exigência real do processo produtivo. Para tanto, compara níveis de escolaridade e de comportamento do mercado de trabalho em duas regiões da América Latina, a Grande São Paulo, no Brasil, e a Grande Santiago, no Chile. Neste estudo, a autora demonstra que a população chilena tem maior escolaridade, porém o mercado de trabalho em São Paulo comportou-se melhor durante o período da pesquisa, graças à maior incorporação de trabalhadores. Uma conclusão importante apresentada pela autora é que maior escolaridade não significa necessariamente maior renda, desmistificando, dessa maneira, uma afirmação corrente do senso comum.

Retomando a discussão sobre educação e mercado de trabalho trazida por Fernando, Letícia e Ricardo, nota-se que os jovens demandam um ensino em que sejam apresentadas as profissões de futuro, ensinadas dinâmicas de grupos e proporcionadas informações sobre como os trabalhadores devem se comportar numa entrevista, atribuindo a esse ensino, portanto, um caráter ainda mais instrumental do que o existente hoje nas escolas públicas. Contudo não podemos deixar de mencionar que, apesar do descrédito no ensino público, no que se refere à qualidade, os jovens valorizam a escola e reconhecem nela aspectos positivos que colaboram na construção de suas melhores expectativas. Esse fato pode ser verificado particularmente por meio dos depoimentos de Letícia e Maíra: enquanto a primeira argumenta que na escola é possível perder a timidez, aprender a se comunicar melhor, a segunda garante que, “aqui na escola foi a base de tudo, porque como eu ia aprender redação na minha casa, até a oitava série eu não sabia redação”.

No grupo, Maíra foi a única a demonstrar com maior veemência o reconhecimento à escola como agência na qual desenvolveu a habilidade básica exigida pelo mercado. Nesse sentido, para a jovem a escola vai além da certificação, visto que consegue visualizar na aprendizagem aquilo para o que Alves (1997) chama a atenção quando se refere ao trabalhador moderno. Segundo o autor, o trabalhador que irá relacionar-se com as novas formas de produção deve ter “boa capacidade de expressão verbal — seja oral ou escrita — , capacidade de abstração e associação, raciocínio lógico, iniciativa para resolução de problemas, e a habilidade e capacidade para aprender novas qualificações” (Alves, 1997, p. 142).

Entretanto, é preciso observar também que a escola pública não é a única determinação na aprovação de Maíra no teste da empresa onde atualmente está trabalhando. Os cursos, a relação familiar, a convivência na igreja, a cultura do trabalho são determinações que colaboraram fortemente para sua inserção no mercado. Diante disso, vale a pena destacar o questionamento de Letelier (1999, p. 257) sobre as demandas de mercado em relação ao sistema educacional. Segundo a autora, “continua pendente a pergunta: formar-se em que e para quê? Em outras palavras, quais as qualificações reais que o atual mercado de trabalho exige?”.

O questionamento de Letelier (1999) resume diversas falas dos jovens. José, ao falar da busca de trabalho de seu amigo numa empresa de TV a cabo, na função

de antenista, cita que foi exigido do jovem saber inglês e computação, ter o segundo grau completo. Diante disto, José questiona:

— *Tem serviço que não usa computação, não usa inglês e nem precisa de segundo grau completo, mas o cara exige. Eu não sei por que, mas exige. Eu penso: o que ele vai usar? Um cliente vai falar inglês, você vai usar computador lá em cima do telhado?* (José).

Nessa mesma perspectiva, Letícia e Ricardo mostram-se céticos diante das exigências de mercado.

— *Tem muita empresa que exige demais. Tem um coitado de um desempregado que não tem um curso de inglês, que não fala inglês fluente, não tem um curso de computação. Eu acho legal a firma exigir, mas acho que não deveria exigir tanto* (Letícia).

— *Pra telemarketing, me deu raiva: eles disseram que estavam pegando só mulher. Eu pensei — pra que eu fiz esse curso, então? Ou então, querem curso superior, tem que estar cursando. Também não estou. Ou querem experiência, ou querem mulher. O que eles mais querem é experiência, quem não tiver experiência não vai conseguir emprego. Eles querem experiência pra tudo, você sempre vai ter que dar um jeito* (Ricardo).

Diante do comportamento do mercado de trabalho, claramente se vê que a elevação da escolaridade dos jovens e a adoção de posturas voltadas à educação continuada têm produzido maior competitividade num mesmo segmento do mercado. Pochmann (2000) analisa o desempenho da educação no contexto de retração econômica, haja vista que é preciso crescimento econômico para que se possa gerar mais empregos. Nos anos 90, o mercado de trabalho tem demonstrado o acirramento “da concorrência no interior da classe trabalhadora”. Em sua análise sobre mercado de trabalho, aponta que “cada vez mais, jovens mais escolarizados são contratados nos segmentos do mercado de trabalho não-organizado” (Pochmann, 2000, p. 48).

Na França, Castel (1999) examina um fenômeno parecido, e o denomina de “desmonetização da força de trabalho juvenil”. Segundo o autor, a elevação das exigências da empresa moderna em relação à qualificação do jovem, em concomitância à expansão dos sistemas educacionais, ao invés de propiciar a integração do jovem na produção tem produzido a desvalorização da força de trabalho qualificada, pois a cada ano tem aumentado o número de jovens qualificados submetidos ao desemprego. Neste processo, é possível observar perda salarial real do valor da mão-de-obra qualificada, antes mesmo que o trabalhador qualificado inclua-se no mercado (cf. Castel, 1999, p. 519).

Chamou nossa atenção o fato de que, apesar dos jovens estarem buscando estratégias que aumentem suas possibilidades de inclusão no mercado, particularmente a introjeção dos princípios de educação continuada, é notória a certeza de que estudar não significa uma garantia de emprego. Pelo contrário, é preciso estudar porque no horizonte o que se vê são *projetos em aberto*, como adverte Ramos (2001), ao analisar o parecer nº 15/98 a respeito da reforma do ensino médio e profissionalizante. Diante da assimilação da empregabilidade por estes jovens, vale a pena destacar sua atitude individual diante da crise da sociedade salarial:

— *Um dia eu vou passar por isso, eu vou ter que passar. Mas, por isso, eu tô lutando, você sempre tem que correr atrás pra não acontecer. Mas acontece, eu sei que eu estou disposta a isso. Pode acontecer comigo, pode acontecer com outro que tem mais estudo do que eu. Não sou eu que vou determinar isso* (Maíra).

— *Eu sei que, mesmo estudando, eu posso ficar sem emprego. Acho que as firmas tinham que reconhecer o esforço das pessoas. Acho que devem dar chances pra todo mundo, mas principalmente pra quem estudou muito. A onda do desemprego hoje em dia tá muito grande e, se continuar assim, não vai adiantar tantos cursos* (Fernando).

— *Porque isso fica na cabeça — Pô, eu tô fazendo tanto curso aí, mas será que isso vai me dar um futuro? Mesmo não gostando do curso, porque hoje aqui nesse país a oportunidade cada vez diminui mais. Antigamente tinha muito mais oportunidades de empregos* (Ricardo).

Neste grupo de jovens, é interessante destacar que José era o mais avesso à idéia de empregabilidade, apesar de afirmar a necessidade de concluir a educação básica, realizar cursos de CNC, como se viu nos capítulos anteriores. Pode-se dizer que, a seu modo, José realizava a crítica à empregabilidade quando mencionava sua tristeza por ver as firmas na cidade fechando e também seu descrédito na importância da escolaridade como elemento central na formação do trabalhador. Nota-se que, dentre os seis jovens, José é o único que indicou com clareza a perspectiva de projetos em aberto, apesar de várias esferas da sociedade — seja a escola, seja a família, seja a mídia — constantemente ressaltarem que

tem que estudar, tem que terminar, tem que fazer faculdade. Eu, por enquanto, não tenho idéia de fazer faculdade. Eu vou esperar acabar o colegial e se tiver um serviço, se tiver ganhando bem, eu vou continuar, eu vou fazer faculdade. Agora, tem gente que fala — não, eu vou fazer faculdade pra arrumar emprego! Eu vejo um monte de gente que fez faculdade e não tá exercendo a função que fez, tá sempre exercendo outra (José).

Neste capítulo, pudemos demonstrar que, no grupo de jovens, somente José revela as cores fortes de viver o hoje, estar num navio que não se sabe onde e quando irá ancorar. Apesar de ter trabalhado durante um ano com seu tio, sua experiência de trabalho não parece proporcionar a introjeção da cultura do trabalho regrada, sedimentada na ética do esforço, concebida no interior da família, como se viu nos demais jovens. Além disso, chama a atenção o fato de que, com a exceção de Otávio, os demais jovens não se encontram numa condição que lhes permita se inserirem no mercado de trabalho “profissional ou interior da empresa” como vimos em Pochmann (2000). Acrescente-se a isso, o fato de que, reconhecem a crise da sociedade salarial, entendem que esta sociedade não se organizará mais a partir do

emprego, como se viu na época de seus pais. Entretanto, estes jovens ainda *teenagers*, a duras penas conservam suas expectativas de mobilidade social, desenhando projetos em que o trabalho ocupa lugar importante. Diante disto, nitidamente se observa neste estudo, o momento de transição pelo qual os jovens estão vivendo, no qual passado e presente se entrelaçam denotando projetos futuros que nos remetem à vivência de seus pais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, com a melhor compreensão sobre as expectativas dos jovens em relação ao trabalho e à escolaridade, na formulação de seus projetos no momento presente, foi possível vislumbrar dois campos. Trata-se, de um lado, da cultura do trabalho transmitida no interior da família metalúrgica e da promessa liberal de mobilidade social graças à opção por estudar e, de outro, da perspectiva de negação ambígua e dilacerada dessa mesma cultura e promessa. Diante disto, no contexto de transição de um paradigma do trabalho para outro, duas unidades se apresentam neste grupo de jovens.

Primeiramente, foi possível constatar a forte presença da cultura do trabalho e do ideário de ascensão social por meio da elevação da escolaridade no depoimento de cinco jovens. Pôde-se notar, também, que, neles, quanto maior o apego à família, maior a assimilação da importância da escola e do trabalho em suas vidas. Por esse motivo, esta determinação produziu significativas implicações na ótica dos jovens a respeito do trabalho e da escolaridade.

Ainda em relação a esta determinação, há que se considerar a estabilidade das famílias às quais pertencem esses cinco jovens. São casamentos sólidos e famílias muito integradas. Os pais concretizaram a condição operária em grandes empresas do setor metalúrgico e, apesar de aí se inserirem em funções semiqualficadas, que exigiam pouca escolaridade, adquiriram, graças ao trabalho, casa própria, carro, abriram negócios próprios, etc. Paralelamente, as famílias reforçaram no seu interior a promessa de ascensão social e proporcionar estudo aos filhos é tido como estratégia prioritária na formação destes: faz parte da cultura destas famílias o imaginário liberal, com a “promessa integradora da escolaridade”. Principalmente, porque, para os pais e mães desses cinco jovens, a “escola constituía-se [...] num espaço institucional que contribuía para a integração econômica da sociedade, formando o contingente (sempre em aumento) da força de trabalho que se incorporaria gradualmente ao mercado” (Gentili, 1998, p. 80).

Quanto a esse grupo de jovens, a família foi tomada como significativamente influenciadora de determinadas concepções a respeito do trabalho e da escolaridade, e não de outras. Além dela, os pares também colaboram para a permanência da valorização da escolaridade por parte dos jovens. Os amigos expressam interesse pelas questões relacionadas aos estudos e ao trabalho, principalmente porque também mantêm convívio com o mundo industrial. Assim, realizam cursos básicos e profissionalizantes, em particular nas instituições do “sistema S” (Sesi, Senai e Senac) e juntos procuram trabalho e se divertem.

Estes jovens indicaram a possibilidade de vivenciar a transição para a vida adulta de forma pouco traumática. Isto ocorre, particularmente, devido à presença da família como rede de proteção. No entanto, com exceção de Maíra e Fernando, que expressaram fortemente se sentir confortáveis nesta situação, os demais denotaram certo desconforto com os cerceamentos familiares à transição para a vida adulta de maneira mais independente, como se viu sobretudo em Letícia e Ricardo.

Logo, pôde-se constatar que esta transição menos traumática apóia-se nos valores e atitudes das famílias metalúrgicas. Estas revelam o quadro de referências da condição operária sedimentada por longas trajetórias de trabalho dos pais na indústria moderna e pelas conquistas trabalhistas decorrentes do embate entre capital e trabalho que marcaram o período de vigência do paradigma fordista/taylorista.

É preciso destacar que os pais destes jovens incluem-se num grupo específico de trabalhadores, aqueles pertencentes à “nova classe operária”. Este pertencimento foi examinado como um dado que sobressai na pesquisa, por incidir diretamente sobre as expectativas positivas dos jovens pesquisados em relação à afirmação do projeto de integração social, como vimos em Gentili (1998) e, no plano internacional, em Castel (1999). Foi possível constatar que as conseqüências produzidas pela crise do trabalho no Brasil, na década de 90, parecem alcançar os filhos desses trabalhadores de forma sutil, conferindo-lhes, ainda que superficialmente, algum conhecimento sobre o “novo industrialismo” que se formula e, que traz no seu bojo a “desintegração da promessa integradora”.*

* Gentili (1998) utiliza este termo para referir-se à crise que se instalou quanto à função econômica e social atribuída à escola, na década de 70, pondo em xeque as finalidades educacionais sedimentadas ao longo da Era de Ouro. Neste processo “passou-se de uma lógica da integração em função de

Esta perspectiva também permeou a pesquisa e, com ressalvas, identifica a segunda unidade referida no início, porém não nos permite aprofundar a análise, pois apenas um jovem indicou este quadro de referências. Contudo, as diferenças são tão visíveis que, ao longo do trabalho, o exame do depoimento de José foi tomado como contraponto.

Do grupo, José era o único trabalhador. Atuava no segmento metalúrgico havia um ano, na microempresa de seu tio. O jovem apresentava uma postura de rebeldia em relação à família, particularmente ao pai alcoólatra. Sua família expressava um quadro de referências muito diferente das demais: a mãe era “provedora”, a cultura do trabalho industrial não estava tão presente, pois a trajetória de trabalho dos pais ao longo dos anos fora sedimentada no setor terciário da economia. O pai, apesar de ter voltado para o setor metalúrgico nos anos 90, por diversos momentos, encontrava-se na situação mais próxima à flexibilidade do mercado de trabalho, dadas as diversas contratações temporárias. E, acima de tudo, a família de José não conseguia afastá-lo da sociabilidade da rua, da qual já fazia parte.

O distanciamento de José em relação aos estudos e ao preceito liberal de ascensão social parece se explicar por diversas razões. José não explicitou em seu depoimento o caráter integrador da escolaridade, como os demais. Além disso, observa-se o não reconhecimento da geração adulta no interior de sua família nuclear. Por outro lado, evidencia-se sua preferência por trabalhar a estudar. Sua vivência de trabalhador, neste momento de mudança/permanência do paradigma fordista/taylorista do trabalho e do seu entorno, leva-o para o reconhecimento da escolaridade como elemento que colabora no aumento de sua empregabilidade, mas não lhe permite conseguir o emprego desejado. Há que se considerar também que, para José, a experiência profissional, os saberes tácitos, são definitivos no alargamento da empregabilidade, fato menos destacado pelos demais.

Para os outros, a empregabilidade se apresentava fortemente vinculada à maior e melhor escolaridade, tendo em vista a necessidade moderna de dar continuidade aos estudos. Assim, os jovens sugeriram a importância da experiência

necessidades e demandas de caráter coletivo (a economia nacional, a competitividade das empresas, a riqueza social, etc.) a uma lógica econômica estritamente privada e guiada pela ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado de trabalho” (Gentili, 1998, p. 81).

no compósito da empregabilidade do trabalhador, contudo não a destacaram. Por isso, vale observar também que, na experiência de José, a escolaridade é vista somente como obrigatoriedade, não relevando maiores significados.

Apesar desta polaridade entre a vivência de José, em que se restringe a escolaridade à certificação, e a dos outros cinco jovens, que reconhecem na escolaridade a possibilidade de “melhorar de vida”, o estudo apontou o desejo dos seis por um ensino norteado pela instrumentalização do saber. Esta constatação parece indicar as implicações das determinações mais gerais presentes nos anos 90 sobre as vivências individuais, apontando a empregabilidade como um dos grilhões dos tempos modernos, que faz com que

o campo educativo, da escola básica à pós-graduação, no ajuste global, é, então, direcionado para uma concepção produtivista, cujo papel é o de desenvolver habilidades de conhecimento, de valores e atitudes e de gestão da qualidade, definidos no mercado de trabalho, cujo objetivo é formar em cada indivíduo um banco ou reserva de competências que lhe assegure a empregabilidade (Frigotto, 1998a, p. 7).

A percepção de que tal fato esteja fazendo parte de suas vidas emergiu nos depoimentos dos jovens que possuem várias informações sobre o crescente “novo industrialismo”, seja por intermédio da família, seja pela convivência com amigos, seja ainda pela vivência numa cidade industrial que expressa a transição. Talvez por este motivo, a empregabilidade influi diretamente nas aceções dos jovens, sobretudo em relação aos saberes instrumentais e à competitividade, em que é urgente ser o melhor a fim de conquistar lugar no mercado seletivo.

Pôde-se constatar que o jovem mais distante da indústria moderna e dos contornos da sociedade do conhecimento demonstrou-se mais crítico quanto à afirmação da escolaridade como critério central para a inserção do trabalhador no mercado de trabalho. Seu questionamento está ancorado no fato de que os conhecimentos adquiridos na escola não correspondem às demandas do mercado. Como trabalha desde os 12 anos de idade, José é contundente ao afirmar que a aprendizagem do trabalhador ocorre no processo de trabalho, denotando saberes que

nos remetem a outras dimensões, que não a escolar, para o entendimento pleno de como se dá a qualificação do trabalhador.

Temos entendido que os elementos de transição são menos visíveis em seu depoimento. Ou seja, diferentemente dos outros jovens que, ao mesmo tempo, se pautam pelos valores de seus pais quanto ao trabalho e a escolaridade e percebem mudanças nessas esferas, José está mergulhado no presente, e sua leitura do contexto de um novo industrialismo parece ecoar, sobretudo por intermédio da crítica aos problemas sociais que o envolvem, particularmente pelas letras das músicas de rap. Vale destacar que família, escola e as condicionantes da sociedade do conhecimento, em especial, a gama de informações à disposição nos anos 90, influenciam a todos, mas de forma diversa.

No entanto, a pesquisa permitiu-nos afirmar que, para este grupo de jovens em particular, a crise da sociedade salarial já é perceptível em seu cotidiano e tem interferido na formulação de seus projetos futuros. Devido a isso, esta formulação foi considerada a partir do contexto de transição, pois ao mesmo tempo em que os jovens denotam assimilar a empregabilidade como condição *sine qua non* dos trabalhadores neste novo industrialismo delineado pela organização flexível do trabalho, revelam — com exceção de José — que o trabalho desejado, aquele que os motiva a estudar e a lutar com as armas de que dispõem para garantir sua inserção no mercado, é o trabalho dentro da condição do fordismo/taylorismo, ou seja, com a prerrogativa da estabilidade. Este se revelou o mais relevante significado dentre os formulados em relação ao trabalho. Assim, estes jovens anseiam pela realização do trabalho que preserve os direitos conquistados pelos trabalhadores durante o período fordista/taylorista, ainda que no Brasil tais direitos tenham sido muito limitados.

Todavia, pudemos constatar em seus depoimentos que já percebem o declínio do trabalho assalariado e estável e que só os melhores trabalhadores terão acesso a ele. Devido a isso, os jovens que exprimem projetos de mobilidade social de inserção reforçam a valorização do estudo e constroem estratégias. Como se viu, a convivência dos jovens com as mudanças do universo fabril e o pertencimento à “nova classe operária” tornaram-se elementos esclarecedores na explicação de suas melhores expectativas. Este quadro de referências colabora muito para a transição

menos traumática, principalmente quando se apresentam no horizonte contrapontos como os indicados na biografia de José.

Este contexto de transição tem submetido a tensões a promessa de integração social com base no projeto de mobilidade social ascendente, de forte presença nos anos da “Época de Ouro”, tratados neste estudo como os “trinta anos gloriosos”. Nota-se a transição em curso pela observação do paradoxo, isto é, o desejo de um trabalho como o dos pais e a assimilação de atitudes próprias do novo contexto que se formula — como, por exemplo, as atitudes individuais de antecipação à reforma prevista para o sistema de ensino, num momento que esta ainda está em curso, haja vista a realização dos cursos extracurriculares e profissionalizantes.

Não é possível e nem há a intenção de especular se, daqui a alguns anos, estes jovens terão rompido com a perspectiva do pleno emprego e de realização da condição operária. Não cabe discutir se seus projetos pessoais permanecerão balizados pela opção pelo trabalho e pela promessa liberal de ascensão social ou se se configurarão como projetos em aberto, como preconizam os documentos oficiais, tendo por norte apenas o individualismo moderno; ou ainda se terão outros projetos, em que os sujeitos não sejam negados e a atuação dos atores sociais tenha por referência os valores de solidariedade, justiça social e reconquista de direitos por parte do trabalho.

No entanto, no momento atual, à exceção de José, estes jovens de camadas médias, pertencentes à “nova classe operária” denotam acreditar na promessa liberal de integração econômica e social à uma sociedade que se afigura como a de “sem emprego”. Apesar da transição, a promessa de integração permeou a pesquisa: cinco jovens revelaram expectativas de ascensão social, sendo que dois deles acreditam que poderão futuramente se incluir no “núcleo duro” do mercado de trabalho. Mas o outro lado da realidade do significado desta promessa na sociedade capitalista também esteve presente, na pessoa de José, um jovem que não compreende sequer a vivência da desintegração desta promessa, visto que sua relação com o ideário da “nova classe operária” parece ter sido redirecionado por circunstâncias ligadas ao trabalho desenvolvido por seus pais e também pelas vivências familiares.

Neste estudo, a biografia do jovem adquiriu grande importância, pois, apesar de José e de seu pai, no momento da pesquisa, atenderem ao critério de fazer parte do

segmento metalúrgico nos anos 90, o quadro de referências apresentado pelo jovem orienta-nos para o segmento mais precarizado da categoria metalúrgica. Pôde-se constatar que, para este jovem, os significados atribuídos à escolaridade sempre se afiguraram, não somente para ele, mas também para sua família, como a “desintegração da promessa integradora”, mesmo num período histórico em que tal promessa ainda fazia sentido. Fato que pode ser expresso como o fez Frigotto (1998), ao se referir ao preceito de ascensão social durante a “Era de Ouro”: ao citar Altvater, o autor destaca que, na sociedade capitalista, diante das relações assimétricas de poder entre os países, as relações econômicas entre os países do G-7 jamais teriam o mesmo peso que as dos países do hemisfério sul, pois estas sociedades estão sedimentadas na desigualdade social (cf. Frigotto, 1998, p. 35-46). Neste universo, sempre existirão Josés.

José foi o único a revelar projetos em aberto, porque trabalho, escola e futuro apresentaram-se como temas do presente. Sua transição para a vida adulta seria, talvez, menos traumática se pudesse ter mantido a socialização por meio do trabalho que vinha lhe propiciando afirmação na vida societária. O quadro de referências de José remete-nos ao fato de que a promessa de pleno emprego e garantias pessoais, mesmo na fase da época de ouro do capitalismo, não incorporou a todos.

Graças aos depoimentos, pudemos reafirmar que jovens provenientes de famílias alicerçadas numa socialização em que se comungam valores originados na cultura do trabalho e na valorização da educação, cujos pais acompanham a escolaridade dos filhos e estas, por sua vez, demonstram a interiorização da opção por estudar, têm realizado uma transição menos traumática. Ao mesmo tempo, estão mais aptos a se adaptar aos valores da “nova cidadania”, que é concebida aqui como retrocesso social.

Ao pesquisar os significados em torno da relação entre escolaridade e trabalho em um grupo de jovens provenientes de famílias metalúrgicas de São Bernardo do Campo, teve-se a intenção de que, com este estudo de caráter exploratório, circunscrito a um número restrito de moços e moças, pudessemos coletar informações que fornecessem pistas para outros estudos e suscitassem pesquisas posteriores sobre esta instigante temática, a qual, por ser apreendida num momento de transição, revela cores próprias deste momento específico.

Por ora, num sentido mais largo, entende-se que este estudo pode vir a contribuir como reafirmação dos aspectos positivos que marcaram a condição operária. Principalmente pelo fato de que a crise do trabalho assalariado coloca-nos a todos diante de muitos retrocessos. Diante do aprofundamento da modernidade, assiste-se, em escala planetária, à polarização social que acarreta um contexto recessivo e concentrador de renda, em que se delineiam as linhas gerais das condicionantes maiores que nos afetam neste momento de transição da vida social.

No plano social, presencia-se a imposição de (re)leituras da cidadania, do emprego, dos direitos sociais e dos projetos futuros, cuja amplidão deixa jovens, mulheres e homens com o olhar vago diante das incertezas, de uma amálgama de possibilidades que se revelam pouco reais. Não obstante, entre os jovens sob a proteção das famílias observadas neste estudo, as quais realizaram a condição operária, esta percepção ainda não se apresentou.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Elmir de (2001). *Política pública para juventude: proposta para “uma moderna condição juvenil”*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade do Estado de São Paulo.
- ALVES, Edgar, org. (1997). *Modernização produtiva & relações de trabalho: perspectiva de políticas públicas*. Petrópolis/Brasília: Vozes/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
- ALVES, Luis Roberto (1999). *Culturas do trabalho: comunicação para a cidadania*. São Paulo. Alpharrabio.
- ALVIM, Roselene & LOPES, José Sergio Leite (1990). Famílias de operárias, famílias de operárias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 5, nº 14, p. 7-17, outubro.
- ANTUNES, Ricardo (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- ARBIX, Glauco Antonio Truzzi (1995). *Uma aposta no futuro: os três primeiros anos da Câmara Setorial da indústria automobilística e a emergência do meso-corporativismo no Brasil*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- ARIAS, Alfonso Rodrigues (1998). Avaliando a situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos jovens entre 15 e 24 anos de idade na presente década. In: *Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas*. 2 vols. Brasília: CNPD, p. 519-528.
- ARROYO, Miguel (1999). As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETTI, Celso João, SILVA JR., João dos Reis & OLIVEIRA, Maria Rita N. S., orgs. São Paulo: *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, p. 13-41.

- BAJOIT, Guy & FRANSSEN, Abrahan (1993). *Les jeunes dans la compétition et la mutation culturelle*. Louvain: Université Catholique de Louvain (xerocopiado).
- (1997). O trabalho, busca de sentido. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), nº 5, 6, p. 76-95 (Juventude e contemporaneidade).
- BARDIN, Laurence (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70.
- BERGER, Peter L. & BERGER, Brigitte (1977). Socialização como ser um membro da sociedade. In: MARTINS, José de Souza & FORACCHI, Marialice Mencarini, orgs. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnico e Científico, p. 200-214.
- BRASIL. CEB (1998). *Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico*.
- . Planfor (1999). *Pessoas de baixa escolaridade* (Cadernos Temáticos, disponíveis em www.mtb.gov.br).
- CAMPOS, Dolores P. Ribeiro (1993). *Mulher e família na trajetória dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo (1970-1980)*. Dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- CASTEL, Robert (1999). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.
- CASTELLS, Manuel (1999). *A sociedade em rede: a era da informação* (economia, sociedade e cultura). Vol.1. São Paulo: Paz e Terra.
- CORTELLA, Mário Sergio (1997). Conclusão. In: CASALI, Alípio *et al.*, orgs. *Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho*. São Paulo: Educ, p. 59-60.
- COSTA, Márcia Regina (1993). *Os “carecas do subúrbio”: caminhos de um nomadismo moderno*. Petrópolis: Vozes.
- DANIEL, Celso (1998). *A Câmara Regional do Grande ABC: desenvolvimento econômico com participação da comunidade* (xerocopiado).

- DOMINGUES, Marta Regina (2000). *Sindicalismo, educação e formação profissional nos anos noventa: Programa Integrar, Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM-CUT)*. Tese de doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- DUBET, François (1987). *La galère: jeunes en survie*. Paris: Fayard.
- DUBET, François & MARTUCCELLI, Danilo (1997). A socialização e a formação escolar. *Lua Nova*. São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), nº 40/41, p. 241-265.
- DURHAM, Eunice R. (1980). A família operária: consciência e ideologia. *Dados*. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 2, p. 201-213.
- ESPOSITO, Yara Lúcia, DAVIS, Cláudia & NUNES, Marina Munis R. (2000). *Sistema de avaliação do rendimento escolar: o modelo adotado pelo Estado de São Paulo*. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), nº 13, p. 25-53, janeiro/fevereiro/março/abril.
- FERNANDEZ, Alícia (1999). Pichações: escritos, adolescentes fora da escola. *Pátio*, ano 2, nº 8, p. 18-21, fevereiro-abril.
- FERRETTI, Celso João (1988) *Opção trabalho: trajetórias profissionais de trabalhadores das classes subalternas*. São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- (1997). Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: Anos 90. *Educação & Sociedade*, ano XVIII, nº 59, p. 225-267, agosto.
- (2000). Educação profissional numa sociedade sem empregos. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 109, p. 43-66.
- FORACCHI, Marialice M. (1970). *A juventude na sociedade moderna*. Tese apresentada ao concurso de Livre-Docência do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- FORRESTER, Viviane (1997). *O horror econômico*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Ed. da Unesp.

- FREITAS, Lenita de Azevedo (1997). *E uma carreira profissional sólida se desmancha no ar: um estudo psicossocial da identidade*. Taubaté: Cabral.
- FREITAS, Maria Virgínia de (1995). *Jovens no ensino supletivo: diversidade de experiências*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (1995). Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo, org. *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, p. 77-108.
- (1998). Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G., org. *Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século*. Petrópolis: Vozes, p. 25-54.
- (1998a). A política de formação técnico-profissional, globalização excludente e o desemprego estrutural. In: XXI Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), GT.09, p. 7 (disponível em disquete).
- GENTILI, Pablo (1998). Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G., org. *Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século*. Petrópolis: Vozes, p. 76-99.
- GOMES, Jerusa Vieira (1997). Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), nº 5, 6, p. 53-62 (Juventude e contemporaneidade).
- GONÇALVES, J. Sérgio R. C. (1977). Perfil do operariado numa empresa automobilística de São Paulo. *Contexto (Revista Quadrimestral)*, nº 3, p. 33-49 (Industrialização, memória das greves, trabalho produtivo, perfil do operariado).
- HARVEY, David (1999). *Condição pós-moderna*. 8ª ed. São Paulo: Loyola.
- HOBSBAWM, Eric (1995). *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras.

- JACINTO, Cláudia (1998). Políticas públicas de capacitação laboral de jóvenes: un análisis desde las expectativas y las estrategias de los actores. In: LEITE, Márcia Paula & NEVES, Magda A. *Trabalho, qualificação e formação profissional*. São Paulo/Rio de Janeiro: Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho (Alast), p. 121-149.
- KUENZER, Acacia (1997). *Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez.
- LEITE, Márcia P. & RIZEK, Cibele S. (1998). Cadeias, complexos e qualificações. In LEITE, M. P. & NEVES, M. A., orgs. *Trabalho, qualificação e formação profissional*. São Paulo/Rio de Janeiro: Associação Latino-Americana de Sociologia do Trabalho (Alast), p. 45-75.
- LETELIER, Maria Eugênia G. (1999) *Escolaridade e inserção no mercado de trabalho: um estudo comparativo entre a Grande São Paulo (Brasil) e a Grande Santiago (Chile)*. Tese de doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- (1999). Escolaridade e inserção no mercado de trabalho. *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 107, p. 133-148, julho.
- MADEIRA, Felícia Reicher (1986). Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 58, p. 15-48, agosto.
- (1998). Recado dos jovens: mais qualificação. In: *Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas*. 2 vols. Brasília: CNPD, p. 427-499.
- MARQUES, Maria Ornélia da Silveira (1997). Escola noturna e jovens. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), nº 5, 6, p. 63-75 (Juventude e contemporaneidade).
- MARTINELLI, Alberto & CHIESI, Antonio (1997). O trabalho como escolha e oportunidade. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), nº 5, 6, p. 110-125 (Juventude e contemporaneidade).

- MARTINS, Heloísa Helena T. Souza (1997). O jovem no mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), nº 5, 6, p. 96-109 (Juventude e contemporaneidade).
- MARTINS, Heloísa Helena T. Souza (2000). A juventude no contexto da reestruturação produtiva. In: ABRAMO, H. W. & FREITAS, Sposito, orgs. *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez, p. 17-40.
- MARTINS, José de Souza (1997a). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.
- MELUCCI, Alberto (1997). Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), nº 5, 6, p. 5-24 (Juventude e contemporaneidade).
- NAKANO, Marilena (1995). *Jovens, vida associativa e subjetividade: um estudo dos jovens do Jardim Oratório*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade São Paulo.
- NOVAES, Regina (1998). Juventude/juventudes? In: *Juventude, conflito e solidariedade*, Iser, ano XVII, nº 50.
- PAIS, José Machado (1993). *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PAMPLONA, João Batista (2000). *Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil*. Tese de doutorado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PERALVA, Angelina (1993). A modernidade europeia e sua crise. *Lua Nova*. São Paulo, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), nº 30, p. 145-157.
- PERALVA, Angelina (1997). O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), nº 5, 6, p. 15-24 (Juventude e contemporaneidade).

- PERALVA, A. & SPOSITO, M. P. (1997). Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor: entrevista com François Dubet. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), nº 5, 6, p. 222-231 (Juventude e contemporaneidade).
- PESSANHA, Elina G. da Fonte & MOREL, Regina Lúcia de Moraes (1991). Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 6. nº 17, p. 69-83.
- POCHMANN, Márcio (1998). A inserção ocupacional dos jovens nas economias avançadas. Disponível em www.seade.org.br.
- (2000). *A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual do jovem e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Editora Publisher Brasil.
- REGUILLO, Rossana. (2000). Las culturas juveniles: un campo de estudio. Breve agenda para la discusión. In: CARRASCO, Gabriel Medina, org. *Aproximaciones a la diversidad juvenil*. México: El Colégio de México/Centro de Estudios Sociológicos, p. 19-43.
- RODRIGUES, Iram Jácome (1987). *A afirmação do trabalho: estudos sobre trabalhadores da indústria automobilística e a emergência das comissões de fábrica nos anos oitenta*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- SALEM, Tania (1980). Conflito, poder e negociação na família: a questão geracional. *Dados*. Rio de Janeiro, vol. 23, nº 2, p.185-200.
- SALES, Telma Bessa (2000). *Experiências de João Ferrador em tempos de reestruturação produtiva: VW Anchieta-SBC*. Tese de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SARTI, Cynthia Andersen (1996). *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados.

- (1999). Família e jovens: no horizonte das ações. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), nº 11, p. 99-109.
- SEGNINI, Liliana R. P. (1999). *Constantes recomeços: homens e mulheres em situação de desemprego* (xerocopiado).
- SENETT, Richard (1999). *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- SOUTO, Ana Luíza Salles (2000). Jovens e mercado de trabalho: percepção e expectativas de inserção. In: *Jovens: políticas públicas — mercado de trabalho*. São Paulo: Polis, p. 5-37.
- SPINK, Peter (1997). Empregabilidade. In: CASALI, Alípio *et al.*, orgs. *Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho*. São Paulo: Educ, p. 51-57.
- SPOSITO, Marília Pontes (1994). A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Revista Tempo Social*. São Paulo. v. 5, nº 1-2, p. 161-178.
- (1996). Juventude: crise, identidade e escola. In: DAYRELL, Juarez, org. *Múltiplos olhares sobre a educação e a cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 96-104.
- (1997). Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), nº 5, 6, p. 37-52 (Juventude e contemporaneidade).
- (1998). *Educação e juventude*. São Paulo: Feusp (xerocopiado).
- (2000). *Juventude: estado do conhecimento*. Disponível em www.acaoeducativa.com.br.
- TANGUY, Lucie & ROPÉ, Françoise (1997). *Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa*. Campinas: Papirus.
- TOURAINÉ, Alain (1994). *Crítica da modernidade*. Trad. Elia Ferreira Edeli. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.

WATANABE, Margarety I. & ROSANDISKI, Eliane N. (1998) Um mercado sempre concorrido. In: *Vinte anos no ano 2000: estudos sociodemográficos sobre a juventude paulista*. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), p. 246.

WEBER, Max (1974). A ética protestante e o espírito do capitalismo (cap. II e V). In: WEBER, Max. *Ensaio de sociologia e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, p. 181 (Os Pensadores).